

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ-UNITAU

Carlos Cezar de Mascarenhas

**INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
DAS CIDADES: Uma aplicação no município de
Jacareí.**

Taubaté – SP

2006

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Carlos Cezar de Mascarenhas

**Indicadores Sociais e Econômicos como
Instrumento de Gestão e Desenvolvimento das
Cidades: Uma aplicação no município de Jacareí**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Francisco Cristóvão Lourenço de Melo

Taubaté – SP
2006

Dedico este trabalho à minha família que sempre me incentivou neste percurso e soube compreender o porquê de minha ausência..

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Francisco Cristóvão Lourenço de Melo, pela habilidade com que orientou o trabalho.

Aos Professores do Curso de Mestrado de Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração que, com muita competência e dedicação, contribuíram para a realização desta dissertação.

Eu sei muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza. É com ela que eu compreenderia tudo. Tudo o que não sei é que constitui a minha verdade.

LISPECTOR, 1975

RESUMO

O país passa por um processo de descentralização dos poderes nas diversas esferas do governo. O gestor municipal amplia a sua responsabilidade em solucionar as demandas de sua população, o que aumenta a complexidade de sua administração. A proposta do trabalho, é sugerir aos gestores municipais um caminho objetivo de suprir as necessidades da população. Ele comprova que os indicadores sócio-econômicos utilizados em conjunto com as ferramentas de planejamento estratégico permitem elaborar um processo de definição de ações prioritárias na gestão das cidades. A aplicação desse procedimento direciona a ação governamental, evitando que o gestor possa optar por certas prioridades, servindo-se de dados imprecisos, definindo ações de forma intuitiva, ou por pressão de pessoas influentes, fato que resulta no favorecimento de determinados atores em detrimento de toda população. Escolheu-se como objeto de estudo o município de Jacareí, situado no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo. Isso se efetivou por meio de pesquisa bibliográfica, na qual se utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória. São trabalhados os indicadores sócio-econômicos desde a sua obtenção, seleção e aplicação no processo. Definiram-se os problemas prioritários com a utilização de indicadores e de ferramentas de Planejamento Estratégico, chegando-se ao plano de ações, cuja transparência vai possibilitar que as cidades tenham melhor desenvolvimento sócio-econômico.

Palavras-chave: 1. Pobreza. Exclusão Social. 2. Indicadores. 3. Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

The country goes by a process of decentralization of the powers in the government's several spheres. The municipal manager enlarges its responsibility in solving the population demands, what increases the complexity of its administration. The proposal of this research is to suggest to the municipal managers an objective way of supplying the needs of the population. It proves that the socioeconomic indicators used along tools of strategic planning allow to elaborate a process of definition of priority actions in the administration of the cities. The application of that procedure guides the government action, avoiding that the manager can opt for certain priorities, being served as imprecise data, defining actions in an intuitive way or for influential people's pressure, fact that favor certain actors to the detriment of the entire population. It was chosen as study object the municipal district of Jacareí, located in the Vale do Paraíba, State of São Paulo. It was done through bibliographical research, using a qualitative and exploratory approach. The socioeconomic indicators are worked since his obtaining, selection and application in the process. The priority problems were defined with the use of indicators and tools of Strategic Planning, ending in a plan of actions which transparency will facilitate the cities to have better socioeconomic development.

Word-key: 1. Poverty. Social Exclusion. 2. Indicators. 3. Strategic Planning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de Longevidade e Mortalidade.....	187
Tabela 2 – Indicadores de Fecundidade.....	187
Tabela 3 - Indicadores de Atendimento Educacional à Criança.....	187
Tabela 4 - Nível Educacional da População entre 15 e 17 anos.....	188
Tabela 5 – Nível Educacional da População de 25 anos ou mais.....	188
Tabela 6 – Analfabetismo por Faixa Etária da População.....	188
Tabela 7 – Analfabetismo Funcional por Faixa Etária da População.....	189
Tabela 8 – Percentual de Pessoas por Nível de Ensino.....	189
Tabela 9 – Indicadores utilizados no IDHM – Educação.....	189
Tabela 10 – Indicadores do Nível e Composição de Renda.....	190
Tabela 11 - % Renda Domiciliar apropriada por Faixas da População.	190
Tabela 12 – Nível de Renda Domiciliar por Extrato da População.....	190
Tabela 13 – Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda.....	191
Tabela 14 – Indicadores de Pobreza.....	191
Tabela 15 - % Pessoas vivem Domic. c/ Acesso aos Serv. Básicos....	191
Tabela 16 - % Pessoas vivem Domic. c/ Acesso a Bens de Consumo.	192
Tabela 17 – Indicadores de Vulnerabilidade Familiar.....	192
Tabela 18 – Analfabetismo e Analfabetismo por faixa etária.....	193
Tabela 19 – Indicadores Atendimento Qualif. de Serv. Prioritários.....	193
Tabela 20 – Índice de IDHM, Rendas, Saúde e Educação.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre os Setores Público e Privado.....	30
Quadro 2 – Tendência da Urbanização Mundial.....	37
Quadro 3 – Relação de Desafios.....	39
Quadro 4 – Características Importantes de Qualquer Indicador.....	54
Quadro 5 – Gerações de Indicadores.....	56
Quadro 6 – Denominação: Esperança de Vida ao Nascer.....	58
Quadro 7 – Seleção de Instituições Geradores de Indicadores.....	83
Quadro 8 – Avaliação das Bases Disponíveis.....	84
Quadro 9 – Indicadores com Piores Desempenhos	87
Quadro 10 – Piores Comparações Intertemporal dos Indicadores.....	91
Quadro 11 – Problemas Prioritários.....	93
Quadro 12 – Fatos e Causas do Fluxograma Estruturado Situacional..	96
Quadro 13 – Relação de Problemas e Descritores.....	98
Quadro 14 – Atores e Beneficiários.....	99
Quadro 15 – Nó Crítico – Má Iluminação.....	102
Quadro 16 – Nó Crítico – Desemprego.....	103
Quadro 17 – Nó Crítico – Efetivo da Polícia Militar Insuficiente.....	104
Quadro 18 – Nó Crítico – Corredor de Circ. Rota do Tráfico e Droga....	105
Quadro 19 – Distâncias de Centro a Centro.....	121
Quadro 20 – Distribuição das áreas do Município.....	122
Quadro 21 – Taxa de Urbanização.....	123
Quadro 22 – Evolução da População do Município de 1940 a 2005.....	123
Quadro 23 – Taxa de Crescimento População Linear Média Anual	126
Quadro 24 – Taxa Anuais de Crescimento Período de 1991 a 2005.....	126
Quadro 25 – Evolução da População por Faixa Etária.....	127
Quadro 26 – Relação da Taxa de Urbanização e Crescimento.....	128
Quadro 27 – Implantação Infra-estrutura e Densidade Populacional....	129
Quadro 28 – População Economicamente Ativa.....	130
Quadro 29 – Evolução de Vagas por Atividade Econômica.....	132
Quadro 30 – Desenvolvimento Humano de Jacareí.....	133
Quadro 31 – Indicadores Sócio-demográficos.....	134
Quadro 32 – Distribuição do Valor Adicionado por Atividade.....	134

Quadro 33 – ICMS Índice de Participação do Município.....	136
Quadro 34 – Valor Adicionado e Principais Contribuintes por Setor.....	137
Quadro 35 – Arrecadação per Capita.....	138
Quadro 36 – PIB 2001 e 2002.....	139
Quadro 37 – Investimentos.....	139
Quadro 38 – Investimentos e Origens.....	140
Quadro 39 – Empresas com Maior Área Fabril.....	144
Quadro 40 – Principais Indústrias de Transformação.....	146
Quadro 41 – Atividade x Propriedade.....	149
Quadro 42 – Tipo de Propriedade x Número de Trabalhadores.....	149
Quadro 43 – Principais Atividades e Características da Agropecuária..	150
Quadro 44 – Quantidade de Implemento Agrícola.....	151
Quadro 45 – Comparativo de Receitas – 2001 a 2005.....	153
Quadro 46 – Composição das Despesas da Administração Direta.....	154
Quadro 47 – Despesa Total Administração Direta e Indireta.....	154
Quadro 48 – Pessoal da Administração Municipal.....	155
Quadro 49 – Participação da Despesas com Pessoal na RCL.....	156
Quadro 50 – Custeio de 1998 a 2002.....	157
Quadro 51 – Investimento Jacareí 1997 – 2002.....	157
Quadro 52 – Encargo e Amortização da Dívida Jacareí 1998 – 2002...	158
Quadro 53 – Resultado Orçamentário de 1997 a 2002.....	159
Quadro 54 – Tema x Detalhe.....	160
Quadro 55 – Unidade de Planejamento.....	162
Quadro 56 – Domicílios Existentes.....	164
Quadro 57 – Proporção de Indigentes por Município.....	165
Quadro 58 – Distribuição de Energia Elétrica.....	166
Quadro 59 – Volume de Água Tratada.....	168
Quadro 60 - Quantidade de Ligações e Imóveis Atendidos.....	168
Quadro 61 – Quantidade de Ligações e Economias Rede de Esgoto...	169
Quadro 62 – Total de Coleta de Resíduos Sólidos.....	170
Quadro 63 – Origem dos Resíduos Coletados.....	171
Quadro 64 – Frota de Veículos Registrados.....	172

Quadro 65 – Período x Evento.....	173
Quadro 66 – Distribuição dos Alunos.....	174
Quadro 67 – Número de Estabelecimentos.....	175
Quadro 68 – Perfil do Profissional da Saúde.....	176
Quadro 69 – Profissional da Saúde por 1000 Habitantes.....	177
Quadro 70 – População Total e Número de Leitos Hospitalares.....	178
Quadro 71 – Leitos Públicos Indicador Estadual.....	178
Quadro 72 – Leitos Hospitalares Total Estadual.....	179
Quadro 73 – Equipamentos Auxiliares da Saúde.....	180
Quadro 74 – Morbidade.....	181
Quadro 75 – Homicídio Doloso – Taxa de Delito por 100 mil/hab.....	182
Quadro 76 - Taxa de Mortalidade Infantil por Idade.....	182
Quadro 77 - Taxa de Mortalidade Infantil Anual e Média.....	183
Quadro 78 – Ocorrências Anuais.....	184
Quadro 79 – Homicídios Dolosos.....	185
Quadro 80 – Furto Taxa de Delito por 100 mil/hab.....	185
Quadro 81 – Roubo – Taxa de Delito por 100 mil/hab.....	186
Quadro 82 – Furto e Roubo de Veículo.....	186

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triângulo de Governo	28
Figura 2 – Indicadores Municipais no Brasil.....	52
Figura 3 – Modelo de Ciclo de Definição de Ações Prioritárias.....	71
Figura 4 – Fluxograma Funcional de Segurança Pública.....	97
Figura 5 – Mapa de Divisões Territoriais.....	120

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Distribuição de Sexo Base 2005.....	124
Gráfico 2 – Evolução da Distribuição por Sexo 1970 a 2000.....	124
Gráfico 3 – Número de Habitantes por Faixa Etária – 1980 a 2000.....	127
Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Médio da População.....	128
Gráfico 5 – Custo de Infra-estrutura x Densidade Pop. Para o Brasil....	130
Gráfico 6 – PEA por Setor.....	131
Gráfico 7 – População Atendida.....	167
Gráfico 8 – População Atendida Rede de Esgoto.....	169

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivo Geral.....	17
1.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Delimitação do Estudo.....	17
1.3.1 Relevância do Estudo.....	18
1.3.2 Estrutura do Trabalho.....	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 O Município na Reforma do Estado Brasileiro.....	20
2.1.1 Município e Recursos Financeiros.....	24
2.1.2 Eficiência e Governabilidade.....	26
2.2 A Urbanização das Cidades e a Globalização.....	36
2.3 Pobreza e Exclusão Social.....	43
2.4 Indicadores Sociais e Econômicos.....	49
2.5 Planejamento Estratégico na Área Pública.....	58
2.5.1 Conceitos na Lógica do Planejamento.....	64
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	69
3.1 1ª Etapa – Elaboração, Caracterização e Análise do Município.....	71
3.2 2ª Etapa – Pesquisa das Fontes de Indicadores Sócio-econômicos.....	72
3.3 3ª Etapa – Seleção da Base de Dados de Indicadores.....	72
3.4 4ª Etapa – Levantamento e Comparação dos Indicadores.....	73
3.5 5ª Etapa – Comparação Intertemporal dos Indicadores.....	74
3.6 6ª Etapa – Definição dos Macro Problemas.....	74
3.7 7ª Etapa – Elaboração do Mapa Cognitivo	75
3.8 8ª Etapa – Seleção do Nó Crítico.....	78
3.9 9ª Etapa – Definição de Ações.....	78
4 RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO	80
4.1 Resultados Obtidos da 1ª Etapa.....	80

4.1.1	Discussão da 1ª Etapa.....	81
4.2	Resultados Obtidos da 2ª Etapa.....	82
4.2.1	Discussão da 2ª Etapa.....	83
4.3	Resultados Obtidos da 3ª Etapa.....	84
4.3.1	Discussão da 3ª Etapa.....	85
4.4	Resultados Obtidos da 4ª Etapa.....	86
4.4.1	Discussão da 4ª Etapa.....	89
4.5	Resultados Obtidos da 5ª Etapa.....	90
4.5.1	Discussão da 5ª Etapa.....	92
4.6	Resultados Obtidos da 6ª Etapa.....	93
4.6.1	Discussão da 6ª Etapa.....	94
4.7	Resultados Obtidos da 7ª Etapa.....	95
4.7.1	Discussão da 7ª Etapa.....	100
4.8	Resultados Obtidos da 8ª Etapa.....	101
4.8.1	Discussão da 8ª Etapa.....	101
4.9	Resultados Obtidos da 9ª Etapa.....	102
4.9.1	Discussão da 9ª Etapa.....	105
5	CONCLUSÃO	106
5.1	Sugestões para Trabalhos Futuros.....	108
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE A – Caracterização do Município de Jacareí.....	120
	APÊNDICE B – Grupos de Indicadores.....	187
	APÊNDICE C – Comparação Intertemporal 1991 e 2000.....	194
	ANEXO A – Origem dos Tributos Municipais.....	197
	ANEXO B – Definição dos Indicadores.....	199

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 foi um grande marco na história dos municípios, pois eles passaram a ser um ente da Federação.

A descentralização dos poderes trouxe ao gestor a ampliação da responsabilidade pela execução das políticas sociais, que anteriormente cabiam à esfera Estadual e Federal. Coube ao município solucionar as demandas da população por serviços e obras.

A complexidade dessas demandas impossibilita a execução de programas e projetos que atendam a todas as necessidades do cidadão. Dentre as principais causas destas falhas administrativas estão: a falta de experiência da organização nas transferências de novas atribuições, tomadas de decisões erradas, alto custo da máquina administrativa, falta de recursos, inadimplência dos contribuintes no pagamento dos impostos, má gestão, descontinuidade das obras das gestões anteriores, o rigor da lei para administração pública..

O clientelismo possui grande influência na definição de prioridades e na condução da política do município. Mudar esta lógica significa adotar novos processos para a definição de prioridades, utilizando-se de diversas ferramentas existentes que permitam dar a transparência e a justificativa de forma coerente e fundamentada na definição das prioridades.

Segundo Curty (2001, p. 24), é de responsabilidade do gestor a adoção de ferramentas que possam auxiliar na definição de prioridades e na gestão pública, resultando em vantagem competitiva para a cidade, com ações que gerem o desenvolvimento social e econômico, apesar de toda complexidade da conjuntura

atual que implica demandas crescentes por parte dos atores locais, fato característico e específico da cada cidade.

1.1 Objetivo Geral

Este trabalho se propõe analisar a viabilidade na utilização de Indicadores Sócio-Econômicos, em conjunto com as ferramentas de Planejamento Estratégico, como subsídios para definir as prioridades a serem acionadas na gestão das cidades.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos visam descrever e analisar a relação entre o uso de indicadores sócio-econômicos e a definição das prioridades e:

- Compreender a realidade social e econômica das cidades com base na sua caracterização;
- Levantar o grau de dificuldade na obtenção de indicadores; e
- Criar e simular processo de elaboração do plano de ação.

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo se restringe à demonstração da aplicabilidade dos indicadores sócio-econômicos gerados pelos Institutos oficiais e das ferramentas de

Planejamento Estratégico na elaboração de um processo de definição de prioridades na gestão das Cidades.

A análise e a avaliação da forma pela quais as cidades foram ou estão sendo conduzidas, na gestão política, não serão objeto de estudo. Tomou-se como referência os dados do município de Jacareí, região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, unicamente com o objetivo de ilustrar o trabalho proposto.

1.3.1 Relevância do Estudo

Este trabalho torna-se relevante por tratar de uma proposta cuja flexibilidade possibilita simular: a aplicação prática da utilização dos Indicadores Sócio-Econômicos para definir as prioridades do município, e o processo de elaboração do plano de ação, permitindo o seu aprimoramento à medida que os gestores a utilizam.

Ele é instigante porque propõe uma inversão na lógica atual da definição de prioridades, feita por meio de indicadores oficiais, que representam o desempenho do município no contexto nacional.

1.3.2 Estrutura do Trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos.

No primeiro, encontra-se a introdução e os objetivos gerais. No segundo, há a revisão de literatura, fazendo uma abordagem sobre: o município e a reforma do Estado Brasileiro; Pobreza e Exclusão Social; Indicadores sócio-econômicos e Planejamento Estratégico nos Governos Municipais. No terceiro capítulo é

apresentada a metodologia da pesquisa. No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos e a discussão deles com apresentação do levantamento dos indicadores oficiais do município, da definição dos temas prioritários e encerra com a construção do mapa cognitivo e propostas das possíveis ações durante a discussão. No quinto capítulo está a conclusão do estudo de pesquisa. Foi necessário incluir três apêndices com a Caracterização do Município de Jacareí, Grupo de Indicadores e Comparação Intertemporal 1991 e 2000 e dois anexos constando a Origem dos Tributos Municipais e Definição dos Indicadores.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura relacionado com a administração pública municipal e a gestão das cidades e servirá de base para o desenvolvimento do trabalho como um todo.

Os temas abordados são: O município na reforma do Estado Brasileiro, Pobreza e Exclusão Social, Indicadores sócio-econômicos e Planejamento Estratégico no Governo Municipal. O embasamento teórico auxilia na estruturação conceitual e dá sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

2.1 O Município na Reforma do Estado Brasileiro

Este capítulo pretende compreender o processo de descentralização dos poderes que ocorreu após a Constituição de 1988, e o reflexo direto deste fato junto aos municípios brasileiros.

Segundo Moura (1997, p. 33-34), na década de 80, inicia-se a descentralização do Estado em alguns países da Europa (Itália, França e Espanha) e, a seguir, o mesmo ocorre na América Latina (Chile, Colômbia, Peru, Bolívia e o Brasil).

Apesar de cada país apresentar uma reforma diferente, houve um ponto comum em relação ao processo de descentralização dos poderes da esfera federal: a valorização dos governos municipais.

No Brasil, a reforma aconteceu após 20 anos do período da ditadura militar, época em que os municípios apenas acatavam as ordens e definição do governo central, como descrito abaixo:

a partir dos anos 80, os governantes passam a se haver com crescente desequilíbrio fiscal, desordem das contas públicas e inflação galopante. Seguem-se as várias e conhecidas tentativas de estabilização da economia, com a série de Planos a que a população é submetida, mais ou menos ortodoxos, mais ou menos heterodoxos, numa longa seqüência de ensaios e erros. Finalmente, impõe-se um modelo de ajuste da economia dentro do marco neoliberal, com pouca margem de manobra dentro do novo cenário mundial. Esses problemas de governo, além do mais, têm que ser enfrentado num contexto de redemocratização e rompimento com a ordem social progressa. (SANTOS, 1996, p. 4).

Em busca de maior autonomia, os municípios se aliaram ao movimento municipalista para que a Constituição de 1988 pudesse torná-los um ente federativo. É importante definir a etimologia da palavra Federação para entender melhor o conceito de ente federativo:

O termo “federal” é derivado do latim foedus, o qual (...) significa pacto. Em essência, um arranjo federal é uma parceria, estabelecida e regulada por um pacto, cujas conexões internas refletem um tipo especial de divisão de poder entre os parceiros, baseados no reconhecimento mútuo da integridade de cada um e no esforço de favorecer uma unidade especial entre ele. (ELAZAR, 1987, p. 5.)

O ente federativo é a passagem em que o município se torna “entidade estatal, político-administrativa, com personalidade jurídica, governo próprio e competência normativa” (Meirelles, 1993, p.116).

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2004, p.50) destaca a importância de o município tornar-se um ente federativo, pois ele passa a ter autonomia não só nas esferas política, administrativa e financeira, mas também

mantém relações de Governo a Governo com as autoridades estaduais ou federais sem nenhum grau de subordinação.

Para Ferreira (2001, p. 57), em relação à União e ao Estado, o primeiro desafio do município é definir suas competências e responsabilidades como ente da federação, cumprindo o seu papel. Para que isso se efetive, é necessário desenvolver ações normativas relacionadas à definição de responsabilidade no contexto do legislativo.

Segundo Montoro (1999, p. 301), do ponto de vista político e administrativo, os municípios brasileiros, após a Constituição de 1988, estão entre os mais autônomos do mundo. O autor relaciona pontos que denotam essa autonomia: eleição direta dos cargos, organização e administração dos serviços públicos, arrecadação de tributos, elaboração da Lei Orgânica, legislação sobre assunto de interesse local, complementação da legislação Federal e Estadual, caso seja do interesse do município e apresente possibilidade para tal.

Montoro (1999, p. 302) complementa que, além das características de autonomia, o gestor municipal passou a ter como competência, que significa autoridade pública, em: decretar, arrecadar e aplicar os tributos; prestar contas das finanças da cidade; criar ou suprimir distritos, observando a legislação estadual; controlar o uso e ocupação do solo urbano; manter programas, prestar serviços em cooperação técnica financeira com outros entes federativos; manter o patrimônio histórico-cultural da cidade, bem como a sua preservação e proteção; conceder subvenção e auxílios; criar cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos; permitir a concessão para exploração de serviços públicos; fixar a remuneração do prefeito, vice-prefeito e dos próprios vereadores para cada legislatura, e outras.

A Constituição de 1988 estabeleceu competências comuns para a:

União, Estados e municípios nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente, proteção do patrimônio histórico; combate à pobreza e integração social dos setores desfavorecidos, e educação para o trânsito. Ainda assim, a descentralização assumiu significados e conteúdos distintos, conforme o desenho de cada política específica, a distribuição prévia de competências e do controle sobre os recursos, entre os três níveis de governo. Descentralização podia significar transferência parcial ou total de responsabilidades do governo federal para os Estados; do governo federal para o nível local, ou do governo estadual para o local. De toda forma, o resultado foi uma ampliação considerável da latitude e das atribuições dos governos municipais. (ALMEIDA; CARNEIRO, 2002, p. 6-7)

Ao gestor cabe como atribuições: elaborar o plano de governo, o orçamento anual do município e a respectiva prestação de contas; realizar convênios com outras cidades, organismos em função do interesse da cidade; promover a cooperação das associações e movimentos representativos da comunidade nas atividades da cidade; decretar calamidade pública; convocar, extraordinariamente, a câmara e praticar atos de administração superior da cidade, e outras.

Com a descentralização, os municípios passar a assumir novas responsabilidades, além das que já executavam com relação às políticas públicas, que eram de competência do governo federal e estadual. Ficaram sob a sua responsabilidade as áreas da educação, saúde, promoção social, menor adolescente, porém os municípios não tinham experiência suficiente para gerir áreas tão complexas.

Este processo implicou a transferência do poder decisório, e o gestor passou a ter autonomia na definição das políticas do município, estabelecendo as prioridades e planejando o atendimento das demandas da população.

De acordo com Schteingart (2001, p. 25), houve uma descentralização das responsabilidades e das funções, mas o mesmo não ocorreu com os recursos financeiros. Os governos locais ficaram desprovidos de recursos, de conhecimento e de capacidade para administrar os municípios.

Nesse contexto, surge um novo desafio a ser enfrentado pelos gestores, ou seja, equacionar as novas atribuições com os escassos recursos financeiros, assunto a ser abordado no próximo capítulo.

2.1.1 O Município e os Recursos Financeiros

Para que predomine um equilíbrio no governo, os gestores deverão confrontar a necessidade de recursos com a demanda de serviços, pois “o município é a esfera do Estado mais esvaziada de poder” (Erundina, 1996, p.13). A realidade nos países do primeiro mundo é bem diferente porque a descentralização de recursos financeiros permite que a gestão das cidades seja mais eficiente e eficaz, fato demonstrado por estes dados:

Em países como a Suécia, 72% da receita pública fica com os municípios (...) no Japão, Estados Unidos e em países da Europa esse percentual oscila entre 40% a 60%. No Brasil, apenas a partir de 1988 os municípios passaram a deter uma fatia de 15% da receita pública; antes era de 5% a 6% (ERUNDINA, 1996, p.13).

Dowbor (1994, p. 33) declara que nos países subdesenvolvidos apenas uma média de 10% do orçamento é destinada aos municípios. Já nos países desenvolvidos, esta aplicação varia entre 40% a 60%.

Erundina (1996, p. 13) afirma que, apesar de a Constituição de 1988 proporcionar grande avanço aos municípios, ela não assegurou a eles uma autonomia econômica e financeira que permitisse uma gestão voltada ao desenvolvimento local. O pequeno percentual repassado é insuficiente para atender às demandas cuja responsabilidade foi transferida para as cidades.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (2005) destaca que, para gerir o planejamento da cidade, o município possui as seguintes fontes de receitas: Receitas Tributárias, Receitas de Contribuições, Receitas de Transferências Constitucionais, Compensação Financeira, Receitas de Serviços e outras Receitas Correntes descritas no Anexo 1 – Origem dos Tributos Municipais.

Há necessidade de repensar a distribuição dos recursos entre todos os entes da federação, pois hoje “o município está na linha de frente dos problemas e em último lugar na hierarquia de decisões do Estado [...] nos países desenvolvidos cada vez mais o cidadão resolve os assuntos no próprio município” (DOWBOR, 1999, p. 32-33).

Sabe-se que a qualidade da gestão das cidades não depende apenas da questão financeira, embora haja cidades que, após a Constituição de 1988, passaram a dispor de mais recursos, podendo, assim, melhorar a sua condição, fato que seria inviável anteriormente.

Mas a realidade demonstra que, em grande parte dos municípios, as verbas transferidas não permitem a implantação dos programas na sua plenitude. Para que isso ocorra, há necessidade de que o gestor, em conjunto com sua equipe e a sociedade, passe a executar projetos, programas e ações com eficiência e assim tenha a governabilidade necessária para a execução do plano para a cidade.

2.1.2 Eficiência e Governabilidade

A promulgação da Constituição Federal alterou o artigo 37º, a partir da Emenda Constitucional n.19, de 4 de junho de 1988, incluindo o princípio da eficiência, em que o Gestor Municipal deve estabelecer como meta a eficiência, conforme o texto “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência ” (BRASIL, 1988).

Cardoso definiu o princípio da eficiência como sendo:

Ser eficiente, portanto, exige primeiro da Administração Pública o aproveitamento máximo de tudo aquilo que a coletividade possui, em todos os níveis, ao longo da realização de suas atividades. Significa racionalidade e aproveitamento máximo das potencialidades existentes. Mas não só. Em seu sentido jurídico, a expressão, que consideramos correta, também deve abarcar a idéia de eficácia da prestação, ou de resultados da atividade realizada. Uma atuação estatal só será juridicamente eficiente quando seu resultado quantitativo e qualitativo for satisfatório, levando-se em conta o universo possível de atendimento das necessidades existentes e os meios disponíveis (CARDOSO, 1999, p.150).

Segundo Daft (1999, p.7) a gestão da cidade deve ser orientada com muita responsabilidade no que se refere à condução e aplicação dos recursos disponíveis a fim de que atinjam a eficiência e a eficácia. O gestor público, além da eficiência, eficácia e transparência, deve cumprir a lei a que está subordinado, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro das determinações legais.

Vigevani (1999, p. 35-36) destaca dois princípios para a gestão das cidades com relação ao bem comum:

- Todos os membros da comunidade são iguais.
- O bem do todo tem primazia em relação ao bem da parte.

Se o gestor público adotar esses dois princípios, criar-se-ão condições para as políticas cooperativas, abrindo caminhos para a governabilidade. Isto resultará em um avanço em relação a períodos históricos anteriores, nos quais não se registra nenhuma forma de supremacia do bem comum.

De acordo com Malloy (1993, p. 102-103), para analisar a capacidade governativa ou governabilidade dos gestores municipais, deve-se definir o que é governabilidade.

A governabilidade não pode ser entendida apenas como a distribuição de cargos na estrutura do governo. Ela determina como será conduzido o plano de governo, quais são as prioridades a serem estabelecidas, questionando se elas são realmente definidas como necessidades e se atenderão a cidade para depois determinar como acioná-las e implementá-las.

Segundo Mendes (2001, p.7), no âmbito municipal, a governabilidade é considerada como a capacidade dos gestores em:

- Transformar suas propostas, idéias e escolhas em efetiva realização;
- Atender a pressão de demanda da sociedade por serviços municipais;
- Organizar a administração pública, a distribuição do poder e tarefas; e
- Manter o fluxo e qualidade dos serviços públicos a longo prazo.

Cabe ao gestor ter capacidade de produzir as políticas públicas necessárias para solucionar os problemas da cidade, e assim manter a sua governabilidade ou a capacidade governativa. Para Santos (1996, p. 4-10), o sistema político deve apresentar condições de identificar os problemas da cidade e formular políticas públicas para solucioná-los, bem como a sua implementação, provendo os meios, os recursos políticos e financeiros para que o resultado se efetive.

A capacidade governativa não se resume apenas ao aspecto da gestão administrativa ou no funcionamento eficaz da máquina do governo municipal. Ela também não está dissociada da política, pois difere de uma organização privada como é destacado:

Há a sociedade [...] e há a política. E o desafio crucial reside na obtenção daquela forma específica de articulação do Estado com a sociedade na qual se reconheça que o problema da administração eficiente não pode ser dissociado do problema político, ou seja, do problema de garantir também a operação democrática do Estado. (REIS, 1995, p.41).

Segundo Matus (2000, p. 17), governar é articular três variáveis:

- Força;
- Projetos; e
- Capacidade de Gestão.

A Força é o controle do recurso do poder ou condição de articulação política do gestor. O Projeto é a forma de encaminhamento para obter a solução dos problemas e a sua priorização. A Capacidade de Gestão é a habilidade da equipe no controle dos recursos e do planejamento, conforme Figura 1.

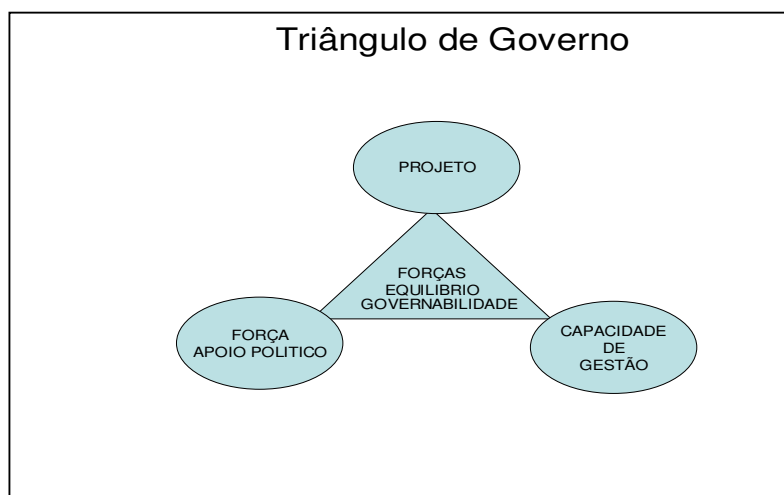


Figura 1 - Triângulo de Governo
Fonte: MATUS, 2000, p. 17.

Mesmo tendo recursos, muitos governos municipais não são bem sucedidos devido à baixa capacidade de planejamento e à descontinuidade dos projetos de programas do governo anterior, fato que resulta no “[...] uso não planejado e irracional dos recursos públicos resulta em baixa eficácia, eficiência e efetividade dos programas sociais [...], que se caracteriza por fracassos seguidos no enfrentamento da exclusão social, não obstante a existência de recursos.” (POCHMANN, 2004, p.106)

Analisando o ponto de vista político, Vaz (2002, pág. 275-276) ressalta que o processo de descentralização procura aumentar a transparência dos governos locais. Esse fato permitiu maior participação do cidadão na gestão da cidade, uma vez que ele está presente na identificação dos problemas, na busca por soluções em conjunto com os gestores e no acompanhamento das soluções propostas.

Em contrapartida, há muitos entraves no Poder Legislativo. Alguns vereadores ainda adotam um estilo muito próximo ao do clientelismo, pois atendem aos interesses de determinados grupos, buscando uma gestão local centralizada. Esses fatos comprovam que os vereadores ainda não priorizam a cidade como um todo, portanto não se conscientizaram da importância de seu papel.

Bresser-Pereira (2001, p. .30) faz um paralelo entre as características dos problemas das cidades em relação a uma empresa. Mostra que enquanto o setor privado opera com a condição de trocas, tendo o lucro como meta principal; o público opera apenas com as transferências realizadas pelo cidadão em forma de impostos e repasses do governo estadual e federal, trabalhando com o conceito de interesse do bem comum.

Para Motta (1979, p. 7-8), a organização pública difere da organização privada no que se refere a sua sobrevivência. A privada depende dos mecanismos de mercado e da obtenção de lucro ou superávit. Ela tem o seu foco voltado para os objetivos financeiros, pois deles dependem a sua manutenção no mercado e a sua sobrevivência.

A organização pública sofre as conseqüências da oscilação do mercado, pois está sujeita à redução dos repasses e da arrecadação dos impostos, mas seus objetivos têm grande amplitude porque são baseados nos interesses das comunidades.

Pfeiffer (2000, p. 10-11) ao comparar a empresa privada com o setor público, percebe que são duas estruturas com características bem diferentes, conforme Quadro 1.

	EMPRESA PRIVADA	SETOR PÚBLICO
Missão	-limitada (a determinados produtos e/ou serviços) -definida pela direção ou pelos proprietários	-ampla e não específica (muitas vezes implicitamente subentendida e não explicitamente definida) -obrigatória na base de um mandato
Visão	-baseada na missão e na análise do ambiente -coerente com as próprias possibilidades	-determinada pela política. -ampla e não específica -muitas vezes incoerente com os recursos disponíveis
Organização	-funcional -linhas claras de decisão -relativamente simples	-parcialmente funcional -superposição de funções e política -complexa
Clientela	-limitada ao campo de operação da empresa -relação definida através de compra ou contrato	-ampla e diversificada -relações mal definidas -"cliente" não visto como tal
Propósito de atuação	-realizar lucro -cumprir missão	-servir ao público -servir à política informalmente
Forma de atuação	-tem de ser eficiente -dinâmica	-não precisa ser eficiente -geralmente lenta e burocrática

Quadro 1 - Diferenças significativas entre os setores público e privado

Fonte: Pfeiffer, 2000 p. 11

O setor privado apresenta a sua estrutura hierárquica e a sua missão de forma bem clara, definida, facilitando a busca do seu objetivo final. Já no setor público, existe resistência a qualquer tipo de mudança, resultando numa barreira para se atingir o objetivo final.

Em seu estudo, Pfeiffer afirma que o Setor Público, na sua forma de atuação, não precisa ser eficiente como a Empresa Privada. Esse posicionamento é equivocado e deve ser alterado.

Existem setores públicos que se destacam pelo seu alto grau de eficiência e excelente prestação de serviços, podendo ser equiparados à Empresa Privada, mesmo com todas as diferenças de características, de missão, de visão, de organização, de clientela e de propósito de atuação.

É muito importante que essa qualidade de serviço se estenda para todo o setor público, eliminando as causas que levaram ao sucateamento de grande parte da máquina administrativa e do servidor público.

Pollitt (1990) vem reafirmar o que foi destacado por Bresser-Pereira na questão do setor público versus o setor privado, mas na condição de consumidor versus cidadão:

[...] não basta tratar os usuários de serviços públicos como meros consumidores, ignorando a dimensão envolvida. Em que pese as contribuições do uso de mecanismos do mercado para o governo, como a utilização de pesquisas de mercado, entre outros instrumentos, não se pode fazer uma transposição pura e direta de um setor para outro. Em outras palavras, a eficiência e eficácia não podem corresponder exatamente aos mesmos valores e significados no setor público e no setor privado. (POLLITT, 1990, p. 183.).

Traçar a relação de que todo o cidadão é consumidor dos serviços públicos foge da realidade. Consumidor significa a pessoa que possui a liberdade e a opção de escolher o que consumir, e de quem consumir.

Esse conceito não tem o mesmo significado para as classes excluídas da população que são obrigadas a consumir os serviços que lhes são ofertados, como o caso dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pollitt (1990, p. 129) afirma que consumidor e cidadão são termos com significados e conceitos diferentes. Na cidadania está intrínseca a questão de direitos, deveres, representação, justiça, participação, igualdade de oportunidades; questões essas que não definem o conceito de consumidor.

O gestor municipal deve se conscientizar de que o cidadão possui os seus direitos garantidos por lei. Nessa sua função, ele tem a obrigação de assumir, com determinação, a condução dos destinos de sua Cidade de forma a integrar as diferentes políticas públicas para garantir esses direitos.

No Brasil, historicamente, os gestores têm efetuado intervenções na sociedade de forma paliativa e assistencialista. Apesar das diversas reformas, não conseguem quebrar o “*status quo*”, mantendo o cidadão menos favorecido na mesma situação de pobreza, conforme análise:

[...]as reformas administrativas que foram empreendidas no Brasil, não superaram os três problemas centrais da administração pública brasileira; a apropriação dos bens públicos pelas elites políticas e econômicas; a corrupção como forma regular de relação entre elites e a burocracia, a exclusão da maioria da população da condição de cidadania (igualdade no tratamento) na esfera pública.(CRUZ, 2003. p.4).

Quando uma instituição é mal administrada, além de se enfraquecer, ela causa grandes prejuízos à população mais pobre, intensificando o seu sofrimento. O mesmo não acontece com as classes mais ricas que usam do seu poder político e econômico para defender os seus interesses (Ferreira, Perry, Walton 2003 apud Glaeser, Scheinkman e Schleifer, 2002, p. 6).

Camargo (2001, p. 92) relata que a experiência alemã e a americana diferem da brasileira, visto que, atualmente, o município, quase sempre, concorre com a sociedade civil por meio dos Conselhos Municipais.

As instâncias de decisão pertencem a esses Conselhos Municipais que, nesta época, estão frágeis, sem representatividade da população. Como conseqüência desse enfraquecimento, eles são manipulados pelos partidos políticos. Aproveitam-se desse fato aqueles pertencentes à situação dominante cujo objetivo é neutralizar as demandas. Já os partidos da oposição direcionam seu foco para denúncias e críticas partidárias, buscando apenas objetivos políticos imediatos. Com todo esse jogo de interesses, quem perde é a população cujas necessidades ficam quase sempre ignoradas.

IBAM (2005) ressalta que a Constituição de 1988 introduziu quatro instrumentos diretamente aplicáveis ao município, permitindo a participação da população na gestão da cidade. Três desses quatro instrumentos são aplicáveis tanto na esfera Estadual como na da União.

O primeiro deles consta do artigo 29, XII da Constituição garante à população a sua participação no planejamento municipal por meio de associações representativas, e declara que esse direito deve constar na Lei Orgânica do município

O segundo instrumento garante a participação popular, não somente na esfera municipal, mas também para as demais esferas. O artigo 29, XIII, refere-se à “[...] iniciativa popular de projetos de leis de interesse específico do Município, da

cidade ou dos bairros, através de manifestação de pelo menos cinco por cento do eleitorado” (BRASIL, 1988).

O terceiro e o quarto instrumento de participação popular constam no artigo 14, I e II. Referem-se ao plebiscito e ao referendo das leis pelo eleitorado, também aplicável na esfera estadual e na da União.

A Constituição de 1988 possibilitou a descentralização e a participação da comunidade na gestão administrativa nas políticas setoriais. Isso é demonstrado através das disposições gerais, pelo artigo 194/VII, e pelos artigos 198 e 204, que tratam especificamente da saúde e assistência social. A descentralização e a participação popular passaram a ser regulamentados com base na Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993.

A Lei Orgânica da Assistência Social se confirmou com base na Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990, com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na área da Saúde, a Lei Federal 8142, de 28 de dezembro de 1999, regulamenta o Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUS.

Os Conselhos Municipais tornaram-se organismos dotados de poder de decisão de forma igualitária e deliberativa ao Poder Executivo. Esse poder abrange o processo de gestão da cidade, incluindo os temas específicos, de forma descentralizada e participativa. Ele consta na lei que regulamenta e define a realização de conferências municipais a cada dois anos na Assistência Social, e a cada quatro anos na Saúde.

Modus Faciendi (2005) descreve como uma das características dos Conselhos de Direitos a sua formação paritária. Eles se compõem com membros do Governo Municipal e da sociedade civil. Esses podem ser escolhidos ou indicados por organizações que representam a população ou por processo eleitoral. Os eleitos podem atuar na esfera do Poder Executivo, com caráter deliberativo. Seu período de mandato pode ser de dois a quatro anos.

Os Conselhos de Direito têm papel primordial na condução dos rumos da cidade. Para cumprir a sua função de modo eficiente e eficaz, conforme consta na Constituição, eles passam, atualmente, por um processo de aprimoramento e de capacitação.

Kayano e Caldas (2002, p. 6) destacam que a eficácia e a eficiência visam ao cumprimento das metas, sempre buscando avaliar o processo proposto, de modo a obter: a melhor forma de execução das metas propostas; a otimização dos meios utilizados e o melhor custo benefício. Isso tudo deve resultar em alta efetividade, em ações desempenhadas com eficácia e eficiência que possam mudar as condições sociais do município, possibilitando ao gestor avaliar: os impactos causados com as ações realizadas; as mudanças quantitativas nas condições sociais, as subjetivas quanto ao bem-estar dos cidadãos e as qualitativas nas condições sociais.

Essa busca pela efetividade das ações deve ser o orientador dos gestores na definição das prioridades, pois as cidades estão em constante mudança, com um processo rápido de urbanização, como será demonstrado no próximo capítulo.

2.2 A Urbanização das Cidades e a Globalização

O mundo passa por um processo de urbanização cujos resultados são: o aumento da pobreza, a exclusão social, o baixo nível de qualidade de vida daqueles que vivem na periferia, a migração interna e externa, o êxodo rural, a mecanização da agricultura, e outros.

Segundo Clos (2004) com base nos dados das Nações Unidas, atualmente, a metade da população mundial está residindo nas áreas urbanas, superando a casa de um bilhão de habitantes em mais de 400 áreas urbanas, e:

A urbanização acelerada e a concentração da pobreza em áreas urbanas mais densamente povoadas não permite estabelecer uma relação estreita entre o baixo desenvolvimento de uma porção do território, medido pela renda per capita, e a concentração nele dos problemas sociais da nação. Quanto maior a densidade urbana, maior os problemas a ser enfrentado e mais altos os custos para lidar com o problema da exclusão social. (REZENDE, 2001. p. 195.)

As cidades sofreram um rápido processo de urbanização nos últimos 100 anos, conforme descreve Dill (2001, p. 219). No início do século XX, a população urbana era de 150 milhões e representava uma taxa inferior a 10% da população mundial. Em 1970, essa taxa se eleva para 35% e, em 2000, passa a ser de 50%, representando em torno de três bilhões de pessoas morando nas cidades, conforme Quadro 2. Nos países em desenvolvimento, já em 1977, este índice chegava à casa de 70% e na América Latina é ainda maior, atingindo a 74%.

PERÍODO	% DA POPULAÇÃO URBANA
Início do século XX	10
1970	35
2000	50

Quadro 2 – Tendência da Urbanização Mundial
Fonte: Dill, 2001, p.219

Segundo Rodrigues (1994, p. 72), o processo de urbanização foi muito acentuado no Brasil devido ao êxodo da população rural. Os setores secundários e terciários despertaram grande interesse nas pessoas que migraram de outras regiões, aumentando a população urbana.

O êxodo rural causou grandes modificações nos centros urbanos:

No Brasil, o dinamismo do mercado de trabalho urbano, movido pelo desdobramento do processo de industrialização, viabilizou durante quatro décadas um forte movimento de urbanização/metropolização. O “êxodo rural” para as cidades criou condições para o avanço da mecanização da agricultura, reduziu a pressão das atividades urbanas. Nos anos oitenta, porém, com a estagnação do crescimento econômico este processo se tornou disfuncional: incharam as periferias das cidades, especialmente das metrópoles e se acumularam bolsões de pobreza sem qualquer chance de mobilidade ascendente (COUTINHO, 1997 p.109).

O êxodo rural torna-se visível “[...] nos centros urbanos e se manifesta, em particular, nas novas periferias, que crescem em ritmo extremamente elevado – taxas superiores a 10% são freqüentes -, sem que as administrações locais tenham possibilidade de garantir saneamento, escolas e outras infra-estruturas.”(DOWBOR, 1994, p.32).

O crescente aumento da população urbana impõe a obtenção de recursos para financiar programas que suportem o aumento da demanda na área da saúde, da educação, da assistência sócia, infra-estrutura, habitação, água tratada, esgoto, lixo.

Os recursos das cidades são obtidos através de duas modalidades: os recursos internos, resultantes dos tributos arrecadados na cidade, e os recursos de transferência tributária do governo federal e estadual, que têm sido alvo de fortes distorções entre as cidades:

Como as demandas sociais, cujo atendimento depende do acesso às transferências negociadas, concentram-se nas áreas mais densamente urbanizadas - metrópoles e cidades de porte médio -, que não se beneficiam das transferências constitucionais na medida de suas necessidades, ocorrem desequilíbrios entre demandas e capacidade de atendimento que prejudicam os serviços e são fonte permanente de insatisfação. Embora todas as determinações a respeito dos programas sociais enfatizem a importância de transferir maiores responsabilidades, nessa área para estados e município (REZENDE, 2001. p. 192.).

É apontado outro lado negativo: “Essa urbanização violenta e caótica, associada à grande miséria que resulta da concentração de renda, coloca a administração municipal na linha de frente da nova geração de problemas econômicos e sociais que se avoluma nos países em desenvolvimento” (DOWBOR, 1994, p.32).

Campagnone (1999, p. 26) destaca que, a partir da década de 90, os gestores vêm enfrentando novos desafios, pois, com o avanço tecnológico, as cidades foram invadidas pelo processo de se transformarem em cidades globais. Isso criou os principais problemas na gestão do município, como destacado no Quadro 3.

DESAFIOS	DESCRIÇÃO
Mudança do paradigma de gestão local	O gestor passa a ser o promotor da oferta de serviços públicos com efetividade, além de assumir o papel de promotor do processo de desenvolvimento local, articulando os atores locais, buscando a qualidade de vida do município.
Concorrências entre as cidades	As cidades ofertando vantagens competitivas para atrair investimentos, fábricas, turistas, outros e todos os recursos que possam ser incorporados no município.
Complexidade Tecnológica	Necessidade em lidar com a tecnologia atual, para que se extraia dela benefícios para a população, sendo que a tecnologia é real e disponível, mas o maior problema é encontrar mão-de-obra especializada para operá-la.
Mudança Institucional	A mudança de uma máquina pública burocrática lenta, focada em controles e ritos processualísticos, para uma gestão ágil, focada no cidadão e orientada para resultados, com flexibilidade para adaptar-se às constantes transformações do ambiente, elevando os níveis de qualidade e produtividade.
Recuperação da capacidade de investimentos	Recuperar a capacidade de investimento com recursos próprios, resultante de uma gestão orçamentária austera, eficiente e transparente.
Maximização dos recursos e potencialidades locais	Levantar os recursos e potencialidades locais, valendo-se de parcerias com o setor privado, organizações não-governamentais e serviços voluntários dos cidadãos.
Participação da comunidade	Criação de mecanismos de participação da comunidade, sensibilizando e qualificando os cidadãos para o diálogo, criando espaços que possam abrigar críticas, anseios, opiniões, e exercício do controle social.

Quadro 3 - Relação de Desafios

Fonte: Campagnone, 1999 p.26.

O desequilíbrio de uma cidade depende de ela estar ou não inserida como global. As cidades globais definem-se como as que “concentram perícia e conhecimento em serviços ligados à globalização, independente do tamanho de sua população [...] forma uma teia que dissemina serviços especializados para a indústria e o comércio, elas concentram as estruturas de comando das empresas transnacionais” (GOHN, 2005).

Neste contexto, as cidades globalizadas são as que encontram maiores chances de desenvolvimento e estão aptas a buscar investimentos externos.

Dowbor (1994, p. 64) observa que as cidades propensas a atrair empresas multinacionais, para se instalarem em seu território, são aquelas que apresentam melhores condições básicas, com infra-estrutura adequada para recebê-las, seja na área de vias públicas, no setor de telecomunicações, em incentivos fiscais, ou outras, permitindo que elas desempenhem seu trabalho de maneira mais eficiente.

Ao mesmo tempo em que a vinda de empresas multinacionais é interessante para as cidades, esse fato acarreta maior desequilíbrio para elas. Isso ocorre porque ao se tornarem cidades globais, apresentarão alta densidade populacional e, assim, atrairão os cidadãos pelas oportunidades de emprego e negócios que estas podem gerar.

Dill (2001, p. 222), por sua vez, aponta que a globalização tem como uma das conseqüências o deslocamento progressivo da pobreza para os centros urbanos. Em 1970, 36% dos pobres viviam em cidades. Dez anos depois, esse número subiu para o patamar de 46% da população. Em 1990, já atingia 60% dela. A pobreza passa a ser um fenômeno urbano, gerando outros efeitos negativos como: a crescente exclusão social, a redução de segurança, os problemas ambientais, a falta de capacidade das cidades na solução dos seus problemas, e outros.

Outro ponto levantado por Reinicke (1999, p. 19) é que a globalização gera problemas para a soberania nacional interna do governo. Eles são evidentes: no relacionamento espacial entre o setor privado e o público, no contexto social e no econômico, pois as grandes empresas são induzidas a fusionar mercados nacionais em um único conjunto. Aquelas que antes operavam em um espaço econômico passam a englobar múltiplos espaços políticos, resultando na perda, por parte do

governo local, do domínio legítimo do poder no território. Daí surgem os problemas de defesa uma vez que os mercados não dependem da presença de fronteiras.

A globalização acarreta um grande impacto cujas conseqüências são constatadas pelo aumento de desemprego e pela exclusão social. Ela traz “[...] instabilidade financeira, mudanças das condições de competitividade, da obsolescência do parque industrial, do declínio das certas regiões, do tamanho das empresas e dos mercados necessários à prosperidade, de atraso na participação no desenvolvimento tecnológico [...]” (SARDENBERG, 1999, p. 145).

Na questão das transferências do governo federal, existe um desequilíbrio entre as cidades na forma de distribuição de recursos disponíveis por habitante:

As desigualdades são particularmente severas nas áreas metropolitanas onde a maneira como a atividade econômica e a população se distribui no espaço determina o resultado. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, os municípios dormitórios – aqueles que concentram a população que trabalha no núcleo central – chegam a apresentar um orçamento cinco vezes menor do que a média regional, embora enfrentem fortes pressões para melhor o atendimento das necessidades de seus residentes (REZENDE, 2001, p. 193.) .

Feudo (2001, p. 20-21) afirma que questões como exclusão social e pobreza estão intimamente ligadas às cidades, pois é o local onde afloram os problemas sociais. Para entender por que isso ocorre, há necessidade de analisar como está sendo tratada a questão do planejamento das políticas. É na cidade que surge uma série de potencialidades ligadas ao ambiente urbano como o capital social que impulsiona o seu desenvolvimento econômico, o favorecimento da produção, a disseminação e o intercâmbio das informações.

O artigo 182 da Constituição de 1988 dá o rumo à política de desenvolvimento urbano com seu texto “A política de desenvolvimento urbano, executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar

o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes” (Brasil, 1988).

O gestor deve objetivar o desenvolvimento local como estratégia de intervir em relação aos problemas de exclusão social, pobreza e desemprego de forma a minimizar esses fatos, mesmo não tendo toda a governabilidade sobre os temas, mas deve buscar ter o foco na definição das:

[...] políticas e das ações a partir das potencialidades endógenas e das brechas do local. Mesmo que – vista desde cima a partir das redes globais e corporativas – pareça ficcional e ilusória, a idéia de desenvolvimento local ganha sua mais densa substância quando associada à construção de alternativas e à disputa em torno de paradigmas. Associação que supõe que as dinâmicas geradoras de desigualdades e exclusão não podem ser desconstruídas pelo alto, ou substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. (BOCAYUVA, SILVEIRA, ZAPATA, 2002, p. 254).

O gestor deve ter bem claro que o planejamento é um instrumento importante para a gestão de uma cidade, mas ele:

[...] deve propiciar clareza sobre o fato de que planejar e gerir uma cidade não é planejar ou gerir apenas ou sobretudo coisas (substrato espacial, mobiliário urbano etc.), mas sim planejar e gerir relações sociais [...] estabelecendo respostas para as seguintes três perguntas: que problemas precisam ser superados? Com quem se pode contar para essa empreitada, e sob quais condições? Quais são os obstáculos e as dificuldades previsíveis?(SOUZA, 2003, p.178.).

Em decorrência da globalização, as áreas urbanas terão número ainda maior de habitantes. Esse crescimento é um fenômeno mundial que se torna um grande desafio para a gestão das cidades, pois os gestores deverão buscar um crescimento econômico vinculado ao desenvolvimento social para assim poder atender a toda a demanda da população.

Enquanto isso não ocorre, percebe-se um aumento crescente da pobreza e da exclusão social, temas intimamente ligado à cidade, pois é nela que os problemas se afloram.

2.3 Pobreza e Exclusão Social

Segundo Lohbauer (1999, p. 44), nesses últimos cinquenta anos, o mundo transformou-se em uma Aldeia Global, com crescente desigualdade e com cerca de 1,3 bilhões de seres humanos vivendo em um estado de miséria absoluta. Apesar de a economia global estar se expandindo, ainda não foi capaz de combater ou mesmo reduzir a pobreza.

Ela comporta dois mundos: um deles extremamente sofisticado, moderno, interconectado e sadio, convivendo com um outro cuja realidade é bem diferente – povos marginalizados, subnutridos e desinformados.

No Brasil, essa situação não é diferente. A partir da década de 90, a economia vem sofrendo redução nos investimentos produtivos porque eles são desviados para o mercado financeiro.

Pochmann (2004, p. 39), analisando esse desvio de finanças que causou grave crise, afirma ser ela decorrente da estagnação do setor produtivo cujas conseqüências são: baixos índices de crescimento econômico, queda da produtividade, queda acentuada na renda, além de alto nível de desemprego.

Em um conceito anterior à globalização, na exclusão social constavam os cidadãos analfabetos, com baixos salários, imigrantes da zona rural para a urbana. Hoje, com a nova realidade da economia globalizada, esse conceito se transforma. Agora, o cidadão excluído é aquele que, anteriormente, estava inserido no mercado de trabalho e usufruindo toda proteção trabalhista.

Com esse novo enfoque, o cidadão a ser incluído é aquele que está precariamente inserido no mercado informal, e cuja renda está abaixo do mínimo necessário para se ter uma vida digna.

Reduzir o nível de pobreza e a conseqüente exclusão social deve ser pauta permanente de discussão dos gestores na busca de ações que visem a atingir esse objetivo. Feudo (2001, p.20) ressalta que a diferença social se concentra mais na cidade, portanto é lá que ela se torna mais visível.

Esse fato se deve ao grande processo de urbanização ocorrido no mundo. Criam-se núcleos urbanos onde se concentram milhões de pessoas sem condições de vida e com forte vulnerabilidade. São indivíduos, constantemente, expostos aos riscos sociais e ambientais, constituindo os grandes problemas das cidades. Cabe ao gestor público possuir clara visão sobre o conceito de pobreza dentro do contexto local:

Na acepção mais imediata e generalizada a falta de renda ou pouca renda. Uma definição mais criteriosa vai definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades. (SEN, 1992 apud LAVINAS, 2002, p. 6).

A questão da pobreza não deve ser entendida somente como a falta de renda ou pouca renda. Segundo Feudo (2001, p. 21), sob o prisma sociológico, a falta de recursos afeta o indivíduo em vários aspectos de sua personalidade, porque ele perde a sua identidade de cidadão, fica destituído da capacidade de definir e exercer o controle do seu próprio ambiente.

Nessa situação, ele se submete, pelo menos, a três principais formas de privações. A primeira delas é pela transitoriedade ou intermitência. São os indivíduos que alternam a sua condição entre um estado de pobreza e um de não-pobreza. Eles passam por uma situação de sofrimento médio, mas possuem grande força para se mobilizar e esperar um futuro com condições melhores. São os otimistas.

A segunda forma de privação é aquela de extrema pobreza. Os indivíduos têm uma perda radical do controle da própria existência, apresentando um alto grau de sofrimento. São os derrotados.

Ferreira e outros (2003) definem a exclusão social como terceira forma de privação. Ela se faz visível na diferença de renda entre os cidadãos que convivem em um mesmo território. O excerto abaixo define as principais causas da exclusão social:

[...] enormes diferenças na renda dos cidadãos de um mesmo país certamente implicam em diferentes graus respectivos de acesso a bens e serviços que as pessoas utilizam para satisfazer suas necessidades e desejos. No entanto, as disparidades se estendem muito além do consumo privado. Segundo Amartya Sen, existem profundas disparidades na liberdade ou capacidade de escolha que os diferentes indivíduos e grupos têm para levar a vida que escolheram para si, ou seja, fazer aquilo que julgam ser valioso. Os recursos privados e os padrões de prestação de serviços públicos afetam essa capacidade de escolha, enquanto a estrutura política e social incide sobre a possibilidade de participar de modo significativo na sociedade, influenciar nas decisões ou viver com dignidade. (FERREIRA; PERRY; WALTON, 2003, p.6).

Para definir pobreza, existem várias correntes de pensamento. A corrente nutricionista, citada por Lavinias (2002, p. 6), afirma que pobreza é todo cidadão que não ingere quantidade mínima de valor calórico para sua subsistência. Para essa corrente, a pobreza e a fome são sinônimos e se confundem na identificação de quem é pobre. Há também a corrente da dimensão relativa da pobreza que declara:

Somente à medida que a norma que serve para defini-la se relaciona com um contexto social determinado e se refere a uma determinada escala de valores, associada a um estilo de vida. A partir deste marco a pobreza tem uma dimensão absoluta diretamente relacionada com a dignidade humana e dimensões relativas aos níveis médios de bem-estar locais. (ALTIMIR, 1979, p. 7, apud KOGA, 2003, p. 65).

Koga (2003, p. 68) descreve a corrente adotada pelo Professor Maurício Romão¹. Para ele, há a corrente de destituição absoluta e a corrente relativa da pobreza. A relativa é aplicada nos casos em que as sociedades já asseguraram a

¹ Professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro

satisfação das necessidades mínimas à maioria dos seus cidadãos. A partir dessa situação, a própria população pode definir o significado local de pobreza segundo os seus valores.

Segundo Professor Maurício Romão, é preciso avaliar o conceito de pobreza sob vários enfoques, tais como: pela renda individual e familiar, pelas proteínas ingeridas por dia, pela falta de moradia, educação, saúde, e outros. Ele ressalta a importância do fator biológico, que deve ser priorizado por se tratar da manutenção da vida.

O primeiro país a usar o conceito de exclusão social foi a França nos anos 60. De acordo com Valadares (2001, p. 32), para definir esse conceito, utilizou-se o exemplo de um cidadão, incluído na sociedade, porém ao perder o emprego, passou por um processo de empobrecimento, deixando de ser assistido por ela.

Feudo (2001, p. 20-21) afirma que a exclusão social é um processo em que o cidadão percorre de uma situação de não-pobreza para o empobrecimento em si. Ele tem pouco, ou nenhum, acesso aos serviços da saúde, à educação, o mesmo ocorrendo com a sua inserção no mercado de trabalho.

A exclusão social não é um de empobrecimento das camadas pobres da Cidade, mas sim daquelas cujo risco de empobrecimento é iminente. Isso se aplica aos trabalhadores de baixo nível salarial, aos pequenos comerciantes, aos artesãos, aos desempregados temporários, aos trabalhadores no mercado informal ou a

grupos situados no limite inferior da camada média. Estes cidadãos passam a ver o rebaixamento do seu nível de vida ou até a perda de seu emprego.

Tomas (1996, p. 61 apud Lavinias, 2002, p.13) destaca que existe uma grande diferença entre pobreza e exclusão social. A primeira está definida pela carência de alimentação, ingestão de proteínas diárias, dignidade humana e outras

por que o indivíduo passa, e a segunda pelo processo dinâmico de perda, no qual o indivíduo sofre:

[...] o risco decorrente da vivência da insegurança, instabilidade e precariedade num <<estado fatal, no qual se cai, sem previsão, em ruptura com uma condição social normal, levando à perda de visibilidade. O excluído não controla o seu devenir social>>(THOMAS, 1996, p.61 apud LAVINAS, 2002, p.13).

Para Sen (2000, p. 35), a pobreza é a privação das capacidades básicas ou elementares, que ele classifica como: a morte prematura, a subnutrição, a morbidez persistente, o analfabetismo, a falta de liberdade de expressão ou de participação na sociedade, portanto o autor não vê a pobreza somente como o fato de o cidadão ter apenas uma baixa, ou nenhuma, renda.

Ao analisar a pobreza, deve-se considerar a dificuldade de efetuar comparações interpessoais baseadas no comportamento de escolha, por esse fato apresentar difícil quantificação nos estudos estatísticos:

As limitações que há em tratar as comparações de rendas reais como supostas comparações de utilidade são gravíssimas, em parte devido à total arbitrariedade (mesmo quando as funções de demanda de pessoas diferentes são congruentes) da suposição de que o mesmo pacote de mercadorias tem de gerar o mesmo nível de utilidade para pessoas diferentes, e também em razão das dificuldades de indexar até mesmo a base de mercadorias da utilidade (quando as funções de demanda são divergentes). (SEN, 2000, p. 89.).

Sen (2000, p.284) identifica cinco fontes distintas de variação que são:

- **Heterogeneidades pessoais:** cada um tem características físicas individualizadas relacionadas às incapacidades, tipos de doenças, idade, sexo, fazendo com que as necessidades sejam assimétricas;
- **Diversidades ambientais:** cada localidade possui suas características e suas variações ambientais;

- **Variações no clima social:** a qualidade de vida deve ser observada em relação às condições sociais existentes, podendo ser entendida como capital social;
- **Diferenças de perspectivas relativas:** a análise das necessidades de mercadorias específicas, levando em conta os padrões de comportamento de cada comunidade; e
- **Distribuição de renda na família:** como é feita a distribuição intrafamiliar.

Para Schteingart (2001, p. 23), na América Latina, a pobreza é um problema crônico que avança de forma significativa junto à população, devido às fortes crises econômicas que afetam os países do hemisfério sul. Ele atribui a responsabilidade dessas crises à fraqueza dos governantes, afirmando que lhes falta coragem para criar ajustes, para reduzir os gastos e manter as contas correntes equilibradas. Para o autor, o conceito de pobreza varia de um país para outro, conforme a definição:

A pobreza é um fenômeno heterogêneo, multidimensional e multifacético e não pode reduzir-se à análise do ingresso ou do acesso a um conjunto de consumo, em uma visão puramente economicista. Os aspectos culturais, demográficos, sócio-políticos, territoriais ou ambientais devem ser incluídos no estudo da pobreza. Em termos gerais se pode dizer que se encontram também duas grandes tendências que explicam a presença da pobreza em toda sociedade, porque também nos países ricos existem pobres. Uma das tendências explicam esta presença da pobreza como resultado dos problemas macro econômicos e do desenvolvimento das sociedades. Uma outra tendência coloca ênfase nos problemas individuais. Esta tendência é mais sentida em países como os Estados Unidos. O fato de que as pessoas e as famílias são pobres por deficiências pessoais, sejam físicas ou psicológicas, porque certas medidas estão presentes na nossa noção de cultura da pobreza." (SCHTEINGART, 2001, p.23.).

Para Sen (2002, p. 25), somente o crescimento econômico não resulta na redução da pobreza. Para se obter melhores resultados, é preciso haver a

combinação de políticas redistributivas e do fomento ao desenvolvimento econômico.

A busca pela melhoria do Desenvolvimento Humano de uma cidade impulsiona os gestores a expandir ou aperfeiçoar os serviços públicos, objetivando desenvolver a capacitação do cidadão, conseqüentemente, oferecendo-lhe uma qualidade de vida melhor.

Em uma cidade cuja renda é baixa, mesmo apresentando recursos escassos, é possível obter resultados de alta qualidade de vida para toda sua população, pois a melhoria direta da vida do cidadão influencia na habilidade produtiva e no processo de expansão econômica da cidade.

Para atingir essa meta, o gestor precisa reconhecer em que patamar se encontra a pobreza e/ou a exclusão social de sua população, para assim poder avaliar sua gestão, verificando a eficiência e a eficácia de suas ações. Ele deve ter dados concretos sobre os aspectos positivos e negativos que as mudanças decorrentes de suas ações efetivas proporcionaram à cidade e à população, lembrando-se de que os seus cidadãos devem agir como instrumentos de fiscalização, visando a compreensão da realidade local. Isso só poderá ser concretizado por meio de um instrumento específico: os Indicadores Sociais e Econômicos.

2.4 Indicadores Sociais e Econômicos

Com relação à pobreza, o indicador sócio-econômico torna-se importante como forma de medir as necessidades básicas insatisfeitas, mas o primordial é a

compreensão do fato que está sendo pesquisado, conforme destacado por Schteingart (2001,p. 23)

A palavra indicador significa “que ou o que indica; indicativo”(HOUAISS, 2005), mas atrelado à questão econômica, passa a ser um “conjunto de dados estatísticos, passíveis de mudança e oscilações, capaz de dar uma idéia do estado de uma economia em determinado período ou data. Também chamados indicadores de conjuntura”.(SANDRONI, 2004.p.296)

Os principais indicadores são: indicador do desemprego, da oferta de emprego, da taxa de juros e da produção industrial.

Com relação à definição do indicador social “é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático” (JANNUZZI, 2003, p.15). Alguns dos principais indicadores sociais são : indicador da taxa de analfabetismo, da mortalidade infantil, de crianças matriculadas em escolas.

IBGE (2005) destaca que no Brasil, a sistematização com a estatística surge no período do império em 1871 com a criação da Diretoria Geral de Estatística. Com o advento da República, o governo define a sua responsabilidade pelos dados estatísticos. Com o passar dos tempos, a sistematização com a estatística recebe novos nomes até o ano de 1934, época em que se chamava Departamento Nacional de Estatística.

A partir dessa data, esse Departamento foi extinto e criou-se o INE - Instituto Nacional de Estatística, que inicia as suas atividades em 29 de maio de 1936. Um ano após, é criado o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Segundo Sabóia (2001, p. 44), os indicadores sócio-econômicos surgem, na década de 60, nos Estados Unidos da América, com estudos sociais dos programas de pesquisas espaciais da NASA que serve de modelo para os EUA e para outros países.

Em 1969, é publicado o relatório “*Social Report*” (Relatório Social) que põe em pauta a discussão de que o crescimento econômico gerava a melhoria da qualidade de vida da população.

O governo americano, tomando como referência o “*Social Report*”, inicia uma série de estudos referentes às condições de vida da população. Procura identificar os problemas sociais para assim conhecer a realidade do seu povo, objetivando o controle e planejamento das ações a serem definidas. Os problemas sociais poderiam ser resolvidos com a intervenção do Estado cuja função seria definir metas e programas prioritários.

Na década de 80, vários países latino-americanos começaram a produzir, regularmente, relatórios de indicadores sócio-econômicos. No Brasil, em 1973, criou-se um departamento responsável pelas informações com o objetivo de subsidiar as Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios.

O IBGE produziu muitos relatórios, mas só foram publicados dois: um em 1997 e outro em 1994, atendendo a agenda social das Nações Unidas. Na década de 90, a pedido do governo federal, são produzidos relatórios anuais sobre indicadores sociais, pelo fato de o IBGE ser membro da comissão de estatística ONU.

No Brasil, com a descentralização dos poderes, houve um interesse crescente por indicadores sociais das cidades. Segundo Jannuzzi (2001, p. 15), isso ocorreu devido: à descentralização tributária; à implementação de políticas públicas; à

institucionalização do planejamento urbano em 1988; ao plano plurianual nos anos 90; à obrigatoriedade do Estatuto da Cidade em 2001; aos repasses dos recursos para educação e saúde; à própria Lei de Responsabilidade Fiscal e a verificação de sua aplicação pelos Tribunais de Contas do Estado; à conscientização da população no controle do gasto público e na sua efetividade social, conforme Figura 2.

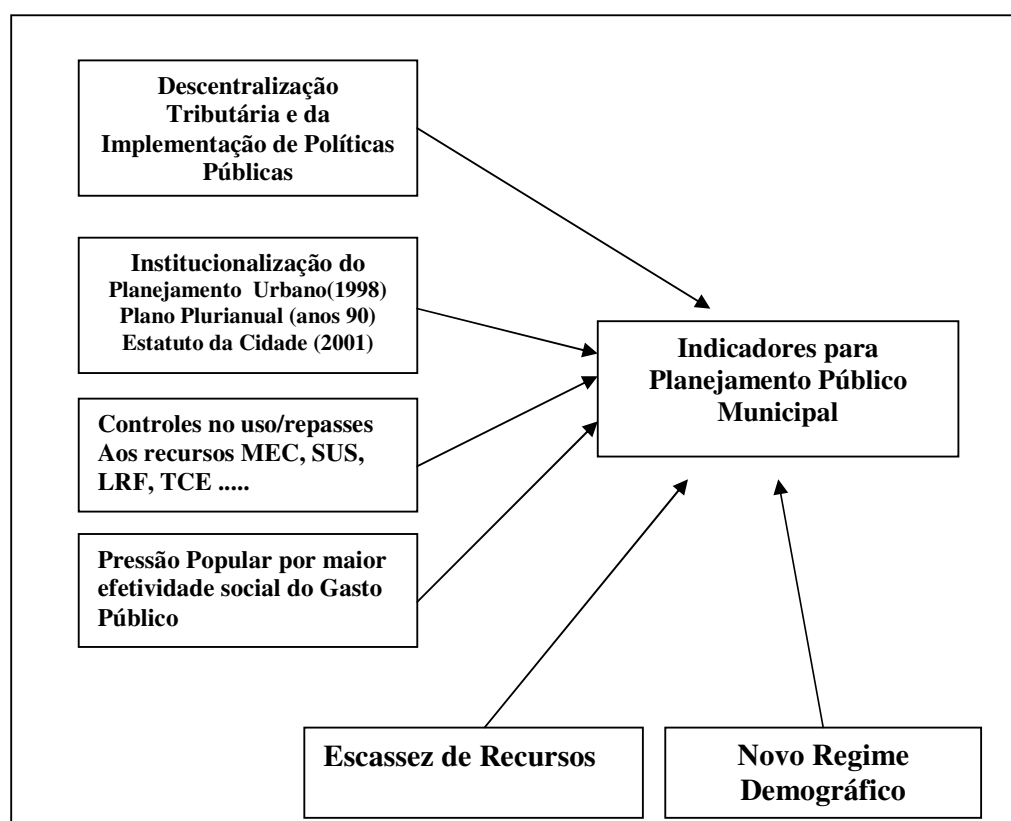


Figura 2. – Indicadores Municipais no Brasil

Fonte: Januzzi, 2001, p.15

Os indicadores sócio-econômicos permitem o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população. É uma importante ferramenta na gestão das cidades e para a sociedade civil, mas adoção desses indicadores, quando

desacompanhada de ações de intervenção pelos governos locais, não garante o sucesso de nenhuma política.

Koga (2004) destaca que nenhum indicador vem sozinho. Ele sofre muitas influências, está sempre carregado de algum interesse político e econômico, portanto pode ser manipulável ou manipulado.

Os indicadores sócio-econômicos são importantes não só para conferir a realidade do município, mas também para monitorar as ações existentes. Por meio dos indicadores, medem-se os resultados das políticas adotadas, as desigualdades sócio-territoriais tornando possível valorá-las.

Para Vaz (2002, p. 276), os indicadores sócio-econômicos têm a capacidade de descrever a realidade, como também mostrar a relação entre as diversas situações, ações que foram tomadas ou negligenciadas. É um ótimo instrumento de avaliação tanto dentro de uma visão global, como em uma mais particular, por exemplo, acompanhar a realidade da pobreza medir e compreender no plano de governo ou mesmo nos setores administrativos, nos casos específicos da saúde educação, permitindo avaliações rápidas, simples e objetivas e, principalmente, de fácil leitura.

No processo de estudo da pobreza, os indicadores sócio-econômicos são de suma importância para que o gestor da Cidade possa medir e compreender os seus efeitos.

“Os indicadores sociais podem subsidiar as atividades de planejamento e a formulação de políticas sociais de diferentes esferas do governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem estar da população” (SABOIA, 2001, p. 44).

Lavinas (2002, p. 35) destaca a importância de utilizar os indicadores atrelados à territorialidade visando a obter uma análise mais eficiente das políticas de combate à pobreza.

Mitjavila (2001, p.58) afirma que um bom indicador sócio-econômico é o que permite ser medido e incorporado em todas as unidades a que será submetido, criando padrões normativos.

Caldas e Kayano (2002, p. 297) ressaltam que o indicador, além de seu aspecto normativo, deve possuir outras características conforme consta no Quadro 4.

CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES	SIGNIFICADO
Simplicidade	Facilidade em serem compreendidos os indicadores.
Validade e Estabilidade	Que haja relação entre o conceito e a medida.
Seletividade, Sensibilidade e Especificidade	Devem expressar características essenciais e mudanças esperadas.
Cobertura	Que possua amplitude e diversidade.
Independentes	Não condicionados por fatores externos (exógenos).
Confiabilidade	Qualidade dos dados, da coleta, sistematização e padronização dos dados.
Baixo custo, fácil obtenção, periodicidade e desagregação	Produção, manutenção e factibilidade dos dados.

Quadro 4 – Características Importantes de Qualquer Indicador
 Fonte: Calda; Kayano, 2002, p. 4

Dill (2001, p. 221) afirma ser de suma importância que os gestores desenvolvam um programa de indicadores, selecionando-os e acompanhando-os para, assim, obter informações empíricas sobre as cidades. Isso torna possível

estabelecer um meio de comparação e medição para que o gestor e a sociedade possam avaliar seu desempenho, e obter um ponto de partida para o desenvolvimento de políticas urbanas e metas a serem alcançadas.

Os indicadores sócio-econômicos deverão fornecer resultados confiáveis que servirão como análise de seus próprios êxitos e malogros, permitindo uma reavaliação contínua cujo objetivo será sempre buscar a melhora de seu desempenho.

Outros fatos imprescindíveis são: a qualidade e a precisão na produção das informações para que haja a necessária credibilidade, a cautela e o cuidado na análise das informações disponíveis.

O indicador sócio-econômico pode ser utilizado de diversas formas . Se o objetivo for avaliar o desempenho das políticas públicas e legitimá-las, ele se tornará instrumento-base para diagnósticos sobre a realidade social local, fornecendo dados e direcionando na construção de determinadas políticas e programas públicos.

É possível aplicá-lo para corrigir o rumo indesejado de alguma ação que esteja em desacordo com os resultados esperados ou planejados, permitindo identificar e aproveitar oportunidades na solução dos problemas, com a redução dos desperdícios dos recursos envolvidos ou, se for o caso, gerar decisões e ações que possam atingir o compromisso do governo com a cidade.

Todo indicador é dividido em gerações, cada qual com as suas características, vantagens e desvantagens. Classificam-se em indicadores de primeira, segunda e terceira geração, conforme Quadro 5.

GERAÇÃO DO INDICADOR	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	DESVANTAGENS	EXEMPLOS
Primeira Geração	Simplicidade	<ul style="list-style-type: none"> - Disponíveis praticamente em todos os países. - Fácil entendimento. - Claramente comparáveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Superficial - Sobre influências de outros fatores. - Unidimensionais. - Não capta outras dimensões importantes. 	<p>Produto Interno Bruto – PIB</p> <p>Produto Interno Bruto per capita</p>
Segunda Geração	Composto	<ul style="list-style-type: none"> - Permite análise do fato em vários aspectos. - Multidimensional - Produto de consenso de diversos atores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de atingir o consenso sobre os temas a serem incluídos. 	<p>Índice de Desenvolvimento Humano – IDH</p> <p>(incorpora o PIB per capita, associado a mais dois indicadores: longevidade e nível educacional)</p>
Terceira Geração	Processo a ser aprimorado ao longo do tempo	<ul style="list-style-type: none"> - Incorpora a idéia da imperfeição dos indicadores de segunda geração. - Preocupa-se em medir, além dos resultados de curto prazo, o esforço realizado para melhorar resultados dos indicadores de segunda geração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura para trabalhar com as informações para obtenção do indicador 	<p>Índice Paulista de Responsabilidade Social</p>

Quadro 5 - Gerações de Indicadores

Fonte: Caldas; Kayano, 2002, p. 302-306

Segundo Vaz (2002, p. 275-276), há um grande movimento em busca dos indicadores locais, a partir da construção do IDH por Amartya Sen. Esses indicadores permitem auxiliar tanto o cidadão como o gestor na avaliação e no entendimento da sua cidade. Eles têm maior significado quando analisados em conjunto com outros indicadores que contenham informações demográficas e sócio-econômicas.

Os indicadores descrevem aspectos da realidade e a sua evolução de forma sistemática com relação à metodologia de geração e o ciclo de período de medição. Quando aplicados numa base cartográfica regionalizada, os indicadores da cidade ou de uma região composta de vários municípios, permitem ao cidadão e ao gestor identificar as regiões com maior ou menor exclusão e inclusão social.

Ao visualizar as regiões mais carentes, com os seus indicadores representando o fato estudado, é possível fazer as devidas intervenções e direcionar os recursos públicos para elas.

Após essa fase, os indicadores continuam a desempenhar o seu papel, como forma de acompanhamento e avaliação, demonstrando os resultados das intervenções realizadas e avaliando se os recursos utilizados foram eficientes e eficazes para melhorar a vida do cidadão.

O Quadro 6 apresenta, como exemplo, a conceituação, o método de cálculo, as categorias e fontes de um indicador de Esperança de Vida ao Nascer.

Um bom indicador serve: como subsídio para definição das ações necessárias na gestão da cidade; como resultado do planejamento estratégico e para o acompanhamento da eficiência e eficácia das ações adotadas.

CLASSIFICAÇÃO	SIGNIFICADO
CONCEITUAÇÃO	Número médio de anos de vida esperados para um recém nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
MÉTODO DE CÁLCULO	A partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, toma-se o número correspondente a uma geração inicial de nascimentos (lo) e determina-se o tempo cumulativo vivido por esta mesma geração (To) até a idade limite. A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão do “Tempo vivido por esta mesma geração” (To)/ “Numero da geração inicial de nascimentos” (lo).
CATEGORIAS	Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, Estados e Distrito Federal. Sexo: Masculino e Feminino.
FONTES	IBGE: Censo Demográfico Contagem da População. Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas.

Quadro 6 – Denominação: Esperança de Vida ao Nascer
Fonte: Brasil; Datasus; 2005

A citação de Kayano e Caldas (2002, p.1) “Não se pode perder de vista que o foco central do debate sobre indicadores é a questão da informação enquanto direito que permite o diálogo entre a gestão pública e a sociedade civil” servirá como subsídio para elaboração do Planejamento Estratégico.

2.5 Planejamento Estratégico na Área Pública

Planejamento é o “Ato ou efeito de planejar; trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiros e métodos determinados [...]”

Elaboração por etapas, com bases técnicas de planos e programas com objetivos definidos “ (FERREIRA, 1997).

Pode-se destacar a importância do planejamento, dentro de uma visão ampliada, conforme descrito abaixo:

Planejar significa pensar antes de agir, pensar sistematicamente, com método; explicar cada uma das possibilidades e analisar suas respectivas vantagens e desvantagens; propor-se objetivos. É projetar-se para o futuro, porque as ações de hoje terão sido eficazes, ou ineficazes, dependendo do que pode acontecer amanhã e do que não pode acontecer. O planejamento é a ferramenta para pensar e criar o futuro porque contribui com um modo de ver que ultrapassa as curvas do caminho e chega a fronteira da terra virgem ainda não palmilhada e conquistada pelo homem. Essa visão ampla serve como suporte das decisões de cada dia: os pés no presente e o olhar no futuro. [...] Ou sabemos planejar ou estamos condenados à improvisação. É a mão visível que explora possibilidades em circunstâncias nas quais a “mão invisível” é incompetente, ou não existe (HUERTAS, 1996, p. 12.).

Culturalmente, no setor público, alimentou-se a idéia de que o planejamento está relacionado com a Política Econômica. Criou-se um forte vínculo entre o Planejamento com Projeto de Obras e Orçamento.

O Projeto de Obras e Orçamento são questões técnicas que fazem parte do processo do Planejamento, porém o conceito de Planejamento não se limita a isso. Ele é mais amplo. Consiste em definir ações prioritárias, avaliar os resultados e confrontá-los com as ações propostas.

Os gestores devem ver o Planejamento Estratégico como forma de desafiar o problema da desigualdade social, visando à integração de todos no “progresso econômico” de forma a permitir o equilíbrio social da cidade.

Segundo Raventós (1994, p. 49), os planos têm uma abordagem excessivamente econômica. Os gestores devem ver o desenvolvimento econômico como um fator muito importante, pois é através dele que há uma melhor distribuição de renda e a conseqüente criação de riquezas. Com o objetivo de buscar o

equilíbrio entre os aspectos econômicos e os sociais, surgiu uma proposta para a mudança de nome para “Planejamento Estratégico Econômico e Social”.

Para se obter um desenvolvimento econômico equilibrado, as mudanças na cidade deverão ocorrer a partir dos níveis definidos como importantes, preservando a qualidade de vida de todos que, automaticamente, refletirá nos indicadores correspondentes.

O planejamento estratégico nas definições de políticas públicas é muito importante para a cidade e deve ser visto como uma ferramenta de transformação da realidade social que permite ao gestor fazer as intervenções necessárias no momento mais adequado.

Porter (1986, p. 16) afirma que uma organização sem planejamento “corre o risco de se transformar em uma folha seca, que se move ao capricho dos ventos da concorrência”.

A falta do planejamento faz com que o gestor dedique o seu tempo trabalhando nas emergências e resolvendo os problemas imediatos. Ele fica impedido de visualizar o futuro e verificar as causas dos problemas atuais:

A idéia de usar a razão para identificar e promover sociedades melhores e mais aceitáveis estimulou intensamente as pessoas no passado e continuar a fazê-lo no presente. Aristóteles concordou com Ágaton em que nem mesmo Deus podia mudar o passado. Mas também concluiu que o futuro pode ser moldado por nós. (SEN, 2002, p. 284.).

Segundo Cury (2001, p. 44), planejar estrategicamente não significa ter premonições, mas agir de forma que possam existir ações que sejam causas, que gerem efeitos no futuro para atingir determinado objetivo. Muitas vezes, a situação não estará sob total controle, mas, mesmo assim, ela realiza exercícios de construção dos possíveis cenários para que haja avaliação das possibilidades e das dificuldades apresentadas nesse processo que permitirão definir as ações futuras.

É preciso considerar que a organização pública possui aspectos que dificultam a adoção de ferramentas de Planejamento Estratégico, pois:

[...] o processo decisório não possui a mesma racionalidade organizacional das empresas privadas, pois não sofre os mesmos tipos de ameaças nem busca as mesmas oportunidades. Seus dirigentes normalmente não gozam das mesmas condições analíticas e de autonomia. Pelo contrário, a sobrevivência destas organizações é garantida por fatores que não a autonomia gerencial sobre a ambiência externa. As organizações públicas, pela sua própria natureza, não são administradas ou avaliadas segundo critérios de mercado; têm dificuldades de justificar mudanças repentinas, devendo, normalmente, transparecer continuidade, coerência e estabilidade (MOTTA, 1979, p.8).

De acordo com Porter (1986, p. 16), o planejamento permite a identificação dos meios e dos fins de uma organização cuja pretensão seja alcançar um cenário ideal. Ele admite a existência de forças externas que exercem influências para moldar este cenário de forma que possa atender os interesses dos atores envolvidos, ou seja, o poder local, e todos os outros atores externos da organização, que interferem na condução do planejamento e do desenvolvimento local.

Os gestores devem encarar o planejamento não só como um produto de divulgação das pretensões políticas, mas também como uma ferramenta de avaliação constante que busca medir a eficiência e eficácia da estrutura que compõe a máquina do poder público. O mesmo planejamento aplicado na empresa privada deve ser utilizado pelo poder público, sempre levando em consideração as características e aspectos diferenciados de cada organização.

Há vários pontos que diferenciam a entidade privada da pública. Ao utilizar o planejamento, o gestor da organização privada deve buscar para sua empresa: expansão, lucratividade e maior participação no mercado. Já o gestor público não tem essas preocupações. Ele tem como obrigação prestar serviços de qualidade a todos os cidadãos, oferecendo-lhes um atendimento eficiente e eficaz.

Para a entidade pública, lucrar significa aumentar o número de serviços prestados, otimizando os recursos necessários, sejam financeiros, humanos ou materiais, pois, em muitos casos, o governo municipal é a maior empresa da cidade, seja em orçamento e/ou em número de funcionários.

O planejamento estratégico na administração pública permite ao gestor aumentar a sua capacidade de governar e administrar situações que envolvam atores de um determinado projeto político. Ao utilizar o planejamento estratégico, erra-se menos, aplicam-se os recursos de forma mais racional, ou seja, é possível realizar mais com menos, como destaca Cecílio (2002, p. 151).

O Planejamento permite direcionar ações futuras, gerar mudanças e criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico, “[...] o plano adquire sentido na medida em que proporciona uma linguagem e uma estrutura de comunicação, em qual o povo debate a sua história e seu futuro” (TESTA, 1993, p. 103).

Conforme observa Motta (1980, p. 7-8), o planejamento é essencial às organizações públicas devido à complexidade de sua estrutura e à diversidade dos temas abordados por ela, como: educação, saúde, habitação, cultura e outros.

Cabe ao gestor tomar as decisões, porém, se elas ocorrerem sem o devido planejamento, os resultados obtidos serão limitados, fragmentados, sem a visão do todo. Isso impossibilita alcançar a racionalidade total, uma vez que o processo decisório é baseado na intuição, na percepção de variáveis cruciais e, muitas vezes, decide-se por pressão dos atores devidamente organizados ou com grande

influência na organização pública. Avalia-se a importância do planejamento estratégico quando:

[...] um esforço ordenado para produzir decisões e ações fundamentais que ajustam e guiam uma organização (empresa, instituição, cidade, área metropolitana, um país) que conseguir, a partir da perspectiva do que é. O planejamento estratégico facilita a comunicação, estimula a participação, acomoda interesses divergentes e ajuda a ordenar as decisões que se devem tomar e além disso, garantir uma melhor implantação das mesmas. As condições de êxito de um Plano Estratégico são: a) vontade das instituições envolvidas para pôr em andamento o processo; b) que os representantes das instituições públicas e privadas 'liderem' o projeto; d) recursos (econômicos e humanos) [...]; e) sentido comum e sensibilidade... (Plan Estratégico Económico y Social Barcelona 2000, Ajuntament de Barcelona, 19 de marzo de 1990, p.25).

Matus (1996, p. 52-54) demonstra a importância de três tipos de planejamento. O primeiro deve ter como base o desenho das regras do jogo social, que visa a alcançar maior eficiência e eficácia. O segundo tipo de planejamento deve objetivar a estratégia do próprio jogo, antecipando ou prevendo jogadas importantes para o futuro. O terceiro tipo de planejamento requer forte criatividade da equipe em sua elaboração, pois tem como função detalhar os planos com grande precisão.

Curty (2001, p. 22-24) dá grande valor ao período histórico, porque com base no passado são definidos traços que servirão de análise, elaboração e percepção para a construção do futuro.

O fator tempo é de suma importância, pois atualmente a velocidade das mudanças gera profundas transformações globais, basta observar como era o cenário da década de 50 e como ele se apresenta hoje.

O planejamento estratégico na área pública exige responsabilidade do gestor e de todos os atores envolvidos na construção de uma cidade mais justa, de tal

forma que possibilite criar o amanhã porque “esse amanhã me afeta hoje, porque hoje é o momento de eu fazer alguma coisa com vistas a estar em condições de tirar proveito das oportunidades que o amanhã oferecer e de evitar problemas” (MATUS, 1996, p.43).

2.5.1 Conceitos na Lógica do Planejamento

Não se deve confundir planejamento com outros termos. O planejamento é a parte do processo que avalia as necessidades da organização, em relação ao momento, e apresenta os meios para atingir a meta desejada.

Na concepção do planejamento como parte integrante do processo, é possível definir: política, plano, programa, previsão, projeção, predição, resolução de problemas, mapas cognitivos, atores e projetos .

Segundo CURY (2001, p. 43-44), política é o processo em que o gestor toma decisões, amparado em postulados gerais que, depois, são desagregados e especificados para estabelecer a política social global. Nesse momento, tanto as unidades de planejamento como a integração delas ao processo são aspectos prioritários para a criação de marcos teóricos, históricos e espaciais.

“Na lógica do planejamento, quanto maior o âmbito e menor o detalhe, mais o documento se caracteriza como um plano; quanto menor o âmbito e maior o grau de detalhamento, mais ele terá as características de um projeto.”(Cury, 2001, p.44).

O conceito de Plano deve ser entendido como “[...] um esquema para o cumprimento das metas e que especifica a alocação dos recursos necessários, programações, tarefas e outras ações. As metas descrevem futuros resultados, o plano descreve os meios atuais” (DAFT, 1999, p. 126).

O Planejamento Estratégico Situacional define: “Planejamento é uma necessidade da gestão e a gestão é a materialização do plano. Assim, é essencial evitar a dissociação entre planejamento e gestão” (MATUS, 1993, p. 499).

Para Cury (2001, p. 43), o plano fornece um referencial teórico e político. Ela afirma que é a partir das grandes estratégias e diretrizes que serão criados os programas e projetos para atender as políticas e/ou metas definidas. Salienta a importância da visão de um todo sistêmico articulado de forma coerente ao contexto em que está inserido.

Segundo MATUS (1996, p.44), “O plano não é mais do que uma proposta de intercâmbio de problemas e por isto sempre alguma parte importante do plano é conflitiva”.

O plano é relativo à visão de prioridade que se dá a determinados problemas. Eles podem ser vistos por outras pessoas como de baixa prioridade, pois o progresso de um plano é o constante intercâmbio de problemas e conflitos. Cada problema selecionado deverá gerar um programa que se tornará um projeto:

O programa é o aprofundamento do plano, o detalhamento por setor das políticas e diretrizes do plano. Podemos definir um programa como um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos. Ele estabelece as prioridades nas intervenções, ordena os projetos e aloca os recursos setorialmente (CURY, 2001, p.43)

Para Oliveira (1991, p. 21), as palavras previsão e projeção possuem conceitos diferentes. Previsão é o esforço em levantar os eventos que podem ocorrer, baseado em registro de uma série de probabilidades. A projeção é análise da situação que, no futuro, tende a ser igual àquela do passado.

A elaboração dos cenários é um auxiliar importante na formulação do modelo desejado, porque “não são previsões, não procuram identificar o que deve ocorrer, mas, sim, o que pode ocorrer. Eles procuram descrever caminhos alternativos para o

futuro, levando as pessoas a pensar o futuro de diferentes maneiras. [...] Ela permite uma atitude ativa e criativa em relação ao futuro..” (LUCAS, 1999, p.62).

Os mapas cognitivos também têm grande valor porque podem ser utilizados como uma das ferramentas no processo de investigação e de pesquisa. Eles possibilitam a análise dos processos do conhecimento, sejam eles organizacionais ou sociais, definido como uma “representação gráfica de um conjunto de representações discursivas feitas por um sujeito em relação a um objeto em um contexto particular de interação” (COSSETTE; AUDET, 1992 apud BASTOS, 2000, p.5).

Teoricamente, os mapas podem ser entendidos como:

[...] representações de conceitos e relações entre conceitos que os indivíduos utilizam para entender seu entorno. Descrevem crenças (quase sempre relações de causa-efeito) em domínios específicos, e são resultados de uma visão interativa do funcionamento da organização e de sua relação com o entorno (contexto). A elaboração de um Mapa Cognitivo exige, portanto, que sejam feitas investigações sobre o processo cognitivo dos indivíduos, a fim de capturar seu surgimento, desenvolvimento, e a dinâmica de funcionamento no interior da organização. (DAGNINO, 2005, p. 56).

Segundo Fiol e Huff (apud BASTOS, 2000), os mapas cognitivos podem ser:

- **Mapa de identidade:** é aquele que, no processo, possibilita identificar os atores, eventos, subprocessos envolvidos e os elementos chaves do problema;
- **Mapa de categorização:** é o processo que descreve como os atores se organizam ou de que forma estruturam o conhecimento, gerando uma classificação dos eventos e situações, relacionando as diferenças ou semelhanças entre eles; e
- **Mapa causal e de argumentação:** é o mais utilizado porque demonstra como os atores estruturam a explicação dos

eventos e sua ligação com as causas. Ele permite o entendimento das ligações existentes de um evento particular em relação com outro evento que ocorre em outro momento.

O mapa cognitivo pode ser interpretado como:

[...] uma das estratégias metodológicas mais congruentes e adequadas à perspectiva cognitivista dos processos organizacionais, embora isto não a aprisione a nenhum modelo de cognição específico. Isso lhe confere amplo uso de uma vasta gama de questões nas quais o conhecimento ou pensamento dos atores desempenha importante papel nas suas decisões e ações, cerne dos processos de organizar e da visão de organização como sistemas interpretativos ou construções sociais. (BASTOS, 2000, p.15).

Com base no mapa cognitivo causal do Planejamento Estratégico Situacional, é possível identificar os nós críticos, que são os “[...] nós explicativos das cadeias causais, sobre os quais se pode atuar com eficácia prática” (DAGNINO, 2005, p.32). O Autor destaca que os nós críticos possuem três filtros que são:

- Centros práticos de ação, em que o autor destaca o problema e tem autonomia em solucionar de forma efetiva, não tendo que atacar as causas;
- A resolução dos problemas apontados pelos nós será de alto impacto junto ao problema maior; e
- E terá um custo-benefício favorável.

Entre os conceitos apresentados, um dos mais importantes no processo de planejamento estratégico é o da avaliação. Isso se justifica porque, ao executar os projetos, o gestor tem como desafio avaliar as políticas adotadas e redefinir rumos para atingir o objetivo, demonstrando a eficiência, eficácia e a efetividade do programa adotado.

Avaliar é “[...] atribuir valor, medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e projetos sociais [...], a avaliação identifica processos e

resultados, compara dados de desempenho, julga, informa e propõe.” (CARVALHO, 2001, p. 55)

Para Carvalho (2001, p. 63), a avaliação é um dever ético. É o momento da apresentação dos resultados para a sociedade, no qual se deve demonstrar a transparência, o acompanhamento do comportamento das ações sociais, para assim realimentar decisões, opções políticas e programáticas.

Embora esses dados da avaliação realizada sejam importantes para que o gestor consiga os recursos de agências financiadoras, as organizações priorizam outros processos de planejamento, como o de ação, ficando para um segundo plano o processo de avaliação que, muitas vezes, é imposto para justificar ou ratificar uma dada ação, processo institucional ou recurso recebido.

O próximo capítulo descreve o método utilizado para auxiliar na verificação de como os Indicadores Sociais e Econômicos podem atuar como instrumento de gestão das cidades, em conjunto com as ferramentas de Planejamento Estratégico.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo é descrito o método seguido na verificação de como os indicadores sociais e econômicos podem atuar como instrumento de gestão das cidades, em conjunto com as ferramentas de planejamento estratégico.

A pesquisa parte do pressuposto que os gestores de governos municipais se limitam a definir as prioridades das cidades de forma intuitiva, por pressão dos atores influentes, com dados imprecisos e com justificativas não fundamentadas.

A utilização dos indicadores sócio-econômicos, em conjunto com as ferramentas de planejamento estratégico, aumenta a probabilidade de acertos na tomada de decisão e permite aos gestores a busca constante pelo aperfeiçoamento do processo da definição de ações prioritárias. Ao se efetivar esse procedimento, a população obtém os resultados esperados e as cidades locais alcançarão desenvolvimento econômico, justiça social e uma melhor qualidade de vida e, certamente, esses resultados refletirão nos indicadores sócio-econômicos.

Esta pesquisa, de caráter exploratório, baseia-se em estudo de caso cuja proposta é elaborar um processo de priorização dos problemas de uma cidade e a definição das ações a serem tomadas para solucioná-los.

A partir da elaboração da caracterização da cidade, é possível reunir informações dos indicadores sócio-econômicos existentes, divulgados por Institutos Oficiais, resultando em propostas de ações.

“As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1988, p.38).

Gil (1991, p.59) destaca que ao tratar de temas amplos e complexos, como a Gestão da Cidade, o estudo do caso é muito importante. Como cada cidade tem suas características peculiares, foram selecionados os dados da cidade de Jacareí.

O tema a ser pesquisado é de alta criticidade, pois a decisão do gestor influencia a vida de todos os cidadãos, seja de forma direta ou indireta, positiva ou negativa. Para dar embasamento ao estudo de caso, como primeira etapa no processo de pesquisa, é preciso efetuar um levantamento bibliográfico por meio de livros, publicações avulsas, jornais, revistas, pesquisas, teses, artigos, Internet, fitas de vídeo e outras fontes de informações para obter e montar a base de conhecimento da cidade definida.

A utilização dessas fontes de informações tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS e MARCONI, 2001, p. 66) e propiciar condições de “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa” (KÖCHE, 1997, p.122).

Os dados utilizados são referentes ao Município de Jacareí e por ser objeto único, faz-se necessária a pesquisa documental, conforme Gil (1991, p. 51-59), uma vez que servirá de apoio ao estudo no levantamento dos indicadores do município nos Institutos Oficiais, documentos existentes na Prefeitura, Fundações, Associações Comerciais e Industrial, Arquivo Histórico Municipal.

Podem ser utilizados documentos de primeira mão, que não possuam nenhum tratamento analítico; ou de segunda mão, os que passaram por processo de

elaboração, como por exemplo, o relatório de prestação de contas da prefeitura, estatística da cidade e outros.

A pesquisa foi efetuada em nove etapas, descritas, a seguir, conforme o Modelo do Ciclo de Definição de Ações Prioritárias, conforme ilustrado na Figura 3.

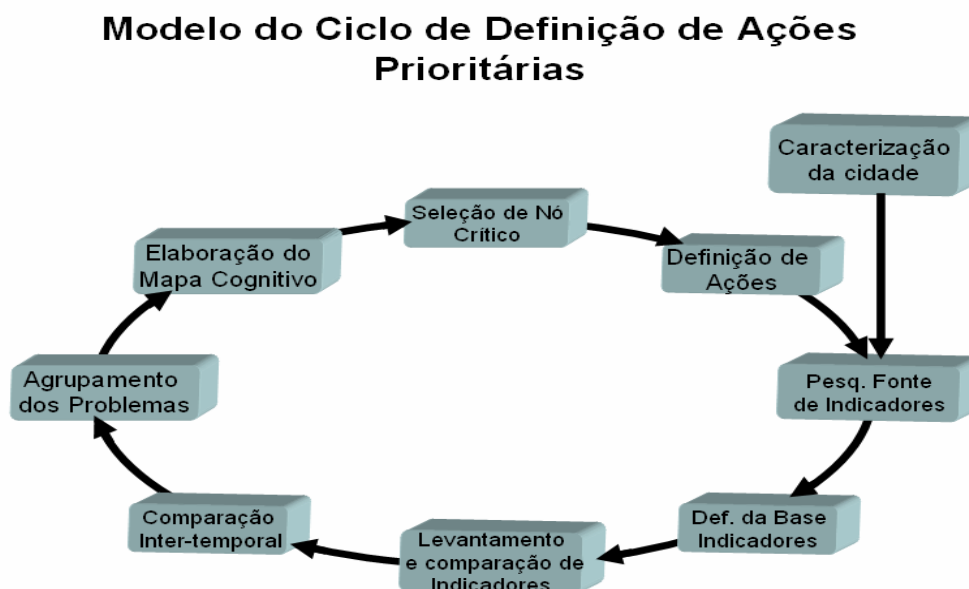


Figura 3 – Modelo do Ciclo de Definição de Ações Prioritárias

3.1 Primeira Etapa – Elaboração, Caracterização e Análise do Município

Efetuar o levantamento de dados para a montagem da caracterização do conhecimento sócio-territorial do município. Isso será executado por meio de informações disponíveis ou por fontes geradoras que possam ser sistematizadas e que possibilitem o conhecimento da realidade local.

Essa caracterização deve nortear o pré-diagnóstico dos macros problemas, baseados a partir da visão do território e da avaliação do município em relação à região do Vale do Paraíba.

Para tanto, definiu-se o conceito de território “para compreender o estatuto atual da sociedade brasileira, faz-se necessário um resgate de sua formação histórica, do ponto de vista cultural e político e não apenas sócio-econômico” (KOGA, 2003, p. 39), bem como “A acessibilidade às informações sobre as cidades tem se tornado uma ferramenta cada vez mais necessária e essencial para o processo de gestão das políticas públicas. Sem informações da realidade não se elaboram diagnósticos efetivos, não se criam parâmetros avaliativos” (KOGA, 2004).

”O território em si [...] não é um conceito. Ele se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que deles se utilizam” (SANTOS, 2000, p. 22).

3.2 Segunda Etapa - Pesquisa das Fontes de Indicadores Sócio-econômicos

Pesquisar e estudar as fontes de indicadores sócio-econômicos junto aos Institutos oficiais que atendam ao objeto do estudo, em suas diversas formas de mídias e de ferramentas disponíveis aos pesquisadores e à população.

3.3 Terceira Etapa – Seleção da Base de Dados de Indicadores

Escolher a(s) fonte(s) de divulgação dos indicadores sócio-econômicos com base em parâmetros definidos, considerando aqueles mais significativos à proposta do trabalho. Poderá haver alterações nesses parâmetros visando a atender o estudo que se pretende focar.

Como objeto deste estudo, definiram-se os seguintes parâmetros:

- **Facilidade de uso da base** : a base deve ser auto-explicativa, no caso do pesquisador não tenha conhecimentos de informática;
- **Selecionar indicadores** que atendam a necessidade da pesquisa;
- **Selecionar condições:** que possibilitem definir indicadores utilizando operadores;
- **Definir municípios e regiões:** possibilidade de o pesquisador selecionar um ou vários municípios, ou uma região;
- **Recurso de Ajuda:** o pesquisador deve ter acesso a esclarecimentos quanto à utilização da base;
- **Criar mapas temáticos:** o pesquisador deve ter como função gerar mapas temáticos dos indicadores selecionados; e
- **Elaborar relatórios próprios diretamente na base de dados:** o pesquisador deve fazer relatórios com os indicadores selecionados.

Para cada parâmetro acima, o peso pode variar no intervalo de 0 a 2 com os seguintes significados:

- **Zero (0)** - não atende ao requisito;
- **Um (1)** - atende parcialmente ao requisito, devendo ser re-trabalhados os dados; e
- **Dois (2)** - atende totalmente o requisito.

3.4 Quarta Etapa – Levantamento e Comparação dos Indicadores

Definir a região ou microrregião ou os municípios que farão parte do levantamento dos dados para que se efetue a comparação entre os municípios e o

município a ser analisado, “lembrando que só conseguimos identificar melhor as nossas realidades quando as compararmos com outras” (URB-AL, 2005, p.67):

- Levantar o período e os indicadores da microrregião e do município em estudo;
- Selecionar os indicadores do município em estudo cujo desempenho seja o menor quando comparado aos indicadores dos demais municípios que compõem a microrregião.

3.5 Quinta Etapa – Comparação Intertemporal dos Indicadores

Efetuar a comparação intertemporal dos indicadores selecionados do município, da região, microrregião ou municípios selecionados, e o intervalo do período de tempo definido, objetivando selecionar os indicadores que tiveram pior desempenho no ano base, comparados aos resultados dos indicadores do ano referência.

Calcular a variação percentual entre os dois períodos, utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{Variação do Indicador} = \frac{(\text{Indicador do ano base} - \text{Indicador do ano referência})}{\text{Indicador do ano referência}} * 100$$

3.6 Sexta Etapa – Definição dos Macro Problemas

Agrupar os indicadores em grandes eixos temáticos conforme define o Planejamento Estratégico Situacional que “consiste em explicar primeiro o macro

problema, ou seja, examinar sistematicamente toda a realidade como um grande problema e, a partir dessa análise, fundamentar a escolha particular do conjunto de problemas que o plano irá enfrentar” (MATUS, 1996, p. 208-209).

3.7 Sétima Etapa – Elaboração do Mapa Cognitivo – Fluxograma Estruturado Situacional

Elaborar o Fluxograma Estruturado Situacional baseando-se na metodologia aplicada no Curso de Extensão Universitária “Gestão Estratégica Pública em Municípios”, criado pelos integrantes do Grupo de Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT), do Instituto de Geociências da Universidade de Campinas – UNICAMP, ministrada no ano de 2005.

Seguir os seguintes passos para obter o Fluxograma Estruturado Situacional:

- Selecionar a equipe e o moderador para oficina que tratará do problema selecionado na etapa 7^a. A oficina será conduzida com enfoque participativo, pois o “processo participativo visa não somente à elaboração de propostas mais ajustadas à realidade. Pretende mudar comportamentos e atitudes, onde os indivíduos passam a ser sujeitos ativos nos processos e não objetos dos outros” (CORDIOLI, 2001, p.27). O moderador deverá ter habilidade na condução da oficina, podendo ser um membro da administração com as habilidades requeridas ou um membro externo contratado;

- O moderador do grupo apresentará os objetivos da oficina e iniciará o processo com apresentação dos participantes e suas expectativas ao final da oficina, visando ao aquecimento da equipe; e
- O moderador solicitará ao grupo que todos escrevam os problemas nas cartelas, tendo como premissa a necessidade de justificar a sua existência com fatos que possam ser constatados, oficialmente, através de indicadores, reportagens e outros meios. Esses fatos devem ser aceitos como válidos por todos os participantes da oficina, como forma de elucidar a questão e possibilitar o seu acompanhamento, nivelando a informação a todos.

O moderador pode utilizar-se da técnica *Metaplan*² e *Brainstorm* :

- *Metaplan* é a utilização da visualização móvel com fichas coloridas. Esta técnica permite a agilização dos levantamentos bem como o compartilhamento das opiniões, e motiva os participantes em aprofundar as idéias sobre o tema, propicia o nivelamento das informações; e
- *Brainstorm* é técnica em que cada participante pode fazer as suas colocações a respeito do assunto em pauta, tendo um coordenador. Os participantes colocam as suas idéias sem compromisso, sem pensar em como deve ser feito, dando a liberdade para cada um se expressar da melhor forma que achar sem sofrer alguma avaliação. Após o tempo definido, o coordenador com o grupo passam a filtrar as idéias. Esta técnica é também conhecida como chuva de idéias.

² “ Metaplan - desenvolvido a partir dos anos 70, por uma empresa de consultoria alemã orientada para a capacitação de executivos de empresas – Metaplan GmbH” (CORDIOLI, 2001, p.25)

Em uma cartela, elaborar a seqüência lógica dos fatos e o seu relacionamento com os problemas levantados, de forma que todos os participantes possam ter, em questão de minutos, o panorama da realidade do problema do município, com base na visão, vivência e realidade dos participantes.

- Selecionar as causas fundamentais cujo significado se relacione ao problema apresentado;
- Descartar as causas que não são representativas para o problema;
- Organizar as causas, agrupando as similares; e
- Formar um eixo específico que represente uma determinada situação, dentro do problema central.

Na montagem do fluxo, as causas devem ser organizadas de forma lógica, mas sua disposição segue estes requisitos:

- Organizar as causas, agrupando as similares;
- Leitura horizontal, no sentido da direita para esquerda;
- Encadeamento das causas, a primeira explicando a subsequente de modo a elucidar os problemas com as cadeias causais;
- Definir as conseqüências que o problema levantado acarreta ao município. Apontar os atores relevantes, também conhecidos como *stakeholders*;
- Levantar as causas do problema em estudo, e
- Concluir, com aprovação de todos participantes da oficina, o fluxograma estruturado funcional elaborado, que é um tipo de mapa cognitivo, “As características desta metodologia a tornam especialmente adequada para construir, [...], modelos de situações e

problemas complexos de natureza semi-estruturada ou difusa, típicos desses ambientes, e para tomar decisões compatíveis [...]” (Dagnino, 2005, p.54) visando a obter um modelo descritivo do problema, que permita facilitar a compreensão da situação em estudo.

3.8 Oitava Etapa – Seleção do Nó Crítico

Com base no Fluxograma Estruturado Situacional, analisar as causas e definir os Nós Críticos, tendo como filtros, segundo Dagnino (2005, p.32), os centros de oportunidades de ação, a melhor relação de custo e benefício e o grau de impacto no problema estudado.

3.9 Nona Etapa – Definição de Ações

Definir propostas e ações necessárias para minimizar e/ou corrigir a situação em estudo, e relacionar as possíveis ações e recursos necessários que farão parte dos projetos prioritários para a gestão da cidade.

Para cada nó crítico apontado, serão definidas as funções a serem sanadas; serão selecionados os projetos que atendam ao tema; serão definidas as ações futuras, e apontado o que se espera como resultado dos projetos.

Para tornar essa fase viável, os membros da oficina devem reunir em pequenas equipes de trabalho. A cada uma delas será destinado um nó crítico para discussão e apresentação de propostas para eliminá-lo ou reduzi-lo.

Como produto final desse estudo, cabe a cada grupo a elaboração de um relatório contendo: relação das disfunções a serem sanadas; projetos que auxiliem na redução ou eliminação dessas disfunções; descrição das etapas relativas à execução de cada projeto; relação dos produtos e resultados esperados com a operacionalização do projeto.

Para concluir essa etapa, realiza-se um Seminário. Nele, todos os grupos apresentam e defendem as suas propostas. Em seguida, elas serão debatidas pelos demais grupos de trabalho que podem rejeitá-las ou alterá-las, para depois aprovar aquelas que terão um consenso dos participantes da oficina.

Güell (2000, p. 157) destaca que, após o levantamento das causas dos problemas, é preciso refletir e considerar os fatos que possam auxiliar na otimização dos esforços do planejamento para que sejam adotadas ações prioritárias para a cidade. Não há necessidade de corrigir todas as causas negativas e nem potencializar todas as positivas, mas sim elaborar uma análise para identificar os pontos com maior relevância na gestão estratégica da cidade.

4. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos e a discussão mais detalhada, a partir das análises efetuadas em cada uma das nove etapas do Modelo do Ciclo de Definição de Ações Prioritárias, descritas no capítulo que aborda (sobre) a metodologia adotada na pesquisa.

4.1 Primeira Etapa - Elaboração, Caracterização e Análise do Município

Levantou-se a caracterização do município com bases em dados disponíveis do censo demográfico do IBGE de 2000, informações da Prefeitura Municipal de Jacareí; Autarquias e Fundações; Fundação SEADE; IPEA; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Saúde; PNUD; Governo do Estado de São Paulo; Confederação Nacional dos Municípios; Secretaria do Tesouro Nacional da União; Concessionária de Energia Elétrica.

A caracterização está estruturada em vinte e dois temas, conforme detalhado no Apêndice A.

Como resultado da macro análise realizada com base nos dados que constantes na caracterização do município, observou-se a existência de quatro temas críticos na cidade:

- Alto nível de despesas de custeio da Prefeitura;
- Alto nível de comprometimento com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais;

- Baixa capacidade de investimento da Prefeitura; e
- Alto índice de criminalidade.

4.1.1 Discussão da Primeira Etapa - Elaboração, Caracterização e Análise do Município

A caracterização do Município é de suma importância tanto para os gestores como para toda a população, pois ela é a base que fornece uma visão real de toda a cidade.

A pesquisa permite avaliar a cidade em todos os seus aspectos, tornando um subsídio para o processo proposto, uma vez que apresenta as complexidades, as tendências e as vocações da cidade de Jacareí.

Ao fazer a pesquisa para a montagem da caracterização do município, buscou-se a maior neutralidade possível nos levantamentos dos dados e informações para compor os temas, pois o material coletado deveria permitir ao gestor ou pesquisador uma visão do contexto do município, a fim de propiciar as primeiras análises sobre o local.

O pesquisador, ao apresentar este estudo, não teve como objetivo esgotar o assunto, mas sim retratar a situação existente no momento da sua elaboração e permitir que a sua atualização sirva de base para futuras análises. Para tanto, os assuntos mais relevantes foram mapeados para possibilitar algumas conclusões macro que serão demonstradas nos resultados obtidos.

Isso pode ser observado na questão do Investimento do Município: o governo possui baixa capacidade de realizar as obras necessárias, quando comparado às cidades de São José dos Campos, Taubaté, e à média dos municípios brasileiros,

com a mesma quantidade de população. Isso leva a concluir que a máquina administrativa tem um alto custo em relação a gastos com pessoal e com custeio administrativo. Esse fato, no quadro atual, impede que os gestores façam as intervenções e investimentos necessários para a Cidade.

Outro ponto crítico se refere ao Alto Índice de Criminalidade que se justifica pelo fato de o Município estar localizado no entroncamento das principais rodovias do país; por ser um ponto, geograficamente, estratégico na distribuição de drogas e, também, por haver várias entradas para a cidade, o que facilita as ações dos marginais.

A caracterização do Município foi importante ao estudo porque permitiu ampliar e nivelar o conhecimento de todos os gestores e atores envolvidos nos processos propostos, possibilitando a obtenção de uma base única de informação a respeito da cidade.

Além disso, ela facilitou o iniciou o processo de compreensão da realidade social e econômica da cidade, que foi uma das propostas apresentadas nos objetivos específicos.

4.2 Segunda Etapa – Pesquisa das Fontes de Indicadores Sócio-econômicos

Foram utilizados documentos, livros e a rede mundial de computadores – Internet - sobre o tema Indicadores Sócio-Econômicos.

A pesquisa realizada na Internet foi iniciada com a busca de informações existentes nas páginas brasileiras e nas mantidas pelo governo federal e estadual,

voltadas ao tema do trabalho. Foram selecionados sete endereços que serviram como referência para a pesquisa conforme Quadro 7.

ENTIDADE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Ministério da Assistência e Promoção Social	http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/censo2000/
Ministério do Trabalho – Pesquisa	http://www.mtb.gov.br
Banco Federativo BNDES	http://www.federativo.bndes.gov.br/f_bdg.htm
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP	http://www.inep.gov.br
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	http://www.ibge.gov.br
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano	http://www.pnud.org.br/atlas/
Fundação Sistemas Estadual de Análise de Dados – Seade	http://www.seade.gov.br

Quadro 7 - Seleção de Órgãos e Institutos Geradores de Indicadores

4.2.1 Discussão da Segunda Etapa - Pesquisa das Fontes de Indicadores Sócio-econômicos

É possível concluir que o Brasil possui grande quantidade de Órgãos, Institutos e Universidades que elaboram indicadores cuja competência e credibilidade têm reconhecimento nacional e internacional.

Devido à quantidade de fontes existentes, o pesquisador encontrou facilidade na obtenção dos indicadores. Isso demonstra que a sua utilização pelos gestores não representa obstáculo no desenvolvimento do processo, mas há necessidade de que se tenha um treinamento para a obtenção de indicadores para os municípios

menores, que não têm acesso à utilização da informática, nem à navegação da Internet, muito menos experiência nessas áreas.

4.3 Terceira Etapa – Seleção da Base de Dados dos Indicadores

Devido à grande quantidade de dados existentes, primeiramente, foram selecionadas as bases que melhor responderam ao propósito da pesquisa, o mesmo ocorrendo com o critério de avaliação, conforme Quadro 8.

BASE / PARÂMETRO	01	02	03	04	05	06	07	TOTAL	ORDE M
Programa das Nações Unidas p/ o Desenv. Humano. http://www.pnud.org.br/atlas/	2	2	2	2	2	2	2	14	1º
Fundação Sistemas Estadual de Análise de Dados – Seade. http://www.seade.gov.br	2	2	0	2	1	0	0	7	2º
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php	2	1	0	2	0	0	0	5	3º
Ministério do Trabalho – Pesquisa http://perfildomunicipio.caged.com.br	1	0	0	2	1	0	0	4	4º
Banco Federativo BNDES http://www.federativo.bndes.gov.br/f_bdg.htm	1	0	0	2	1	0	0	4	4º
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP http://www.inep.gov.br	0	0	0	0	0	0	0	0	5º
Ministério da Assistência e Promoção Social http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/censo2000	0	0	0	0	0	0	0	0	5º

Quadro 8 - Avaliação das Bases Disponíveis

Legenda: 01 - Facilidade de uso da base; 02 – Seleção de indicadores; 03 – Imposição de condições como limites; 04 – Definição dos municípios e regiões; 05 - Recurso de Ajuda; 06 – Criação de mapas temáticos; 07 – Elaboração de relatórios próprios diretamente na base de dados.

Peso: com variação de 0 a 2 com os seguintes significados: Zero (0) - não atende o requisito; Um (1) - atende parcialmente o requisito, devendo ser re-trabalhados os dados; Dois (2) - atende totalmente o requisito.

A pesquisa apontou a base do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas, como primeira classificada. De acordo com os

parâmetros definidos, ela obteve a nota máxima em todos os quesitos. A segunda base classificada conseguiu a nota máxima apenas nos seguintes parâmetros: Facilidade de Uso, Seleção de Indicadores e na Definição dos Municípios e Regiões.

4.3.1 Discussão da Terceira Etapa - Seleção da Base de Dados dos Indicadores

Percebeu-se, dentre as inúmeras fontes geradoras de indicadores, a inexistência de uma base ideal que pudesse ser aplicada prontamente. Foi necessário reprocessar os dados.

Após definir parâmetros e notas para avaliar as bases selecionadas, obteve-se classificação daquelas pertinentes à proposta da pesquisa. Nesta etapa, por se tratar de um estudo específico, procurou-se manter uma visão generalista, pois há a tendência natural do pesquisador para selecionar bases com as quais possui maior conhecimento ou aquelas relativas à sua especialização (saúde, educação e outros).

A base que obteve a primeira classificação teve uma pontuação superior às outras em 50%. O seu projeto foi o mais completo, com abrangência nacional. Foi elaborado pela Fundação João Pinheiro, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Universidade Federal de Minas Gerais, com o patrocínio das Nações Unidas. A segunda classificada teve seu projeto restrito aos dados do Estado de São Paulo.

No contexto atual, a situação ideal seria que os gestores municipais tivessem a iniciativa de criar uma estrutura, seja ela municipal ou regional; em parcerias com

os demais municípios, ou por meio de consórcios ou com convênios com as Universidades para que fosse criada uma base de dados que atendesse as necessidades particulares da cidade, permitindo o seu acompanhamento, a sua evolução de forma sistemática e retro alimentando os dados.

4.4 Quarta Etapa – Levantamento e Comparação dos Indicadores

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é um banco de dados eletrônicos, com informações sócio-econômicas relevantes dos 5.507 municípios brasileiros. Ele foi construído com micro dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com informações referentes aos censos de 1991 e 2000. O Atlas aborda os temas constantes no Anexo B e relaciona cento e vinte e cinco indicadores.

Selecionou-se a microrregião de São José dos Campos da qual fazem parte as seguintes cidades: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé. Os cento e vinte e cinco indicadores da microrregião foram gerados com base ano 2000.

Os indicadores foram analisados em dezenove grupos que se encontram disponíveis no Apêndice B.

Após a comparação entre os municípios da microrregião, chegou-se à conclusão de que Jacareí possui oito indicadores com o pior desempenho, conforme Quadro 9 - Indicadores com o Pior Desempenho do Município de Jacareí.

INDICADOR (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATA	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEM- BÉ
Esperança de vida ao nascer	74,88	71,46	70,80	72,25	72,92	73,89	72,73	74,48
Mortalidade até um ano de idade	9,74	15,42	16,67	13,99	12,84	11,26	13,16	10,35
Mortalidade até cinco anos de idade	11,16	17,65	19,07	16,02	14,7	12,89	15,06	11,86
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	95,87	93,58	93,09	94,15	94,61	95,25	94,48	95,62
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	88,16	82,39	81,21	83,77	84,93	86,55	84,61	87,51
Percentual de 7 a 14 anos na escola	95,16	94,76	93,89	94,09	94,04	95,75	95,7	94,61
Percentual de enfermeiros com curso superior	26,88	36,67	0	7,96	0,85	14,68	20,15	26,75
IDH – Longevidade	0,831	0,774	0,763	0,787	0,799	0,815	0,796	0,825

Quadro 9 - Indicadores com Pior Desempenho do Município de Jacareí
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

Jacareí apresentou os piores indicadores em relação às demais cidades da região.

- **Esperança de vida ao nascer** – a perspectiva de vida da população de Jacareí é de 70,8 anos, a partir do nascimento. Entre os municípios, a maior perspectiva de vida atingiu 74,88 anos, portanto 5,45% superior a Jacareí;
- **Mortalidade até um ano de idade** – em Jacareí, o indicador registra que a cada 1.000 crianças nascidas, 16,67 delas não sobreviveram no primeiro ano de vida. Entre os municípios, a menor mortalidade é de cada 1.000 crianças nascidas, 9,74 delas não sobreviveram no primeiro ano, portanto 71,11% inferior a Jacareí;
- **Mortalidade até cinco anos de idade** – para cada mil crianças nascidas, 19,07 delas não sobreviveram até os cinco anos de idade.

Na região, o melhor indicador é de 11,16 crianças, que é inferior 70,9%;

- **Probabilidade de sobrevivência até 40 anos** – o indicador demonstrou que 93,09 % da população, até a idade de 40 anos, têm vulnerabilidade à morte. O município com o melhor resultado apresentou um indicador de 95,87% da população, portanto superior em 2,9 %;
- **Probabilidade de sobrevivência até 60 anos** – o indicador registrou que 81,21 % da população, até 60 anos, têm vulnerabilidade à morte. Na região, o indicador com melhor situação é de 95,87%, portanto superior em 15,3 %.
- **Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola** – o indicador apontou que apenas 93,89% das crianças, na faixa de 7 a 14 anos, estão freqüentando a escola, independente do grau e série. O melhor indicador é de 95,75%, que representa 1,94% melhor que o de Jacareí;
- **Percentual de enfermeiros com curso superior** – o indicador demonstrou que as pessoas residentes no Município que exercem a profissão de enfermeiro, com curso superior, é zero. O melhor indicador foi de 36,67; e
- **IDH – Longevidade** – é o indicador que mede a longevidade do município. É um subíndice obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer. A cidade tem o indicador de 0,763, ou seja, um resultado mais próximo do indicador 1. Isso demonstra que a população do Município possui melhor qualidade de longevidade. Na região pesquisada, o melhor indicador é de 0,831, superior em 8,18%.

4.4.1 Discussão da Quarta Etapa - Levantamento e Comparação dos Indicadores

A identificação e a comparação dos indicadores, entre as cidades da região, são importantes porque proporcionam uma reflexão sobre o que deve ser melhorado e priorizado.

Como os indicadores são gerados a partir de censos populacionais, realizados a cada dez anos, os gestores não conseguem medir o processo evolucionário ocorrido nas cidades, pois, diariamente, acontecem mudanças, sejam pelo aumento populacional, pelos resultados econômicos, pelos resultados de ações implantadas por outros fatores que influenciam diretamente a cidade.

Essas alterações não invalidam os indicadores, apenas deixam de fornecer informações atualizadas constantemente. Por meio deles é possível observar as tendências, principalmente, quando os gestores municipais precisam dessas informações para poder, durante o período de quatro anos, administrar os recursos de maneira correta, visando a melhorar o desempenho da cidade.

É preciso ressaltar que a desatualização dos indicadores impede os gestores de reavaliar e redirecionar os projetos de desenvolvimento sócio-econômico das cidades.

Conclui-se que há necessidade de mecanismos que possam fornecer informações que componham estes indicadores em períodos menores, por meio da coleta de dados, utilizando-se de programas sociais da área da saúde, educação e assistência social.

Esses programas sociais possuem uma característica própria, pois já coletam dados dos munícipes participantes, que são enviados para a esfera Federal e Estadual.

Há necessidade dos gestores investirem na utilização desses dados. É preciso adaptar e completar o levantamento das informações coletadas pelos programas sociais. Precisam-se criar metodologias e ferramentas que possam processar e gerar os indicadores. Ou mesmo que o Governo Federal, juntamente com o IBGE, pudessem capacitar e dar estrutura para que os gestores levantassem os dados e indicadores municipais. O IBGE deveria ser o Instituto indicado para avaliar a qualidade dos dados, a consolidação e geração dos indicadores em nível nacional.

A médio e longo prazo, colher-se-ia, como reflexo dessa ação, a redução do custo na elaboração do Censo Nacional, além da possibilidade de os gestores municipais acompanharem e decidirem as prioridades de sua cidade.

4.5 Quinta Etapa – Comparação Intertemporal dos Indicadores

Foi efetuada a comparação intertemporal entre os 125 indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Nela, o município de Jacareí obteve sete indicadores com pior desempenho.

Tomou-se como base o Censo de 2000 em relação ao Censo de 1991. Destacaram-se os seguintes indicadores: população total, exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula; percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais; percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas; percentual de enfermeiros residentes com curso superior; percentual da renda proveniente de rendimento do trabalho; percentual da renda proveniente de transferências governamentais,

conforme detalhado na Quadro 10 – Piores Comparações Intertemporais do Município de Jacareí e a avaliação completa no Apêndice C.

Esses sete indicadores demonstram que, na cidade, houve pontos cuja avaliação não melhorou internamente, mesmo não sendo o pior resultado em relação às outras cidades.

INDICADOR (CONDIÇÃO IDEAL)	1991	2000	VAR. %
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos - (<)	5,02	5,33	6,17
Percentual da renda proveniente de rendimento do trabalho – (>)	80,97	70,18	-13,21
Percentual da renda proveniente de transferências governamentais – (<)	10,92	16,24	48,71
Percentual de enfermeiros residentes com curso superior – (>)	0,48	0	-100
Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas (<)	10,04	12,55	25,0
Percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais – (<)	8,18	12,73	- 47,4
População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula – (<)	152441	171399	12,43

Quadro 10 - Piores Comparações Intertemporais do Município de Jacareí

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

Legenda: Condição Ideal indica qual a tendência ideal para o indicador, (>) crescer ou (<) diminuir ou (=) permanecer no mesmo patamar

Os indicadores registram: aumento de 6,17% de adolescentes grávidas; redução de 13,21% entre as pessoas da cidade que perderam a sua renda proveniente do rendimento do trabalho; aumento da dependência do Município em 48,71% com relação à transferência de renda governamental; redução das enfermeiras com curso superior em torno de 100%; aumento de 15% de pessoas,

com mais de 65 anos, morando sozinhas; aumento em 47,4% do número de pessoas cuja renda familiar “per capita” provém, em mais da metade do seu valor total, de rendimentos de aposentadoria, pensão e programas oficiais de auxílio; aumento de 12,43% entre as pessoas que residem em domicílios coletivos e com renda nula.

4.5.1 Discussão da Quinta Etapa – Comparação Intertemporal dos Indicadores

A comparação intertemporal também é uma forma de fazer avaliação. Por meio dela, é possível verificar se as ações que são tomadas pelo gestor e sua equipe estão evoluindo da forma esperada. Ela permite apontar temas que devem ser analisados mais profundamente para definir ações. Isso recai na necessidade de redução do tempo para gerar os indicadores municipais, possibilitando avaliar as ações e programas implementados, Apêndice C.

Diferentemente do que ocorre nas administrações municipais, as empresas utilizam indicadores diários para ajudá-las tanto no processo de decisão, como na revisão de suas posições.

No caso específico do Município, pela comparação intertemporal foi possível concluir que não houve investimento necessário nas áreas sociais nem programas eficientes que permitissem melhorar esses indicadores que registram tendência no aumento da exclusão social da população e na dependência do cidadão nos programas sociais.

4.6 Sexta Etapa - Definição dos Problemas Prioritários

O Quadro 11 apresenta nove problemas prioritários que foram agrupados após o resultado da comparação dos indicadores entre os municípios; da comparação dos indicadores intertemporais e da análise da caracterização do Município.

AGRUPAMENTO DE INDICADORES	EIXO TEMÁTICO
Esperança de vida ao nascer Mortalidade até um ano de idade Mortalidade até cinco anos de idade	Mortalidade Infantil
Percentual 7 a 14 anos na escola	Educação
Percentual de Enfermeiras residentes com curso superior	Estrutura da Saúde
Percentual de renda proveniente de rendimento do trabalho	Desenvolvimento Econômico
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos Probabilidade de sobrevivência até 60 anos IDHM Longevidade	Assistência Médica
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos Probabilidade de sobrevivência até 60 anos Alto índice de criminalidade IDHM Longevidade	Segurança Pública
Percentual de Pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinha	Atendimento ao Idoso
Percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais.	Atendimento à População Carente
Alto nível de despesas de custeio da Prefeitura. Alto nível de comprometimento com a folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Baixa capacidade de investimento da Prefeitura.	Finanças Públicas

Quadro 11 - Problemas Prioritários

Para obter este Quadro, primeiramente, foram analisados os indicadores que possuem relação e significado entre si. Após essa fase, criou-se a denominação do problema para representar esses indicadores.

Os indicadores podem aparecer em vários grupos de problemas diferentes. Por exemplo, o Indicador de Probabilidade de Sobrevivência de 40 e 65 anos é relevante quando se trata do problema de Assistência Médica, pois quanto melhor for o Serviço de Saúde, maior a probabilidade de aumentar a vida do cidadão. Ele também tem significado na questão da Segurança, pois com a cidade mais segura, com menos homicídio, a probabilidade de aumentar esse indicador é maior.

4.6.1 Discussão da Sexta Etapa - Definição dos Problemas Prioritários

A definição dos eixos temáticos e o agrupamento dos indicadores compuseram os problemas prioritários que, por sua vez, devem se tornar projetos prioritários para cidade.

As ações dos projetos prioritários não podem ser tomadas isoladamente. Para alcançar resultados eficientes, eficazes e otimizados é preciso buscar a visão do projeto no contexto geral dos demais projetos prioritários.

Os projetos prioritários não são de uma secretaria específica, mas sim do conjunto de secretarias que formam uma equipe interdisciplinar cujo objetivo é solucionar os problemas com a visão macro.

Muitas vezes, o gestor trata os problemas da cidade da mesma forma em que sua organização está estruturada, ou seja, “departamentalizada” por secretarias. Isso dá origem a ilhas de informações, sem comunicação entre elas, acarretando propostas ineficientes e ineficazes.

A população tem uma visão da Administração e não das Secretarias cujas ações equivocadas, com pouco resultado prático, transmite-lhe a imagem da incompetência do gestor. O que ocorre é falta de comunicação interna na organização.

Por exemplo, o Projeto da Segurança Pública não passa apenas pela questão da repressão dos bandidos, traficantes, construção de cadeias, mas também pela geração de renda, pela educação, assistência social cujos reflexos são perceptíveis em diversas áreas, não somente no Indicador da Violência. Há repercussão no custo da saúde e no tratamento de vítimas da violência.

4.7 Sétima Etapa – Elaboração do Mapa Cognitivo – Fluxograma Estruturado Situacional

Elaborou-se o Fluxograma Estruturado Situacional na oficina do Curso de Extensão de Gestão Estratégica Pública (2005), promovido pela FUNCAMP. Fizeram parte da oficina 16 alunos, com experiência em administração pública, representando diversas cidades.

Eles iniciaram o trabalho definindo “Segurança Pública” como problema a ser discutido. Duas cidades da região de Campinas serviram de base de análise, portanto a cidade de Jacareí não foi o foco dessa oficina.

Foi efetuado o levantamento das causas do problema que resultou em uma relação de trinta e duas causas, reunidas de forma aleatória e sem ordem de prioridade. O moderador utilizou as seguintes técnicas: *Metaplan* e *Brainstorm* :

Com os resultados das causas levantadas, o grupo selecionou aqueles que eram fundamentais e com significado para o problema, e organizou-os de forma lógica, conforme descrito na metodologia, Quadro 12.

Com a montagem do Fluxo Estruturado Situacional, chegou-se a um modelo básico que, após análise, foi possível adotá-lo nas cidades com algumas características semelhantes, tais como: número de habitantes, o município em estudo deveria estar próximo a cidades consideradas como núcleo metropolitano e com alto grau de conurbação. E foram efetuados os devidos ajustes, levando em consideração as suas características específicas.

O fluxo apresentado neste trabalho foi adaptado para demonstrar realidade da cidade de Jacareí, conforme Figura 4 – Fluxo Estruturado Situacional da Segurança Pública .

FATO (POR QUE TEMOS ESTE FATO DE..?)	CAUSAS (RESPOSTA AO FATO, O MOTIVO DO FATO È POR CAUSA DA (O))
1. Grande número de Jovens expostos ao Risco do Crime	2. Impunidade 3. Crime Organizado se tornando “Grande empregador” de Jovens
2. Impunidade	4. Morosidade do Judiciário
3. Crime organizado se tornando “Grande Empregador” de Jovens.	5. Ineficiência da Polícia.
4. Morosidade do Judiciário	6. Existência de Esquema de Produtos Roubados na Região 7. Crime Organizado e Estruturado na Região.
5. Ineficiência da Polícia	6. Existência de Esquema de Produtos Roubados na Região 7. Crime Organizado e Estruturado na Região.
6. Existência de Esquema de Produtos Roubados na Região	7. Crime Organizado e Estruturado na Região.
7. Crime Organizado e Estruturado na Região.	9. Cadeia Local 10. Presídio instalado na Região 11. Corredor de Circulação Facilita Escoamento (rota de tráfico de droga).

Quadro 12 - Fatos e Causas do Fluxograma Estruturado Situacional

Fonte: Oficina do Curso de Extensão de Gestão Estratégica Pública do Município – Unicamp – 2005

Figura 4 - Fluxograma Estruturado Funcional da Segurança Pública

Como o grupo era composto por membros de várias cidades, foi possível coletar informações de cada uma delas e identificar dez (10) descritores de problemas, conforme consta no Quadro 13.

PROBLEMA	VIOLÊNCIA NA CIDADE DE JACAREÍ
Descritor 1	A taxa média de homicídio/ano é de 36,7 por 100 mil habitantes, no período de 1999 a 2004.
Descritor 2	A taxa de homicídio/ano de 2004 foi de 35,48 por mil habitantes.
Descritor 3	Em 2004 a variação da taxa de homicídio/ano de Jacareí em relação à média da Região de São José dos Campos foi superior a 73,1%
Descritor 4	A taxa média de roubo no período de 1999 a 2004 foi de 614,79 roubos por ano.
Descritor 5	A taxa de roubo no ano de 2004 foi de 427,79 roubos.
Descritor 6	Em 2004 a variação da taxa de roubo de Jacareí em relação à média da Região foi superior em 10,6%.
Descritor 7	Alto percentual dos delitos cometidos por jovens na faixa de 14 a 25 anos.
Descritor 8	Mais de 50% das vítimas das ocorrências na faixa de 14 a 25 anos.
Descritor 9	90% dos infratores e vítimas são do sexo masculino.
Descritor 10	Ocorrências espalhadas por toda a cidade

Quadro 13 - Relação de Problema e Descritores

Fonte: Base Oficina do Curso de Extensão de Gestão Estratégica Pública do Município – Unicamp - 2005

Solicitou-se ao grupo a definição das conseqüências que esses problemas acarretavam ao município. Foram relacionados seis pontos:

- População em estado de insegurança;
- Imagem da cidade prejudicada;
- Aumento de condomínios residenciais;
- Legalização de fechamento de ruas;
- Afastamento de profissionais e empresas;
- Aumento da demanda com complexidade e custos para os serviços de Saúde; e
- Baixa estima da População.

Para dar seguimento ao processo, solicitou-se aos integrantes da oficina um levantamento dos atores relevantes, também conhecidos como *stakeholders*, descrito no Quadro 14.

Beneficiários
População
Atores Relevantes
Ministério Público
Ordem dos Advogados do Brasil
Igreja Católica
Templos Evangélicos
ONG's
Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo
Crime Organizado
Associação de Alcoólatras Anônimos
Associação de Dependentes Químicos Anônimos
Judiciário
Polícia Militar
Polícia Civil
Conselho de Segurança Municipal
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
Juizado de Menores
Prefeitura
Escolas
Clube de Serviços
Pastorais da Igreja Católica
Secretaria do Bem Estar Social
Delegacia de Polícia

Quadro 14 - Atores e Beneficiários

Fonte: Oficina do Curso de Extensão de Gestão Estratégica Pública do Município – Unicamp - 2005

4.7.1 Discussão da Sétima Etapa – Elaboração do Mapa Cognitivo – Fluxograma Estruturado Situacional

Para cumprir a etapa da construção do Mapa Cognitivo ainda faltam: o Fluxograma Estruturado Situacional, os Descritores dos Problemas, os Atores e Beneficiários. Essas são as ferramentas-base para as próximas etapas e para a indicação das propostas de redução ou eliminação do problema.

Há dois pontos vitais desta etapa:

- A participação dos atores envolvidos nas oficinas é fundamental porque enriquece o processo na explicação da realidade. Eles têm conhecimentos, experiências e vivências específicas sobre o tema discutido dentro do seu foco real, permitindo mais exatidão no resultado final do processo; e
- A experiência do moderador é de grande importância, pois exerce a função de facilitador junto ao grupo. O sucesso da oficina está na capacidade de conduzir, liderar, motivar, questionar, contrapor e sintetizar os pensamentos do grupo.

O resultado do processo está diretamente ligado à participação dos atores envolvidos no problema e da habilidade do moderador. A falta de um desses elementos pode incorrer no risco de ser obter um resultado equivocado ou desfocado da realidade.

4.8 Oitava Etapa – Seleção do Nó Crítico

Com base no Fluxograma Estruturado Situacional, o grupo efetuou a análise das causas e determinou os Nós Críticos. Além dos filtros adotados, definiu-se um critério para análise e seleção que permitisse ao gestor ter autonomia para propor e executar ações. Como resultados dessa etapa, surgiram oito nós críticos:

- Jovens Ociosos e Sem perspectivas;
- Desemprego;
- Grande número de terrenos baldios;
- Má iluminação;
- Corredor de circulação facilitando escoamento (rota de tráfico e droga);
- Efetivo da Polícia Militar insuficiente;
- Estrutura insuficiente para cumprimento de medidas sócio-educativas (menor infrator); e
- Alto consumo de drogas lícitas.

4.8.1 Discussão da Oitava Etapa - Seleção do Nó Crítico

Esse Fluxograma deve representar o cenário mais próximo da realidade, servindo como base de estudo para se chegar ao Nó Crítico, que é a(s) causa(s) principal (ais), do problema, possibilitando resolvê-lo ou minimizá-lo.

A definição do nó crítico deve responder “quais são as causas resolvidas que possibilitam a solução ou a minimização do problema”. Essa resposta deve ser tão

objetiva que permita ao gestor tomar ações que tenham alto impacto sobre o problema, tornando seu governo um centro prático ou oportuno de ação.

A falta das respostas referentes às causas e às soluções dos problemas implica, diretamente, estar trabalhando com um Nó Crítico superficial, comprometendo todo o processo final.

4.9 Nona Etapa – Definições de Ações

Nesta etapa, foram definidas propostas de ações necessárias para minimizar e/ou corrigir a situação em estudo, conforme descrito na Metodologia.

Foram relacionados os projetos, a sua forma de execução, os possíveis resultados desses projetos e os impactos esperados quanto ao problema proposto, conforme Quadro 15 – Nó Crítico – Má iluminação, Quadro 16 – Nó Crítico - Desemprego, Quadro 17 – Nó Crítico - Efetivo da Polícia Militar Insuficiente, Quadro 18 – Nó Crítico - Corredor de Circulação Rota do Tráfico e Droga .

DISFUNÇÕES A SEREM SANADAS			
PROJETOS	O QUE FAZER	PRODUTO	RESULTADOS ESPERADOS
Programa de “Eficiência Energética”.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar convênio com a concessionária de energia. - Definir bairro para a troca das lâmpadas. - Definir bairro e locais com necessidade de iluminação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Convênio assinado. - Troca das lâmpadas de vapor de mercúrio (luz branca) da iluminação pública, por outras de vapor de sódio de alta pressão (luz amarela), que são mais econômicas e eficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inibição da ação de criminosos. - Redução da criminalidade.

Quadro 15 – Nó Crítico – Má iluminação

DISFUNÇÕES A SEREM SANADAS		- GERAR RENDA - INCLUSÃO SOCIAL	
PROJETOS	O QUE FAZER	PRODUTO	RESULTADOS ESPERADOS
Revitalização do PAT	<ul style="list-style-type: none"> - Montar equipe de trabalho para propor alterações; - Tomar atitude pró-ativa; - Estabelecer contatos com empresas sobre a demanda; e - Divulgar vagas de empregos. 	- Mão de obra disponível do município.	- Redução da taxa de desemprego.
Abertura de empresas	<ul style="list-style-type: none"> - Montar equipe que estude o Simples municipal; - Estudar meios para que se criem incentivos às empresas na geração de emprego; e - Proporcionar a capacitação do empreendedor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo processo de abertura de empresas no município; e - Treinamento do Sebrae. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agilidade na abertura de empresas pela Prefeitura; e - Aumento na geração de renda, empregos e receitas tributárias.
Associações e Cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar grupos com capacidade de abrir associações e /ou cooperativas; - Capacitar o grupo no trabalho da associação e/ou cooperativa; - Levantar as linhas de financiamento existentes, junto ao Banco do Povo; e -Assessorar todo o processo produtivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos identificados; -Processo de Capacitação elaborado; e -Equipe da Prefeitura multidisciplinar montada para assessoria aos grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da taxa de desemprego; - Aumento do PIB municipal; - Melhora no nível do cidadão; e -Redução da exclusão social.
Frente de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> -Identificar possibilidades de trabalhos a serem executados pelas frentes de trabalhos; - Levantar custos; - Definir regras de seleção e perfil; e - Preparar formação profissional. 	-Equipes trabalhando nos serviços básicos por tempo determinado.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade de vida; e -Redução do índice de exclusão social.

Quadro 16 - Nó Crítico - Desemprego

DISFUNÇÕES A SEREM SANADAS		- POLÍCIA MILITAR MAIS PRESENTE NA CIDADE	
PROJETOS	O QUE FAZER	PRODUTO	RESULTADOS ESPERADOS
Criação do Núcleo de Segurança do Município.	- Assinar convênio com a Polícia Militar para a criação do Núcleo I de Segurança Municipal.	- Convênio assinado. - Reunião de Planejamento de funcionamento e estrutura do núcleo. - Proposta de serviços	- Melhorar a estrutura de combate ao crime.
Monitoramento eletrônico da cidade.	- Levantar pontos prioritários para serem monitorados pelo Núcleo de Segurança do Município; - Conhecer experiências similares; - Conhecer tecnologia existente; - Buscar parceiros na aquisição dos equipamentos; - Elaborar projeto de implantação; - Adquirir a solução; e - Implantar.	- Mapa da cidade com os locais mais vulneráveis; - Termo de referência dos equipamentos; - Licitação pronta; e - Relação de parceiros (empresas, bancos e comércio).	- Redução da criminalidade nos pontos monitorados.
Implantação do Disque-Denúncia.	- Assinar convênio com a ONG, que executam o trabalho de disque-denúncia; e - Dar publicidade para que a população utilize o serviço.	- Convênio assinado; e - Projeto de divulgação para a população.	- Participação da população na ação de denunciar crimes, tráfico, localização de bandidos e outros; e - Redução da ação dos bandidos.

Quadro 17 – Nó Crítico – Efetivo da PM Insuficiente

DISFUNÇÕES A SEREM SANADAS		- FALTA DE CONTROLE DO ACESSO À CIDADE	
PROJETOS	O QUE FAZER	PRODUTO	RESULTADOS ESPERADOS
- Portal da Cidade	- Elaborar projeto arquitetônico do portal da cidade, para as diversas estradas de acesso a cidade. - Licitar a execução da obra	- Projeto do portal. - Abertura da licitação das obras	- Inibir a entrada de marginais, traficantes na cidade com o portal que será posto avançado para ser utilizado pela Polícia Militar e a Guarda Municipal.
- Sistema de Monitoramento	- Pesquisar sistema de monitoramento de entrada de carros com acesso a banco de dados de carros roubados. - Licitar aquisição dos equipamentos. - Implantar as câmeras no portal da cidade. - Disponibilizar as informações para o Núcleo de Segurança Municipal	- Definição da solução. - Licitação aberta. - Instalação das câmeras e do sistema de monitoramento	- Redução da entrada de traficantes e bandidos. - Flagrante de carros roubados na cidade.

Quadro 18 – Nó Crítico – Corredor de Circulação Rota do Tráfico de Droga

4.9.1 Discussão da Nona Etapa – Definições de Ações

A proposta da Metodologia se complementa com a definição das ações específicas para cada Nó Crítico. A adoção ou não da execução do projeto é de responsabilidade do gestor, que deve definir os recursos e o prazo em que poderá viabilizar a sua implantação.

Em muitos casos, o planejamento das cidades é representado por meio de propostas que não estão fundamentadas em indicadores. Elas são elaboradas apenas com o intuito de beneficiar interesses de atores representados pelo gestor.

5. CONCLUSÃO

A utilização de Indicadores Sócio-Econômicos, em conjunto com ferramentas de Planejamento Estratégico, por si só não é garantia de sucesso, mas, com certeza, aumenta as probabilidades de acertos e reduz os erros na priorização das ações.

Ao aplicá-los, inicia-se um processo de mudança cultural nos gestores das cidades e na postura do cidadão. A definição de prioridades torna-se mais evidente e transparente para todos os envolvidos. Como resultados, surgem cidades com maior desenvolvimento sócio-econômico e com a oportunidade de se tornarem mais justas para todos os seus habitantes.

Este trabalho não tem como objetivo oferecer solução para todos os problemas que as cidades enfrentam, mas sim provocar uma reflexão quanto à Gestão das Cidades. Ele pretende demonstrar que gerir uma cidade significa tratar de assuntos de alto grau de complexidade. Para isso, há necessidade de ampliar o número de pesquisas neste campo para se obter maior conhecimento sobre o tema.

Sabe-se que o contexto político do país vem sofrendo muitas alterações e, entre elas estão: o processo de descentralização dos poderes nas diversas esferas do governo; a exigência de um novo perfil para o gestor municipal no qual se amplia a sua responsabilidade em solucionar as demandas de sua população; a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal, exigindo que administração seja cada vez mais eficiente e eficaz; e a participação da população no processo de definições de prioridades e na condução da política do município, uma vez que é ela que vive na cidade, e é essa população que conhece os seus problemas e a sua realidade.

Com toda essa exigência e cobrança política, percebe-se a necessidade da criação de processos de definição de prioridades baseados em indicadores sócio-econômicos para que o governo atinja um resultado positivo na administração municipal.

A primeira etapa deste trabalho foi apresentar estudos teóricos sobre questões fundamentais para a gestão de uma cidade. Percorreu-se todo o processo por que as cidades passam com a Reforma do Estado Brasileiro; fez-se um levantamento sobre a pobreza e a exclusão social, fatos pertinentes ao cotidiano das cidades; analisaram-se os indicadores sócio-econômicos e a sua importância para o planejamento e monitoramento das políticas e ações desenvolvidas pelos governos locais e foi utilizado o Planejamento como ferramenta para buscar a otimização dos recursos disponíveis e resultados.

O objetivo do capítulo que aborda Planejamento é justificar ao gestor a importância do Planejamento na gestão da cidade, e não o de analisar as diversas linhas de Planejamento de vários autores.

Na segunda etapa, elaborou-se a descrição de uma Metodologia que atendesse o objetivo geral do trabalho, ou seja, viabilizar o uso de ferramentas de Planejamento Estratégico junto com os indicadores sócio-econômicos como ponto de partida para definir prioridades para as cidades.

Com este estudo, foi possível demonstrar que qualquer análise a ser feita deve ter como pré-requisito a elaboração da caracterização da cidade, pois é por meio dela que se compreende a realidade local.

Embora a caracterização tivesse sido abrangente, ela não se aprofundou muito, porque o seu intuito foi propiciar ao gestor e a todos os envolvidos um nivelamento das informações e a visão geral da cidade.

Para estudos específicos da área de Saúde, Educação, Assistência Social e outros, sugerem-se que a elaboração da caracterização da cidade tenha uma abrangência bem delimitada, mas que apresente maior profundidade nas informações, uma vez que há necessidade de definir prioridades.

O segundo objetivo específico deste estudo foi o de avaliar o grau de dificuldade na obtenção dos indicadores. Ficou provado que as dificuldades inexistem, uma vez que as informações estão disponíveis na Internet, sem custo e com fácil entendimento para gestores e população. Todos podem ter acesso a esses dados para conhecer melhor a realidade de suas cidades.

No Brasil, existem inúmeros Institutos e Universidades que trabalham com seriedade no levantamento, consolidação e cálculo dos indicadores. São entidades cujo reconhecimento tem abrangência nacional e internacional pela qualidade de seu trabalho.

O terceiro objetivo específico, “criar e simular processo de plano de ação” foi atingido com a demonstração que consta na discussão “Apresentação dos Resultados”.

Foi possível simular um plano de ação para a cidade em estudo, partindo das informações da caracterização da cidade, do levantamento dos indicadores, da criação de processo de problemas prioritários, baseados nos indicadores e adoção de ferramentas de planejamento.

5.1 Sugestões para Trabalhos Futuros

Apresentadas as conclusões, a pesquisa permitiu evidenciar alguns pontos visando contribuir para estudos futuros, e o aprimoramento do trabalho, que destacamos:

- Na elaboração do processo, utilizaram-se algumas ferramentas, adaptadas do Planejamento Estratégico Situacional (PES), do economista chileno, Carlos Matus, que é recomendável aprofundar e adaptar no processo de definição de prioridades.
- Definição dos indicadores complementares, para acompanhamento da evolução das ações sugeridas, bem como a correção e redirecionamento das ações, visando buscar a eficiência, eficácia e efetividade das ações propostas.
- A pesquisa não permitiu avaliar o grau da redução da pobreza, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da sua população, para estudos futuros que houvesse ferramentas possíveis de poder avaliar sobre estes pontos.
- Estudos que viabilizem a obtenção dos indicadores locais pelos gestores, de que tais formas possibilitem obter em espaços de tempo menores aos gerados pelo IBGE.
- Por ser um estudo exploratório, no que se refere ao objeto estudado, os dados levantados e as propostas obtidas pelo processo se aplicam somente à Cidade de Jacareí. Recomenda-se que este estudo seja aprofundado e aplicado em outras cidades com objetivo de ampliar a base do conhecimento e o aperfeiçoamento do processo.

A construção da cidade ideal passa pelo constante aperfeiçoamento na definição das prioridades, com a participação de todos os atores locais, só assim poderemos construir cidades mais justas, com menos pobreza e exclusão social e com o desenvolvimento social e econômico, e que os indicadores possam refletir esta realidade.

De forma alguma este trabalho teve a pretensão de esgotar o tema estudado. Espera-se que ele sirva de incentivo a futuros trabalhos acadêmicos nesta linha de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria H. Tavares; CARNEIRO, Leandro P. **Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil**. IV Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, Julho 2002. p. 6-7. Disponível em: <https://www2.camara.gov.br/interação/artigos/lidemopu> acesso em: 11 mar. 2006.

BASTOS, Antonio Virgílio. **Organizações como “corpos de pensamento e ação”:** o olhar cognitivista e suas implicações para a gestão das pessoas / **Gestão com pessoas e subjetividade**. In: Davel, E.; VERGAR, S. C. - organizadores. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 4-15.

BRASIL. **Constituição (1998) Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998. Lex:** Normas da Administração Pública, Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm acesso em: 10 out. 2005.

_____. **Dos Princípios Fundamentais. Lex:** Dos municípios artigo 29 XIII, Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm acesso em: 10 out. 2005.

_____. **Ministério da Saúde DATASUS.** Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2004/matriz.pdf> . Acesso em: 30 jun. 2005.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Caged. Disponível em: <http://estatística.cagfed.com.br/como.asp> . Acesso em: 30 jun. 2005.

_____. **Secretaria do Tesouro Nacional.** Estados e Municípios. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp . Acesso em: 17 jun. 2005.

BRESSER-PEREIRA. Luiz Carlos. **A Reforma Gerencial de 1995:** Cadernos Adenauer II. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 30-34.

BOCAYUVA, Cunca; SILVEIRA, Caio; ZAPATA Tânia. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos / Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção** / Silvio Caccia – Bava, Veronika Paulics, Peter Spink – organizadores. São Paulo, Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. p. 254.

CALDAS, Eduardo de Lima; KAYANO, Jorge. **Indicadores para o diálogo/ Novos contornos da gestão local: conceitos em construção** / Silvio Caccia-Bava Veronika Paulics, Peter Spink – organizadores. São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. p.292-306.

_____. **Indicadores para o Diálogo.** Plataforma Contrapartes NOVIB: Série Indicadores, número 8, 2002. p. 4. Disponível em: <http://www.aditepp.org.br/gtindicadores/pdf/gt8.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2006.

CÂMERA DE DIRIGENTES DE LOGISTAS; FACULDADE MARIA AUGUSTA DAHER. **Projeto Perfil do Empresário de Jacareí**. Coordenador Francisco Orlando Oliveira Ribeiro. Jacareí, abril 2004. p. 7- 12.

CAMARGO, Aspásia. **Federalismo cooperativo e o princípio da subsidiariedade: notas sobre a experiência recente do Brasil e da Alemanha: Federalismo na Alemanha e no Brasil**. – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n° 22, Vol. I, abril 2001. p. 21.

CAMPAGNONE, Marcos Camargo. **Gerente Municipal: um profissional da Gestão Local**. In O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. São Paulo, 1999. p. 26-27.

CARDOZO, José Eduardo Martins. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. IN MORAES, Alexandre. Os 10 anos da Constituição Federal. São Paulo: Atlas, 1999, p. 166.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão de projetos Sociais** / Célia M. de Ávila coordenação. – 3ª ed. revisada – São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 63-70.

CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs). **Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano**. In Perspectivas em Gestão Ambiental em Cidades Médias. Rio Claro: LPM – UNESP, 2001. p. 101-102.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. **Agir em Saúde: um desafio para o público** / organizadores Emerson Elias Merhy, Rosana Onoko. 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2002. p. 151.

CLOS. Joan. **Desafios dos governos locais e metropolitanos**. Urbis 2004. São Paulo. Disponível em:<<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/Urbis/2004/artigos/artigo1.asp>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Estimativa dos Produtos Internos Brutos dos municípios do Brasil para os anos de 2001 e 2002**. Disponível em: http://200.181.70.174/sites/5700/5770/PIB/PIBs_Municipios_do_Brasil_2001-2002.pdf. Acesso em: 05 abr. 2005.

CORDIOLI. Sergio. **Enfoque participativo no trabalho com grupos**. In Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos / Markus Brose (Org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p.27.

COUTINHO, Luciano. **O desafio da competitividade sistêmica no Brasil**. Konrad-Adenauer-Stiftunf. São Paulo: 1997. p.109.

CURTY, Ana Luisa. **Administração em organizações de produto social: articulações possíveis/Gestão de projetos Sociais** / Célia M. de Ávila coordenação. – 3ª ed. revisada – São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 22-24.

CURY, Thereza Christina Holl. **Elaboração de Projetos Sociais** – Gestão de **projetos sociais** / Célia M. de Ávila coordenação. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária. 2001. p.43-44.

CRUZ, Francisca de Oliveira. **Reflexões sobre a função social da educação na formação dos gestores públicos brasileiros**. VIII Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública – Panamá: 2003; p. 3-4. Disponível em:<unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047445.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2005.

DAFT, Richard L.. **Administração**, Livros Técnicos e Científicos Editora S. A ., Rio de Janeiro, RJ. 1999; p. 7-126.

DAGNINO, Renato. **Metodologia de Mapas Cognitivos. Gestão Estratégica Pública em Municípios - Caderno de Acompanhamento e Anotações 1**. UNICAMP. Campinas, junho 2005. p.32-56.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.32-33.

DILL, Guenter. **Desafios atuais do federalismo no Brasil: Federalismo na Alemanha e no Brasil**. – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n° 22, Vol. I, abril 2001. p. 219-222.

ESPANHA. **Plan Estratégico Económico y Social Barcelona 2000**, Ajuntament de Barcelona 19 de marzo de 1990, p.25.

ELAZAR, Daniel. **Exploring federalism**. Alabama: The University of Alabama Press, 1987. p. 5.

EMPRESA BANDEIRANTE DE ENERGIA. **Jacareí**. Disponível em: <http://www.bandeirante.com.br/default.asp?Sec=20> . Acesso em: 15 dez. 2004

ERUNDINA, Luísa. **Desenvolvimento social e participação da sociedade local na gestão pública municipal**. In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.). Para que participação nos governos locais?. São Paulo/Recife: Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais, SUDENE, Instituto Polis, 1996. p. 13.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. CD-ROM. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

FERREIRA, Aloysio Nunes. **Desafios atuais do federalismo no Brasil: Federalismo na Alemanha e no Brasil**. – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n° 22, Vol. I abril 2001. p. 57.

FERREIRA, F.; PERRY, G.; WALTON, M. **Inequality in Latin América and the Caribbean: Breaking with History?**. Puebla: Publicação do Banco Mundial, 2003. p. 6 - 24.

FEUDO, Fábio. **Estratégias de Luta Contra Pobreza - Anais do II Seminário de Inclusão Social**. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001. p. 20-21.

FUNDAÇÃO CULTURAL JACAREHY. **Histórico**. 2004. Disponível em http://www.fundacaocultural.com.br/fundacao_historico.htm. Acesso em 03 mar. 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Mapa do Fim da Fome**. Centro de Políticas Sociais – FGV/RJ, 2003. Disponível em http://www.fgv.br/libre/cps/mapa_fome.cfm. Acesso em: 07 jul.2005.

FUNDAÇÃO SISTEMAS ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - Seade. **Informações Municipais**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 07 mar. 2005.

_____. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/index.php>. Acesso em: 07 mar. 2005

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1988, p. 38.

_____. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1991, p.51-59

GOHN, Maria da Glória. **O Futuro das Cidades**. Nas redes da educação – revista eletrônica. Unicamp, Campinas, sem data. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/temas.html>. Acesso em: 17 out. 2005.

GÜELL, José Miguel Fernández. **Planificación Estratégica de Ciudades**. 2ª edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000, p. 157.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 158-168.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/buscas.jhtm>. Acessado em 17 outubro de 2005.

HUERTAS, Franco. **O método PES: entrevista com Matus / Franco Huertas**; tradução Giselda Barroso Sauveur. – São Paulo: FUNDAP, 1996. p. 12-44, 112.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **O Município para candidatos: prefeitos – vice-prefeitos – vereadores**. 5ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, 2004, p. 50.

_____, **Participação popular na Constituição**. São Paulo. Disponível em: <http://thor.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=243&sid=13>. Acesso em: 10 jul. 2005.

_____, **Receitas Municipais**. São Paulo. Disponível em: <http://thor.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=244&sid=13>. Acesso em: 10 jul. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em : 07 de julho de 2005.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. p. 15.

KLERING, Luiz Roque; STRANZ, Eduardo; BRAUN, Augusto. **Estimativa dos Produtos Internos Brutos dos Municípios do Brasil para os anos de 2001 e 2002. Confederação Nacional de Municípios**. Brasília. Disponível em: < 200.181.70.147/sites/5700/5770/PIBPIB/PIBs_Municipios_do_Brasil_2001-2002.pdf >. Acesso em: 24 jul 2005.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 122.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 39-68.

_____. **Indicadores Sociais para o Enfrentamento e Combate a Pobreza**. Seminário da Prefeitura de Jacareí. Jacareí, 2004. (mimeo.)

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2001. p. 66.

LAVINAS, Lena. **Documento de Base URB-AL 10**. Genebra: Socpol da OIT, 2002. p. 6 – 108.

LISPECTOR, Clarice. **Seleta; seleção e texto-montagem do prof. Renato Cordeiro Gomes**, estudo e notas do prof. Amariles Guimarães Hill. Rio de Janeiro. J. Olympio: 1975.

LOHBAUER, Christian. **Governança global: regras para ordenar um mundo anárquico**. In: Hofmeister W.: Governança Global – Reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Séries Debates nº 16, Vol. I, 1999. p. 44.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. **Planejamento Estratégico com Participação**. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. São Paulo, 1999. p. 62.

MALLOY, James. **Política Econômica e o Problema da Governabilidade nos Andes Centrais**, in L. Sola (org.), Estado, Mercado e Democracia: Política e Economia Comparada. São Paulo, Paz e Terra, 1993. p.102 e 103.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. São Paulo: FUNDAP, 1996. p. 43, 52-55 e 208-209.

_____. **O Líder sem Estado-Maior**. São Paulo: Fundap, 2000, p. 17.

_____. **Política, Planejamento & Governo**. Brasília, 1993, p. 499.

MEIRELLES, Ely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993, 6ª edição, p. 116.

MENDES, Marcos. **Governabilidade no Município de São Paulo**. Instituto Fernand Brandel de Economia Mundial. FAAP São Paulo, 2001. p. 7;

MYRDAL, Gunnar, **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965, p.50.

MITJAVILA, Miriam. **Anais do II Seminário de Inclusão Social**. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001. p. 58.

MODUS FACIENDI, Agência de Responsabilidade Social. **O que é o Conselho dos Direitos?**. Disponível em:
<http://www.risolidaria.org.br/uttl/view_noticia.jsp?txt_id=200502230011>. Acesso em: 10 out. 2005.

MONTORO, André Franco. **Descentralização e Participação: Importância do Município na Democracia**. In O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. São Paulo, 1999. p. 301-302.

MOTTA, Paulo Roberto. **Planejamento estratégico em organizações sem fins lucrativos: considerações sobre dificuldades gerenciais**. Revista de Administração Pública 13(3), jul/set. Rio de Janeiro. 1980. p. 7-8.

MOURA, Maria Suzana de Souza. **Cidades Empreendedoras, Cidades Democráticas e Redes Públicas: Tendências à Renovação na Gestão Local**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.p. 33-34.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo: Atlas, 1991. p. 21.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000. p. 10-11.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em
<www.undp.org.br/default1.asp?par=1>. Acesso em: 15 jul. 2005.

POCHMANN, Marcio, org.. **Políticas de Inclusão Social: resultados e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 39-106.

POLLITT, C..**Managerialism and the Public Services**. The Anglo-American Experience. Cambridge: Basil Blackwell, 1990. p. 129 -183.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986. p. 16.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial 1ª Fase**. Jacareí. 2002. p. 5-60 .

_____. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí – Lei Complementar nº 49/2003**. Jacareí. 2003. p. 6.

_____. **Serviço Autônomo de Água e Esgoto**. Jacareí. 2005. Disponível em: < <http://www.saaejacarei.com.br/conheça.htm> >. Acesso em: 28 jul 2004.

RAVENTÓS, F. **Conferencia. La Participación de los Agentes Económicos y Sociales: Factor Clave del Desarrollo de las Ciudades**. In: Cideu. Cartagena de Índias: Cideu, 1994. p. 49-57.

REZENDE, Fernando. **Federalismo na Alemanha e no Brasil**/Wilhelm Hofmeister e José Mario Brasiliense Carneiro (org.) – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Séries Debates n° 22, Vol. I, abril 2001. p.193-195.

REINICKE, Wolfgang H. **Governança em um mundo pós-interdependente a caminho de uma política pública global**. In: Hofmeister W.: Governança Global – Reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Séries Debates n° 16, Vol. I, 1999. p.19.

REIS, Fábio Wanderley. **Governabilidade, Instituições e Partidos. Novos Estudos Cebrap n° 41**. CIDADE, 1995. p.41.

RICCI, Fabio. **Origens e Aspectos do Desenvolvimento das Indústrias Têxteis no Vale do Paraíba Paulista na República Velha**. São Paulo: FFLCH/ USP, 2002, p. 51-52.

RODRIGUES, Ivete de Oliveira et al. **Médio Vale do Paraíba do Sul**. Revista Brasileira de Geografia IBGE. Rio de Janeiro:DEDIT/CDDI, 1994 . p.72.

SABOIA, Ana Lucia. **Critérios de Análise e Métodos de Mensuração**. Anais do II Seminário de Inclusão Social. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001. p. 44.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **No caminho de uma ordem de paz mundial**. In: Hofmeister W.: Governança Global – Reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Séries Debates n° 16, Vol. I, 1999. p. 145.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Texto para Discussão Enap - Governabilidade, Governança e Capacidade Governativa – Algumas Notas**. Brasília: Maré/Enap, 1996. p. 4-10

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.22.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller. 2004. p. 265, 296, 459.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. **Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado – Reflexões e Perspectivas para o Desenvolvimento Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 36.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de São. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em <www.Fazenda.sp.gov.br/dipam/>. Acesso em: 15 jul 2005.

SCHTEINGART, Martha. **Estratégias de Luta Contra Pobreza - Anais do II Seminário de Inclusão Social**. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001. p. 23-25.

SEBRAE. **Novos Rumos para o Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo – A Visão dos Empresários, Políticos e Técnicos**. São Paulo.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Notta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.35-171, 284.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 178.

TESTA, Mario. **Pensar em salud**. Buenos Aires: Lugar, 1993. p.103.

URB-AL. **Guia de Gestão pela Cidadania – Projeto “Instrumentalizar as localidades para o combate à pobreza”**. Jacareí: Editora Mogiana, 2005. p.67.

VAZ, José Carlos. **Desafios para a incorporação da transparência em um modelo de gestão municipal / Novos Contornos da Gestão Local: conceitos em construção** / Silvio Caccia – Bava, Veronika Paulics, Peter Spink - organizadores. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. p. 275-276.

VALADARES, Lícia. **Anais do II Seminário de Inclusão Social**. Santo André – São Paulo: Prefeitura de Santo André e CERFE, 2001. p. 32.

VIGEVANI, Tullo. **Obstáculos e possibilidades para a governabilidade global**. In: Hofmeister W.: Governança Global – Reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Séries Debates nº 16, Vol. I, 1999. p. 35-36.

APÊNDICE A – Caracterização do Município de Jacareí

A Fundação SEADE destaca que Jacareí localiza-se no início da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na parte nordeste do Estado de São Paulo, a 23° 18' 45" de latitude sul e 45° 56' 15" de longitude leste, numa altitude média de 580 metros acima do nível do mar . Possui uma área territorial de 461,1 km². Segundo dados do IBGE, em 2000, a cidade contava com uma população de 191.291 habitantes, dentre os quais 95,9% residiam em áreas urbanas.

O clima do Município pode ser considerado subtropical quente, com verões quentes e chuvosos, e invernos secos. A temperatura média é superior a 21°, e a média anual da umidade relativa do ar superior a 70%, com um índice pluviométrico entre 1.200 a 1300 mm.

O Município está localizado entre os dois principais centros urbanos do país, ou seja, a 80 km de São Paulo e a 350 km do Rio de Janeiro, conforme Figura 5.



Figura 5 - Mapa de Divisões Territoriais
Fonte: IBGE, 2005

Limita-se, ao norte e nordeste, com o município de São José dos Campos; ao sudoeste, com o município de Guararema; ao sul, com o município de Santa Branca; ao leste, com os municípios de Jambuí e Paraibuna; ao noroeste, com o município de Igaratá e, a oeste, com o município de Santa Isabel. As distâncias, em relação aos municípios vizinhos, contadas de centro a centro, podem ser verificadas no Quadro 19.

CIDADE	DISTÂNCIA
Santa Branca	18 km
São José dos Campos	19 km
Guararema	21 km
Igaratá	25 km
Santa Isabel	31 km
Jambuí	50 km

Quadro 19 - **Distâncias de Centro a Centro**
Fonte: Plano Diretor de Ordenamento Territorial 2002

A proximidade das cidades de São José dos Campos e Jambuí é explicada, segundo Rodrigues (1994): “processo de conurbação reflete, de certa forma, as intensas relações entre as cidades do Médio Vale centralizadas atualmente em São José dos Campos. Há ainda uma intensificação dos deslocamentos de pessoas” fato que ocorre em Jambuí.

A topografia do Município é irregular. É formada por morros, colinas e pela várzea Bocaina do Paraíba, entre as elevações da Serra da Mantiqueira e contraforte da Serra do Mar. Os rios que atravessam o Município são: o Rio Paraíba do Sul, o Parateí, o Jaguari e o Comprido. Possui ainda duas grandes represas,

situadas nos limites do Município: ao sul a Represa de Santa Branca; ao norte, a Represa do Jaguari, cujas margens estão ocupadas por chácaras de recreio de alto padrão, o que restringe seu uso à população de baixa renda.

1 Urbanização

Dos 463 km² ocupados por Jacareí, apenas 14% é urbanizado, conforme Quadro 20.

ÁREA DO MUNICÍPIO	KM²
Área Rural	368
Área Urbanizada	64
Área Inundada	31

Quadro 20 – Distribuição das áreas do Município
Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí, 2005

Conforme mostra a evolução da urbanização do Município, na década de 80, houve um pico de urbanização em função da industrialização, fato que não só ocorreu em Jacareí, mas também na Região.

Entre os anos de 1960 e 2000, registrou-se uma taxa de urbanização superior à média da região. Em relação à média do Estado, nesse mesmo período, essa taxa esteve 75% acima, conforme demonstra o Quadro 21.

MUNICÍPIOS	1960	1970	1980	1991	2000
Caçapava	33,0%	80,2%	88,0%	88,3%	87,7%
Igaratá	-- x --	15,3%	49,8%	65,9%	70,9%
Jacareí	79,5%	79,3%	93,2%	95,8%	95,9%
Pindamonhangaba	50,9%	60,9%	90,1%	93,7%	94,5%
Santa Branca	40,3%	48,4%	77,8%	88,5%	90,7%
S. J. dos Campos	73,4%	89,3%	96,3%	96,2%	98,8%
Taubaté	83,7%	90,3%	95,3%	95,6%	94,1%
Tremembé	45,6%	62,5%	82,1%	88,2%	85,7%
Média da Região	58,0%	65,8%	74,1%	89,0%	89,8%
São Paulo	62,8%	80,3%	88,6%	92,8%	93,4%

Quadro 21 – Taxa de Urbanização
Fonte: IBGE, 2005

Essa tendência de urbanização do Município se dá a partir da década de 1940, conforme Quadro 22 - Evolução da população do Município de 1940 a 2005.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO TOTAL
1940	11.797	49,8	11.872	50,2	23.669
1950	15.251	55,3	12.310	44,7	27.561
1960	28.131	79,5	7.259	20,5	61.216
1980	107.854	93,2	7.878	6,8	115.732
1991	157.026	95,8	6.843	4,2	163.869
2000	183.377	95,9	7.914	4,1	191.291
2004*	195.008	96,1	7.913	3,9	202.922
2005*					206.014

Quadro 22 – Evolução da População do Município de 1940 a 2005
Fonte: IBGE /*estimativa Seade, 2005

Conforme a projeção de 2005, da Fundação Seade, demonstrada no Gráfico 1, a população do Município está assim distribuída: 101.880 habitantes do sexo masculino e 104.134 habitantes do sexo feminino.

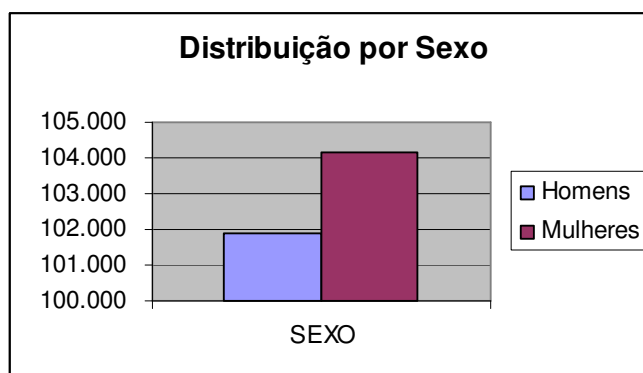


Gráfico 1 – Distribuição de Sexo base 2005
Fonte: SEADE, 2005

A razão entre os sexos é de 97,84% (total de homens / total de mulheres), fato que vem se caracterizando de forma estável, conforme observado no Gráfico 2. Esses dados comparados com a razão do Estado, que é de 95,18% do sexo masculino em razão do feminino, representam um indicador superior a 2.66%.

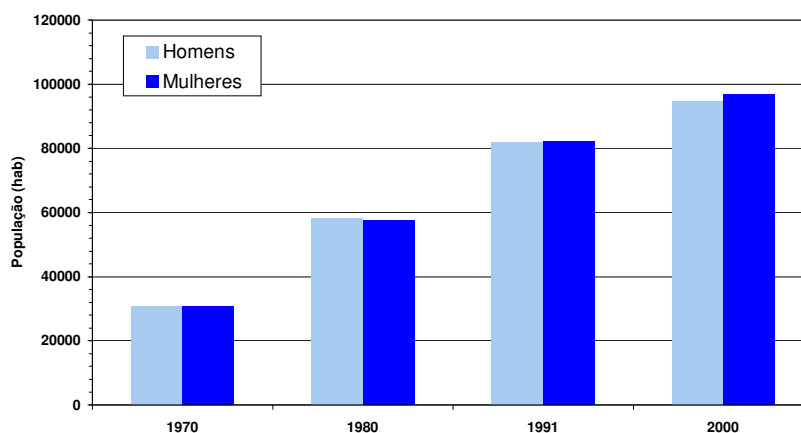


Gráfico 2 – Evolução da Distribuição por Sexo 1970 a 2000
Fonte: SEADE, 2005

Entre 1940 e 1950, o Município teve um crescimento populacional baixo (1,64%) quando comparado com o da Região do Vale do Paraíba e com o do Estado que obtiveram, respectivamente, 2,32% e 2,72%.

No período de 1950 a 1960, quando o crescimento local foi de 2,84%, o da Região foi de 4,53% e o do Estado de 4,04%. Esses dados mudam nas duas décadas seguintes, quando o Município passa pelo seu maior crescimento populacional dos últimos 60 anos.

Nos períodos de 1960 a 1970 e 1970 a 1980, a Região apresentou um índice maior no seu crescimento populacional. Na década de 60, foi de 4,65% e na década de 70, foi de 8,06%. Esse crescimento não foi tão acentuado como o do Município que, na década de 60, foi de 7,30% e, na década de 70, foi de 8,91%, enquanto o Estado manteve índices similares ao da década de 1950, ou seja, de 4,04%.

A partir de 1980, registrou-se uma queda no crescimento populacional do Município, da Região e do Estado, porém foi muito mais forte nos dois primeiros.

Entre 1940 a 2000, observou-se que o crescimento populacional do Município foi proporcional ao da Região. Esse ritmo tornou-se crescente a partir de 1960. O ponto de desaceleração do crescimento populacional do Município e da Região aconteceu na mesma década, ou seja, de 1980 a 1990.

No período de 1991 a 2000, a taxa anual média linear de crescimento do Município foi de 1,86%, índice inferior à microrregião e ao Estado de São Paulo, conforme Quadro 23.

Atualmente, o Município ocupa o terceiro lugar no crescimento da população da Região, perdendo somente para São José dos Campos e Taubaté.

Nos registros da Fundação Seade, consta que o Município, no período de 1991 a 2000, obteve um crescimento de 1,78%, ou seja, um percentual menor em relação ao do Estado de São Paulo, cuja taxa foi de 1,82%.

PERÍODO	JACAREÍ	MICRORREGIÃO DE S. J. DOS CAMPOS	ESTADO DE SÃO PAULO
1940-1950	1,64%	2,32%	2,72%
1950-1960	2,84%	4,53%	4,04%
1960-1970	7,30%	4,65%	3,86%
1970-1980	8,91%	8,06%	4,09%
1980-1991	3,78%	3,78%	2,38%
1991-2000	1,86%	2,24%	1,89%

Quadro 23 – Taxa de Crescimento População Linear Média Anual (%)
Fonte: IBGE, 2005

No período de 2000 a 2005, continua a tendência de crescimento com a taxa de 1,52%, ficando abaixo das cidades de São José dos Campos, Taubaté e do Estado de São Paulo, conforme Quadro 24.

CIDADE PERÍODO	JACAREÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO
1991/2000	1,78	2,29	1,90	0,91	1,82
2000/2005	1,52	1,95	1,61	0,60	1,56

Quadro 24 – Taxa Anuais de Crescimento Período de 1991 – 2005 (1)
Fonte: Fundação Seade; IBGE (1) Refere-se a 1º de Julho de cada ano, 2005

Tomando como base o ano 2000, a pirâmide etária mostra que o maior grupo populacional está entre 10 a 19 anos. Em seguida, vêm aqueles entre 20 a 29 anos, que somados reúnem mais de 39,1% da população. Desse montante, 21% têm até 19 anos; 26,9% estão acima de 40 anos; 18,1% representam aqueles com mais de 60 anos.

Isto demonstra que o Município possui uma população relativamente jovem, mas já apresenta a tendência nacional de diminuição relativa da faixa dos mais jovens e do aumento da faixa dos mais velhos, como consta no Gráfico 3 e detalhado no Quadro 25.

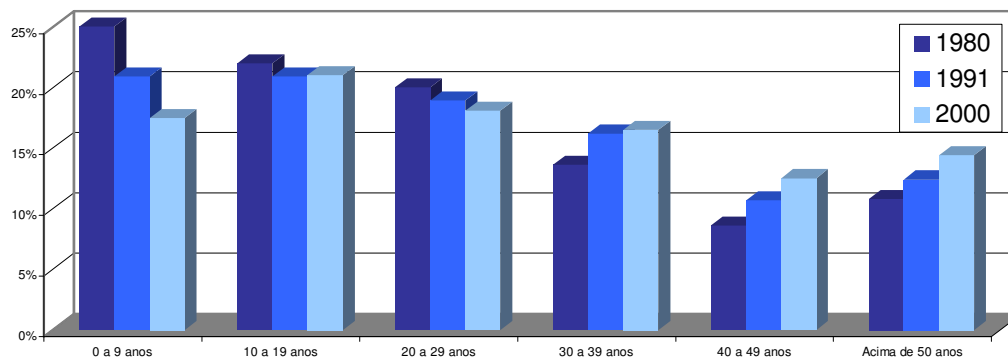


Gráfico 3 - Número de Habitantes por Faixa Etária – 1980 a 2000
Fonte: IBGE, 2005

FAIXA ETÁRIA	1980		1991		2000	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
0 a 9 anos	29.017	25,0%	34.303	20,9%	33.583	17,5%
10 a 19 anos	25.415	22,0%	34.246	20,9%	40.009	21,0%
20 a 29 anos	22.758	20,0%	30.919	18,9%	34.731	18,1%
30 a 39 anos	15.832	13,6%	26.505	16,2%	31.517	16,5%
40 a 49 anos	10.112	8,6%	17.524	10,7%	24.034	12,5%
Acima de 50 anos	12.598	10,8%	20.372	12,4%	27.484	14,4%
TOTAL	115.732	100,0%	163.869	100,0%	191.358	100,0%

Quadro 25 – Evolução da População por Faixa Etária
Fonte: IBGE, 2005

Segundo pesquisa do SEADE, em 2004, a taxa de urbanização (porcentagem da população urbana com relação à população total) do Município era de 96,13 %, comparativamente maior à da região de São José dos Campos e do Estado de São Paulo. No período de 2000 a 2004, a taxa de crescimento anual da população foi de

1,52%, ou seja, inferior às taxas na mesma relação anterior. Conforme demonstra o Quadro 26 e confirmado com a pesquisa do IBGE no Gráfico 4.

VARIÁVEL BASE 2004	JACAREÍ	REGIÃO POLÍTICA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ESTADO DE SÃO PAULO
População	202.922	914.380	39.326.776
Taxa de Urbanização (em %)	96,13	95,28	93,69
Taxa Geométrica crescimento Anual da população 2000/2004 (em % a.a.)	1,52	1,81	1,55

Quadro 26 – Relação da Taxa de Urbanização e Crescimento – base 2004
Fonte: Seade, 2005

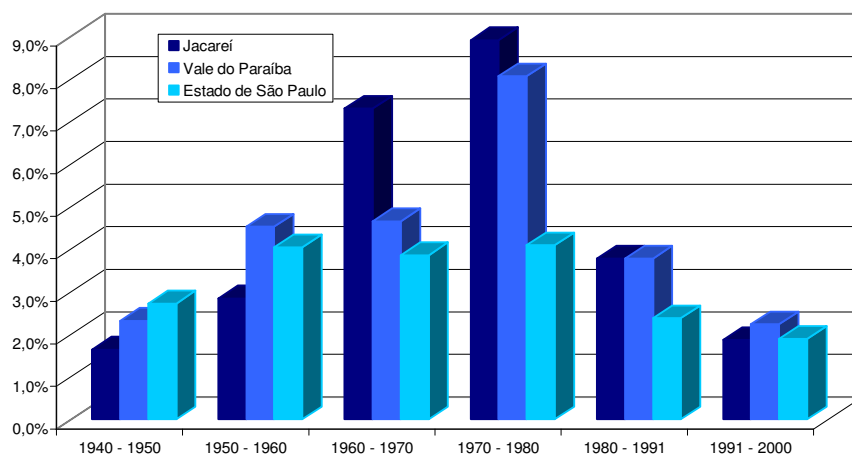


Gráfico 4 - Taxa de Crescimento Médio da População
Fonte: IBGE, 2005

O aumento da população urbana não foi proporcional ao do espaço físico da área urbana que, atualmente, corresponde a 14% do Município, e a área rural a 79%.

Segundo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2002), a partir de 1960, a densidade demográfica do Município apresentou um crescimento acentuado. Nesse período, apesar de ter multiplicado cinco vezes, ainda foi considerado um baixo índice de crescimento.

Consta no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2002) que a densidade média do Município é de 40 hab/ha segundo Carvalho e Roberto (2001). Esse índice é baixo se comparado com a densidade ideal em que é otimizado o ponto de aproveitamento da infra-estrutura que permite a redução do custo, conforme demonstrado no Quadro 27 e no Gráfico 5.

NÍVEL DE DENSIDADE	CUSTO
Densidade Baixa – 50 hab/há	US \$ 30 milhões
Densidade Média – 150 hab/ha	US \$ 11 milhões
Densidade Alta – 300 hab/ha	US \$ 6 milhões

Quadro 27 – Custos de Implantação de Infra-estrutura e Densidade Populacional
Fonte: Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Jacareí, 2005

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2002) afirma que a tendência do crescimento urbano é estender-se por todo o território. Se o município de Jacareí confirmar a continuação da baixa densidade demográfica, os custos para a implantação de infra-estrutura serão altos em relação aos municípios com maior densidade populacional.

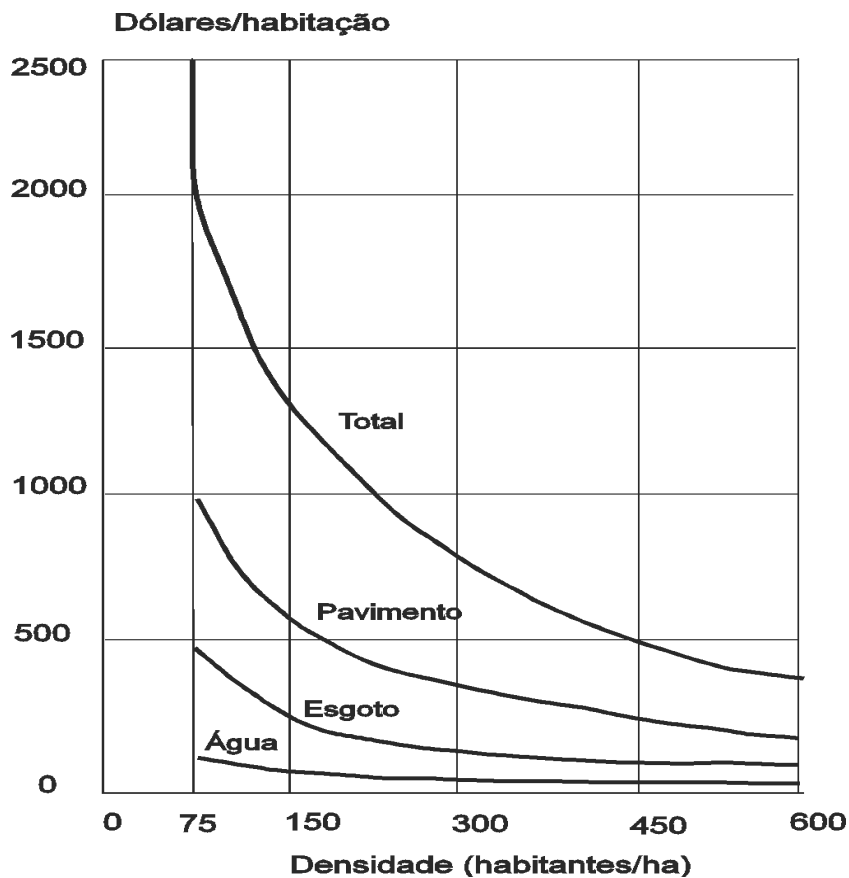


Gráfico 5 - Custo de Infra - Estrutura x Densidade Populacional para o Brasil
Fonte: Carvalho; Braga, 2001

2 População Economicamente Ativa

Segundo dados do IBGE, o censo de 1991 registrou que a população economicamente ativa representava 37% da população total, portanto 64,6% da população possuía um emprego formal, conforme Quadro 28.

TIPO	PEA	% PEA TOTAL	% PEA POP. TOTAL	% PEA POP. + 20 ANOS
Formal	38.739	64,6 %	23,4%	40,6%
Informal	10.376	17,3 %	6,3%	10,9%
Não Empregada	10.866	18,1 %	6,6%	11,4%
TOTAL	59.981	100,0 %	36,6%	62,9%

Quadro 28 – População Economicamente Ativa – PEA (1991)
Fonte : Censo IBGE, 1991

Segundo a Secretaria de Finanças do Município, grande parte dessa população se concentra no setor do Comércio e Serviços, pois essas áreas demandam maior mão-de-obra. O mesmo caso não ocorre na indústria, pois o constante processo de automação permite a redução da mão-de-obra. Estima-se que a distribuição da população economicamente ativa corresponda ao descrito no Gráfico 6.

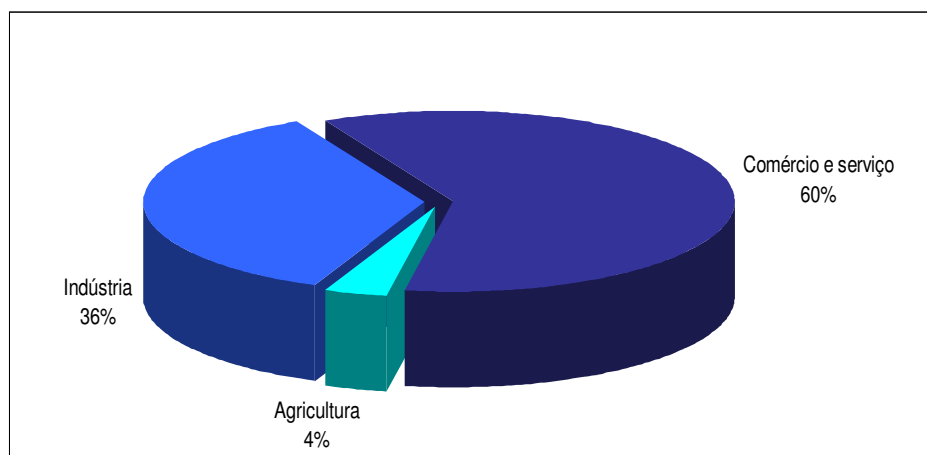


Gráfico 6 - PEA por Setor
Fonte: Sec. Mun. de Finanças, 2005

Ao analisar a oferta de empregos formais, no período de 2000 a 2004, percebe-se que 2004 foi o ano em que houve melhor desempenho na geração de vagas. Surgiram 1330 ofertas de trabalho. Dentre essas, 869 foram introduzidas pela Indústria de Transformação.

Em 2004, o setor Serviços teve o pior desempenho, pois ocorreu a maior redução de vagas, ou seja, 206 postos de trabalho foram fechados, conforme Quadro 29.

Entre 2000 e 2004, o Comércio apresentou maior estabilidade. Criou 1654 vagas, apesar de ter reduzido 206 vagas em 2004.

Ao fazer a correlação entre o crescimento da população, que estava em torno de 1,86% ao ano, e a população economicamente ativa, que representava 37%, conclui-se que a atual geração de vagas não está acompanhando a necessidade de empregos na cidade.

ATIVIDADE ECONÔMICA	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL	%
Extrativa Mineral	4	-14	0	-10	14	-6	-
Indústria de Transformação	413	-250	89	-239	869	882	19,3
Serviço Ind. Útil. Pública	6	5	-7	-7	-1	-4	-
Construção Civil	-96	338	-165	54	158	289	6,2
Comércio	254	301	121	463	515	1654	36,4
Serviços	543	651	334	346	-206	1668	36,7
Administração Pública	8	26	42	12	-22	66	1,4
Agropecuária	21	-53	-33	41	3	-21	-
Outros	-3	3	0	0	0	0	-
TOTAL	1150	1007	381	660	1330	4528	100

Quadro 29 – Evolução de Vagas por Atividade Econômica

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2005

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, adotado pela ONU, parte do pressuposto que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, muitas vezes, avaliada apenas pelo Produto Interno Bruto – PIB, mas também é preciso relevar as características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O Atlas de Desenvolvimento Humano contém o IDHM de Jacareí, demonstrando que a evolução em 1991 era de 0,761 e, em 2000, passou para 0,809, apresentando um crescimento de 6,31%.

O IDHM abordou temas como Educação, Longevidade e Renda. A Educação e Longevidade foram os que mais contribuíram para a evolução do indicador. A primeira apresentou um aumento de 7,28%, e a segunda cresceu em 8,53%. O tema Renda obteve o menor desempenho, pois apontou um acréscimo de 3,01%, conforme Quadro 30.

INDICADORES	1991	2000	%
Índice de Desenvolvimento Humano	0,761	0,809	6,31
Educação	0,851	0,913	7,28
Longevidade	0,703	0,763	8,53
Renda	0,730	0,752	3,01

Quadro 30 - Desenvolvimento Humano de Jacareí
Fonte: PNUD, 2005

O IDH-M de Jacareí é de 0,809. Segundo o PNUD, esse resultado já inclui o Município entre aqueles de alto desenvolvimento humano, pois é superior a 0,8. Isso permite classificá-lo entre os 5122 municípios brasileiros, na posição de 385^a; no estado de São Paulo, entre 654 municípios, ele se encontra na posição de 112^a.

O Município apresenta índices sócio-demográficos superiores aos da Região. Comparando-o ao Estado, fica abaixo apenas em relação à Taxa de Mortalidade Infantil, pois as demais são superiores à média do Estado.

O fato de a Taxa de Mortalidade por Homicídio ser superior a 31,86% em relação à média do Estado, e superior a 14,5% em relação à Região Administrativa de São José dos Campos, permite concluir a existência de alto grau de violência no Município, como consta no Quadro 31.

T A X A S	JACAREÍ	REGIÃO ADM DE S. J. C	MÉDIA DO ESTADO
Taxa de mortalidade geral (por mil habitantes) base 2003	15,59	12,15	16,07
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) base 2004	12,77	12,15	14,25
Taxa de mortalidade por homicídio (por cem mil habitantes) base 2004	37,45	32,70	28,40
Taxa de mortalidade por acidentes de transportes base 2003	22,01	20,82	17,56

Quadro 31 - Indicadores Sócio-demográficos

Fonte: Fundação SEADE, Informações municipais, 2005

3 Economia

Hoje, a sua economia está centrada na Indústria e no Comércio. O setor Industrial posicionou-se à frente, representando 67% do valor adicionado em 2000, conforme Quadro 32.

VALOR ADICIONADO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Agricultura	11,71	0,6	10,66	0,5	9,96	0,5	18,77	0,7
Indústria	1.281,70	64,1	1.428,26	64,2	1.371,38	64,4	1.731,87	66,8
Serviços	691,35	35,0	786,12	35,3	748,09	35,1	841,52	32,5
TOTAL	1.984,76	100,0	2.225,03	100,0	2.129,42	100,0	2.592,16	100,0

Quadro 32 – Distribuição do Valor Adicionado por Setor de Atividade

Fonte: DIPAM, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Fundação SEADE, 2005

Dentre as 39 cidades que compõem o Vale do Paraíba, Jacareí é uma das principais da região. Está em vigésimo lugar em valor adicionado proveniente de arrecadação em ICMS do Estado de São Paulo, e em segundo na Região, ficando abaixo apenas em relação a São José dos Campos. Jacareí forma, juntamente com esse município, um dos principais pólos financeiros e tecnológicos da América Latina.

Segundo estudo realizado pelo SEBRAE (1994), o Município é classificado como um pólo industrial e agropecuário. Está inserido, também, como Pólo de Aglutinação, como é facilmente verificado junto às empresas cujas atividades estão ligadas à Indústria de Papel e Celulose e à Indústria de Cervejaria.

De acordo com a liderança local, a atividade econômica é industrial, pois, em 2004, arrecadou R\$ 96.330.000,00, demonstrando que sua maior tendência está voltada para essa área.

Esse fato permitiu ao Município arrecadar 42,1% do montante do orçamento de 2004, como repasse do ICMS, que representa R\$ 75.241.186,00. O ISSQN, derivado do Comércio e Serviços, tem uma participação menor em torno de 5,6% do montante do orçamento que representa R\$ 12.915.000,00.

Apesar de a Agropecuária não contribuir na composição da Receita Municipal, ela movimenta recursos na comercialização de seus produtos. Observa-se que tanto a participação do ICMS quanto do ISSQN vem crescendo desde 2001, e apresenta tendência de crescimento em 2005 .

No período de 2002 a 2003, houve um aumento de 0,7% em relação ao Índice de Participação do Município no ICMS.

No período de 2003 para 2004, houve uma redução de 6,2% no índice de participação na quota-parte na Receita do Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, conforme Quadro 33.

ANO	EVOLUÇÃO
	IPM
1995	0,82466238
1996	0,81257215
1997	0,79709885
1998	0,84482255
1999	0,83807039
2000	0,81467756
2001	0,76054166
2002	0,77479800
2003	0,78043938
2004	0,73221751
var%	-6,2%
2004/2003	

Quadro 33 – ICMS – Índice de Participação do Município
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 2005

Em 2002, o ICMS representou 29,7% da receita total no conjunto dos municípios paulistas. Definiu-se a participação do Município com base em sete critérios que são: valor adicionado fiscal, população, receita tributária própria, área cultivada, área inundada, área protegida e percentual fixo. O Quadro 34 destaca os principais contribuintes do Município.

A arrecadação do ICMS é realizada pelo Estado, que distribui 25% do total entre os municípios, de acordo com a Constituição Federal, em seu artigo nº. 158, inciso IV.

INDÚSTRIAS		
NOME	VA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO MUNICÍPIO
Ambev	402.559.194	18,28%
Votorantim	271.639.780	12,22%
Kaiser	153.837.036	6,99%
Cebrace	145.998.167	6,63%
Rohm	107.488.436	4,88%
Cognis	106.392.510	4,83%
Latasa	91.875.281	4,17%
Latapack	85.428.827	3,88%
Parker	66.586.527	2,98%
Fademac	44.558.029	2,02%
Total	1.476.363.787	67,00%
Total do Município	2.202.180.477	100,00%
COMÉRCIO		
NOME	VA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO MUNICÍPIO
Dijave	10.757.279	0,49%
Pereira e Filhos	5.405.756	0,25%
Valescol	5.340.413	0,24%
Transporte Carvalho	5.164.279	0,23%
Mamprim	2.298.924	0,10%
Jacuto	2.236.687	0,10%
Auto Lins	2.109.117	0,10%
Auto Posto Esperança	1.970.717	0,09%
Companhia Brasileira	1.770.726	0,08%
Rotavi	1.643.764	0,07%
Total	38.697.662	1,76%
Total do Município	2.202.180.477	100,00%
SERVIÇOS		
NOME	VA	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO MUNICÍPIO
Inepar	15.879.635	0,72%
Binotto	6.373.450	0,29%
Lubiani	4.642.955	0,21%
Rodomeu	2.881.602	0,13%
JTU	2.470.092	0,11%
Buturi	1.967.131	0,09%
Fued Chaquib	1.510.696	0,07%
MPB Transporte	1.324.088	0,06%
Grecco	1.298.260	0,06%
Total	38.347.909	1,74%
Total do município	2.202.180.477	100,00%

Quadro 34 - Valor Adicionado e Principais Contribuintes por Setor
 Fonte: Secretaria de Finanças – Prefeitura Municipal de Jacareí

Com base em 2002, o Município obteve, como indicador na arrecadação “per capita” do tributo do ICMS, um índice superior ao do nível do Estado em 141,5%. Em relação à Região Política de São José dos Campos, o “per capita” de Jacareí foi superior em 84,4%, conforme Quadro 35, que relaciona as outras receitas do Município:

TRIBUTO (EM REAIS)	AN O BA- SE	JACAREÍ	SÃO JOSE DOS CAMPOS	VAR. %	REGIÃO POLÍTICA S. JOSÉ DOS CAMPOS	VAR. %	ESTADO S. PAULO	VAR. %
ICMS	2002	2.268,86	910,62	149,1	1.230,15	84,4	939,21	141,5
IPTU	2003	55,49	74,67	(25,6)	-	-	-	-
ISS	2003	58,89	82,28		-	-	-	-
Valor Adicionado Total	2003	2.983.667.430	12.311.310.353		16.483.644.840	18,1	344.925.059.822	0,86
Participação no Estado (%)	2003	0,865019037	3,569271064		4,778906133	18,0	100,0	0,86
Valor Adicionado per capita	2003	14.928	21.582		18.353	(18,6)	8.909	67,5
Receita Municipal Total per capita	2003	793,90	1217,91		-	-	-	-
Cota-parte do FPM per capita	2003	83,60	29,29		-	-	-	-
Índice de participação do ICMS (%)	2005	0,78043938	3,34732687		4,48040965		100,0	-

Quadro 35 - Arrecadação per capita

Fonte: Seade – Perfil Municipal (Var. % em relação a Jacareí), 2005

Com base no estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, no período de 2001 e 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) do Município colocou-se na 51ª posição no âmbito nacional, com uma arrecadação no valor de R\$ 3.377.263.426,10. Em 2002, apresentou um aumento de 24%, representando o valor de R\$ 4.190.377.142,72, conforme Quadro 36.

ANO	PIB EM R\$	PIB PER CAPITA EM R\$	VARIAÇÃO %
2001	3.377.263.426,10	17.655,11	-
2002	4.190.377.142,72	21.905,77	24,07

Quadro 36 – PIB 2001 e 2002

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios, 2005

O PIB de um território, que pode ser de um município, região, estado ou país, exprime “o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Exclui as transações intermediárias, é medido a preços de mercado [...]” (SANDRONI, 2004, p.459).

No período de 2000 a 2003, o Município recebeu investimentos em torno de US\$ 1.669.980.000,00. No ano 2000, ocorreu o maior aporte de capital, representando, mais ou menos, 57% desse total. O período de menor entrada de capital foi em 2001, conforme consta na Quadro 37, Investimentos e Origem do Capital, conforme Quadro 38.

ANO	US\$ EM MILHÕES	PERCENTUAL
2000	956,46	57,3
2001	86,53	5,3
2002	520,34	31,2
2003	100,05	6,2
TOTAL	1.669,38	100,0

Quadro 37 - Investimentos

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2005

ANO	EMPRESA	ATIVIDADE	ORIGEM	TIPO	VALOR
2000	Bonanza Rural Center	Transportes e Ag. Viagens	Brasil	Modernização	0,27
	C&D	Equipamento de Transporte	E.U.A	Implantação	4,87
	Cognis	Produtos Químicos	Holanda/Alemanha	Implantação	10,0
	Fadamac	Borracha e Plástico	Bélgica	Modernização	3,83
	H.E. Indústria Mecânica	Produtos de Metasl	Brasil	Ampliação	0,06
	Haras Lagoinha	Agropecuária e Pesca	Brasil	Modernização	0,43
	Inepar	Produtos de Metal	Brasil	Modernização	6,0
	Rohm And Haas	Produtos Químicos	EUA	Ampliação	15,0
	Votorantim Celulose e Papel	Papel e Celulose	Brasil	Ampliação	916,0
2001	AeroServ Serviços Aeronáuticos	Aeronáutica	Brasil	Ampliação	2,0
	AMBEV	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação	11,0
	Avibrás Aeroespacial	Automotiva	Brasil	Implantação	5,0
	CCAA	Educação	Brasil	Implantação	0,1
	Effen	Alimentos e Bebidas	EUA	Ampliação	50,0
	Fadamac	Borracha e Plástico	Bélgica	Ampliação	5,0
	Inepar	Produtos de Metal	Brasil	Ampliação	1,0
	Laboratório Oswaldo Cruz	Saúde e Serviços Sociais	Brasil	Implantação	0,08
	Latapack-Bal	Produtos de Metal	Brasil/EUA	Ampliação	2,71
	Rohm and Hass	Produtos Químicos	EUA	Implantação e	5,0
	Solac	Metalurgia Básica	Brasil	Modernização	0,5
	Supermercado Shibata	Varejo	Brasil	Implantação	2,39
	Voex	Máq. Aparelhos e Mats Elétricos	Brasil/Inglaterra	Implantação e Ampliação	2,00
2002	Henkel	Produtos Químicos	Alemanha	Ampliação	2,50
	Hoganas Brasil	Metalurgia Básica	Suécia	Implantação	8,00
	Kaiser/Molson	Alimentos e Bebidas	Canadá	Ampliação	2,56
	Oficina de Arte Santa Helena	Atividades Imobiliárias	Brasil	Ampliação	0,11
	Rodoglás	Ativ. Aux. transp e Ag. Viagens	Brasil	Modernização	0,26
	Rodoglás	Ativ. Aux. Transportes e Ag. Viagens	Brasil	Implantação	0,06

ANO	EMPRESA	ATIVIDADE	ORIGEM	TIPO	VALOR
	Senai	Educação	Brasil	Modernização	0,29
	Shopping Center Jacareí/Grupo PSJ	Atividades Imobiliárias	Brasil	Implantação	3,90
	SOS Computadores	Educação	Brasil	Modernização	0,01
	Votorantim Cel e Papel	Transporte Terrestre	Brasil	Modernização	2,65
	Votorantim Celulose e Papel	Papel e Celulose	Brasil	Ampliação	500,00
2003	Adega Perfumada	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Arezzo	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Aromas Naturais	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Avibras	Máquinas e Equip.	Brasil	Pesq. e Desenv.	0,30
	Boticário	Varejo e Reparações de Objetos	Brasil	Implantação	0,03
	Cinemark	Atividades Recreativas	Brasil	Implantação	0,69
	Cravo e Canela	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,03
	Drogão	Varejo	Brasil	Implantação	0,15
	El Shadai	Alojamento e alimentação	Brasil	Implantação	0,01
	Empório Bothânico	Varejo	Brasil	Implantação	0,04
	Fernando Fones	Varejo e Reparação de objetos	Brasil	Implantação	0,05
	Fuji San	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,03
	Galla	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Giraffa's	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,09
	Gitane	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,03
	Hipermercado Mak	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	2,78
	Hospital São Francisco	Assis saúde e Serviços Sociais	Brasil	Ampliação	0,13
	Igara Gás Natural Veicular	Com. e Rep. Autom. e Var.e Combustível	Inglaterra	Implantação	0,41
	Kátia Acessórios	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	L'Água di Fiori	Varejo e Reparação de objetos	Brasil	Implantação	0,05
	Livraria Nobel	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Luan Automóveis Com. E Rep.	Automotores e Var de Combustível	Brasil	Implantação	0,07
	Mahi Presentes	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,01
	Micheluccio	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,14
	Officina	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Oscar Calçados	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,09
	Panis Angelicus	Alimentos e Bebidas	Brasil	Ampliação	0,03

ANO	EMPRESA	ATIVIDADE	ORIGEM	TIPO	VALOR
	Patroni Pizza	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,05
	Pedra do Arpoador	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,01
	Plaza Shopping Jacareí	Atividades Imobiliárias	Brasil	Implantação	6,94
	Quebra Côco	Varejo e Rep de obj	Brasil	Implantação	0,03
	Querubim Baby Kids	Varejo e Rep de Obj	Brasil	Implantação	0,01
	RA Participações	Minerais Não-Metálicos	Brasil	Implantação	6,54
	Rodoshopping Jacareí	Atividades Imobiliárias	Brasil	Implantação	5,84
	Ron Jon	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	S-Stein Joalheria	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,04
	Santa Casa de Jacareí	Saúde e Serviços Sociais	Brasil	Implantação	0,10
	SEST/SENAT/Conselho Regional de São Paulo	Educação	Brasil	Implantação	2,04
	Sete Sete Cinco	Varejo e Reprodução de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Shopping Estação	Atividades Imobiliárias	Brasil	Implantação	0,05
	Specialty Minerals	Produtos Químicos	EUA	Implantação	3,47
	Templo Fashion	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Tikito Grill	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,02
	Tintas Líder	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,13
	Toasted Potato	Alojamento e Alimentação	Brasil	Implantação	0,02
	Toy for Kids	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,07
	Twin	Alimentos e Bebidas	Brasil	Implantação	3,21
	Vibe	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,08
	Votorantim Celulose e Papel/KSR	Distribuidora Papel e Celulose	Brasil	Implantação	66,00
	X-Treme Game	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,02
	Zouk	Varejo e Reparação de Objetos	Brasil	Implantação	0,01

Quadro 38 - Investimentos e Origens

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2005

4 Indústria

O período industrial do Município teve início no final do século XIX, com a instalação da Fábrica de Biscoitos Jacareí e da Fábrica de Meias.

Em 1879 começou a fábrica de meias Malharia Nossa Senhora da Conceição S/A, que alguns autores locais indicam ter sido uma indústria pioneira na fabricação de meias do Brasil.

Com maquinário de origem holandesa e francesa a sua produção era de 13 a 14 mil dúzias de meias sem costura por ano destinada principalmente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A mão de obra utilizada era de trabalhadores nacionais, porém os mestres eram estrangeiros com 67 operários no início das operações, passou a cerca de 140 no início do século e a cerca de 300 em meados da década de 1910. (RICCI, 2002, 51)

As Indústrias do Município são bastante diversificadas. Em 2005, a cidade conta com 376 empresas instaladas. Existem 45 indústrias de Confecção de Roupas, que representam 12% do total das empresas, entretanto elas não possuem o maior faturamento, nem a maior arrecadação do Município.

A segunda maior atividade é a Fabricação de Estruturas de Madeira e Artigos de Carpintaria, reunindo 17 empresas que representam 4,52% do total. A Execução de Serviços Gráficos constitui a terceira maior atividade. No Município, há 16 dessas empresas, representando 4,26% do total. Essas atividades não ocupam lugar de destaque em faturamento e arrecadação de impostos.

As indústrias com maior faturamento e arrecadação de impostos são as com atividade de fabricação de cervejas e de papel e celulose.

As 13 maiores empresas da cidade, em tamanho da planta instalada, estão descritas no Quadro 39.

Com base na definição de Hirschman (1961), as indústrias-satélites podem se estabelecer pela cadeia retrospectiva ou prospectiva. A indústria de papel e celulose é considerada como uma manufatura intermediária, na qual as cadeias retrospectivas e prospectivas são altas. Já as cervejarias são classificadas como manufatura final, em que a cadeia retrospectiva é alta e a cadeia prospectiva é baixa. Essa classificação é baseada na tabela do Grau Médio de Interdependência de Setores Econômicos.

Nome	N° de Func. Diretos	N° de Func. Indiretos
Adatex S/A Industrial e Comercial	250	-
Avibrás Indústria Aeroespacial S/A	1000	-
Cebrace Cristal Plano Ltda	360	250
Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda	400	200
Cia Brasileira de Bebidas S/A	522	350
Cognis do Brasil Ltda	312	-
Fademac S/A	350	60
Inepar S/A Indústria e Construções	49	1
Malharia Nossa Senhora da Conceição Ltda	250	-
Parker Hannifin Indústria e Comercio Ltda	570	80
Rhodia Poliamida Ltda	250	50
Rohm and Haas Brasil Ltda	300	100
Votorantin Celulose e Papel Ltda	900	400

Tabela 39 - Empresas com Maior Área Fabril
Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí, 2005

É muito importante que o município tenha uma política de atração de instalação de empresas. Segundo Myrdal (1965), o fato da decisão de localizar uma indústria em determinada comunidade, por exemplo, impulsiona o desenvolvimento geral, com possibilidades de emprego e rendas. Essa política não pode estar voltada apenas para incentivos fiscais, ela deve acompanhar as próprias características que o município oferece, como o tipo de localização, a infra-estrutura existente, a mão de obra qualificada e a agilidade na implantação da empresa.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo , que realizou o Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado (2004, p. 36) destaca “[...] mais que desburocratizar é necessário facilitar as ações de empresas e pessoas, criando melhores condições para que o empreendedorismo possa se manifestar efetivamente”.

As atividades responsáveis pelo dinamismo da economia local estão baseadas na Indústria de Transformação. No Quadro 40, encontram-se as principais indústrias e o número de pessoas que elas empregam diretamente e indiretamente.

O município tem 376 indústrias. Dentre elas, 24 são de grande porte e apresentam uma produção diversificada. Atuam no ramo Cervejeiro, Químico, Papeleiro, Confeccões e outros. Produzem mangueiras de borracha, vidros, produtos químicos, gases industriais, revestimentos, pisos, cerâmicas e alimentos.

INDÚSTRIA	RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGADOS DIRETOS	EMPREGADOS INDIRETOS
ADATEX	Têxtil	250	0
AMBEV	Bebidas	522	350
CEBRACE	Vidro	360	250
COGNIS	Química	312	0
FADEMAC	Revestimentos	350	60
FREUDENBERG	Têxtil	227	30
GATES	Borrachas	179	0
IKK	Metalúrgica	49	11
INEPAR	Metalúrgica	380	120
KAIZER	Bebidas	400	200
LAMINAÇÃO TOCA	Metalúrgica	81	15
LANOBRASIL	Têxtil	49	3
METALÚRGICA IPÊ	Metalúrgica	99	0
PARKER	Metalúrgica	570	80
PÉGASO	Têxtil	135	38
PRENSIL	Pré-Moldados	Nc	Nc
RHODIA	Têxtil	250	50
RHOM AND HAAS	Química	300	100
SANTA HELENA COM. ALIMENTOS	ALIMENTÍCIA	100	0
SCHRADER	Metalúrgica	67	79
SESPO	Farmacêutica	52	0
SOLAC	Cabos	26	12
SUD-CHEMISE	Argilas	63	7
TELEPART	Comunicações	92	0
UNIVERSAL	Armazenagem		
VOTORANTIM	Papel e Celulose	900	400
WHITE MARTINS	Química	22	70

Quadro 40 - Principais Indústrias de Transformação

Fonte: Assessoria de Indústria, Comércio e Turismo – Prefeitura Municipal de Jacareí, 2005

5 Serviço e Comércio

A área de Serviços e Comércio do Município é bastante diversificada. Há 230 tipos de atividades. A maior delas é constituída por 420 estabelecimentos onde funcionam bares e quitandas. Em segundo lugar, aparece o comércio varejista de artigos de vestuários, com 336 estabelecimentos. Em terceiro, está a atividade de mercearias e armazéns com 238 estabelecimentos. Nesses levantamentos não estão contidos os casos de atividades informais, somente as atividades devidamente autorizadas pela Prefeitura.

A Câmara de Dirigentes Lojistas, em parceria com a Faculdade Maria Augusta Daher (2004, p. 7-12), aponta que a sobrevivência das empresas no Município é 67% superior ao nível nacional, que está em torno de 30% de empresas que se mantêm ativas por mais de cinco anos.

No Município, o Comércio se coloca como um gerador de empregos. Dados da pesquisa da Faculdade Maria Augusta Daher (2004) demonstraram que 50% das empresas possuem de um a cinco funcionários. Dentre eles, 27% têm o ensino fundamental; 72% cursaram o 2º grau, e somente 1% possui nível superior.

Apesar de o Comércio ser um setor que emprega um grande número de pessoas, não estimula seus empregados a se desenvolverem profissionalmente. Não existe uma política de benefício direcionada à formação acadêmica. Na maioria das empresas, o benefício adotado é o de premiação por atingir metas de vendas, e aqueles garantidos por força de Lei. O período de permanência de funcionários na mesma empresa é de, mais ou menos, três anos.

O estudo aponta que 67% das empresas pesquisadas possuem membros da família envolvidos nas atividades, podendo ser consideradas empresas familiares.

Esta pesquisa considerou a saúde financeira das empresas saudável, uma vez que 61% afirmam que o capital de giro é próprio; 23% buscam recursos externos e 5% utilizam recursos de familiares.

Este estudo foi baseado em cento e trinta empresas, com retorno de quarenta questionários. Apesar de não ser uma amostra muito significativa, em relação ao universo de empresas existentes, deve ser considerada como um estudo importante para ter uma visão do perfil atual das empresas do Município.

6 Agropecuária

Segundo a Diretoria de Agricultura da Prefeitura de Jacareí (2004), o Município possui uma área de 461 km², e a sua área rural é de 401 km², representando uma área de 40.100,0 hectares, com um total de 890 propriedades cadastradas na Prefeitura.

Em 2004, a situação demográfica da área rural era estimada em 1000 propriedades. Atualmente, conta com 890 propriedades devidamente cadastradas, com 5.031 moradores e 2084 trabalhadores.

As atividades agropecuárias estão classificadas em agropecuária, subsistência, lazer, inativa e outras, conforme demonstra o Quadro 41.

A área rural representa, em média, 86% do Município. O setor da pecuária, ou seja, atividades ligadas ao ramo agrário, foi o que obteve maior avanço tecnológico. O produtor rural tem acompanhado a evolução e as oscilações do mercado. É considerado, sobretudo, um empresário rural, participando mais efetivamente do ciclo de comercialização.

ATIVIDADES	N° DE PROPRIEDADES	%
Agropecuária	370	41,57
Subsistência	199	22,36
Lazer	262	29,44
Inativa	51	5,73
Outras atividades	8	0,90
TOTAL	890	100,00

Quadro 41 – Atividade x Propriedade

Fonte: Secretaria Desenvolvimento Econômico – Prefeitura de Jacareí, 2004

Ele evoluiu de lavrador para produtor e, atualmente, é um empresário rural. Isso ocorreu com a ajuda dos produtos agropecuários que permitiram o desenvolvimento do setor.

A agropecuária é a atividade que se destacou com 41,57 % . Este setor está dividido em atividades, número de propriedades e número de trabalhadores, conforme demonstrado no Quadro 42.

ATIVIDADE	N° DE PROPRIEDADES	N° DE TRABALHADORES
Pecuária de Leite	150	401
Olericultura	44	214
Floricultura	42	179
Fruticultura	37	93
Pecuária de Corte	43	124

Quadro 42 – Tipo de Propriedade x Número de Trabalhadores

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura de Jacareí, 2004

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Diretoria de Agricultura (2004) destacaram as principais atividades no Município como: olericultura,

floricultura, fruticultura, pecuária de leite, pecuária de corte, avicultura, suinocultura, haras, piscicultura, caprinocultura, apicultura, cafeicultura, conforme Quadro 43.

TIPO DE ATIVIDADE	TIPO DE PRODUÇÃO	FORMA DE CULTIVO	LOCAL DE COMERCIALIZAÇÃO	DADOS GERAIS
Olericultura	Hortaliças e Legumes	Céu aberto e plasticultura	- Local - São José dos Campos - Ceasa de SP	- 44 produtores sendo 75% da origem japonesa
Floricultura	-Mudas -Flores - Plantas ornamentais	Céu aberto e plasticultura	-Ceasa de SP - Ceasa de SJC -São José dos Campos - Local	-42 produtores sendo 80% de origem japonesa -Parcela da produção destinada à exportação -Maior produtor de flores do Cone Leste
Fruticultura	-Árvores frutíferas	Alta tecnologia, como manejo adequado do solo, tratamentos culturais	Ceasa de SP - Ceasa de SJC -São José dos Campos - Local	- 37 produtores sendo 60% de origem japonesa
Pecuária de Leite	-Leite	A tecnologia de produção oscila de alta para baixa, conforme a propriedade	-Cooperativa de Leite da cidade	-150 propriedades, que possuem 1127 moradores e utilizam 401 trabalhadores. -Produção média de 18.177,5 litros/dia
Pecuária de Corte	- Criação de gado	Pastagem a céu aberto	-Local -São José dos Campos	-43 propriedades. -Migração dos produtores de leite para o corte -Migração devido a baixa remuneração do leite ao produtor
Avicultura	-Criação de aves	Confinamento	-Local -Empresas integradoras	-14 propriedades -Atividade em curva decrescente
Suinocultura	-Criação de porcos	Confinamento	-Local -Indústria de transformação	-10 propriedades -Favorecida a comercialização com a implantação do Serviço de Inspeção Municipal
Haras	-Criação, treinamento e aprimoramento da raça de cavalos de corrida	Confinamento e céu aberto	-Prestação de serviço para os proprietários	- 08 propriedades - atividade geradora de empregos
Piscicultura	-Criação de peixes	Tanques	-Diversos	-04 produtores -Alta tecnologia (análise da água, controle de predadores, balanceamento nutricional e outros)
Reflorestamento	-Cultura do eucalipto	Céu aberto	-Indústria de papel e celulose	-07 propriedades -Propriedades arrendadas pela indústria de papel -Monitoramento técnico dado pela indústria de papel

Quadro 43 - Principais Atividades e Características da Agropecuária

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura de Jacareí 2004

6.1 Máquinas e Equipamentos

O Quadro 44 demonstra o nível tecnológico em que se encontram os produtores rurais. Das propriedades, 307 apresentam alguma máquina ou implemento agrícola. Portanto, pode-se concluir que 34,5 % das propriedades cadastradas adotam um mínimo de tecnologia para a implantação de suas culturas, estas propriedades são as que passaram do estágio de produtor para empresário rural.

IMPLEMENTO AGRÍCOLA	QUANTIDADE
Trator agrícola	263
Micro Trator	74
Grade	152
Arado	160
Roçadeira	113
Esparramadeira de calcário	6
Subsolador	5
Plantadeira	17
Esparramador de esterco	10
Pulverizador	91
Ensiladeira	14
Rotativa	31
Lâmina	57
Perfurador de solo	4
Riscador	1
Batedeira de feijão	12

Quadro 44 - Quantidade de Implemento Agrícola

Fonte: Secr.de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura de Jacareí, 2004

7 Administração Municipal

A Constituição de 1988 permitiu que os municípios tivessem um aumento na participação dos tributos federais e estaduais. Criou-se a cota-parte da Receita Federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados que foram destinadas ao Fundo de Participação dos Municípios. Anteriormente, esse Fundo representava 17% da arrecadação federal, após houve um incremento de 22,5%. Na esfera estadual houve aumento da cota-parte do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, que passou de 20% para 25%.

No período de 2001 a 2005, a evolução da arrecadação registrou um incremento na receita total. Em 2004, atingiu o maior percentual de aumento de 44,1% em relação a 2003. As receitas próprias não tiveram aumento significativo, mantendo no limite de 16 a 19% ,em média.

Isso significa que o Município não conseguiu aumentar a sua arrecadação própria e o aumento da receita total ocorreu devido ao aumento dos repasses do Estado e da União, que representou, em 2001, 71,4%. Esse foi o maior percentual na composição da receita total.

Em 2005, está previsto que o repasse represente 51,9%. Isso mostra que o Município é muito dependente desse repasse, conforme pode ser observado no Quadro 45.

As despesas do Município permitem analisar o grau de comprometimento da receita com a folha de pagamento, encargos, manutenção e investimento.

ORDINÁRIAS	2001		2002		2003		2004		2005*	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
IPTU	7354	5,7	7962	5,2	11092	7,0	11680	5,1	16328	6,5
ISSQN	8464	6,5	11757	7,7	11770	7,4	12915	5,6	16100	6,4
OUTROS(itbi, ir)	3398	2,6	4721	3,1	5057	3,2	5744	2,5	5676	2,3
IMPOSTOS	19216	14,9	24440	16,0	27919	17,6	30339	13,3	38104	15,2
TAXAS + CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1807	1,4	1690	1,1	2065	1,3	6980	3,1	9195	3,7
TOTAL DA RECEITA TRIBUTARIA	21023	16,3	26130	17,1	29984	18,9	37319	16,3	47299	18,9
RECEITA PATRIMONIAL	1003	0,8	785	0,5	1186	0,7	2463	1,1	1523	0,6
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	15774	12,2	18720	12,2	19303	12,2	21659	9,5	21865	8,7
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	76567	59,2	81908	53,5	84617	53,3	96330	42,1	107999	43,2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5103	3,9	11385	7,4	7153	4,5	18806	8,2	16154	6,5
OUTRAS TRANSFERENCIAS							142	0,1	0	0,0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0	0,0	63	0,0	88	0,1	29	0,0	106	0,0
TOTAL DE RECEITAS VINCULADAS	22955	17,8	28201	18,4	30935	19,5	68036	29,7	73169	29,3
DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	13135	10,2	14199	9,3	14583	9,2	16058	7,0	17994	7,2
TOTAL DAS RECEITAS	129290	100	152993	100	158683	100	228726	100	250121	100

Quadro 45 – Comparativo de Receitas – 2001 a 2005

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí / * estimativa, 2005

Numa primeira análise, é possível observar que a composição dessas despesas em relação ao custo de pessoal e de custeio é superior, em relação às maiores cidades da Região e aos municípios do Estado com o mesmo porte. Devido alto custo com esses itens, o Município investe um percentual abaixo ao das demais cidades, conforme Quadro 46.

ITEM	JACAREÍ	S.J.CAMPOS	TAUBATÉ	MUN. C/ 150 A 300 MIL HAB. TOTAL
Pessoal	53,0	50,6	49,3	46,6
Custeio	39,3	32,4	24,6	36,7
Investimento	4,9	11,5	25,3	14,2
Encargos e Amortização da dívida	2,8	5,5	0,8	2,5
TOTAL	100,00	100,0	100,0	100,0

Quadro 46 – Composição das Despesas da Administração Direta em % - Base 2002
Fonte: elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2005

A despesa total referente ao Quadro 47 tem apresentado uma pequena tendência à queda a partir de 2001 a 2002, mas de forma muito insignificante para o contexto geral.

ANO	DESPESA TOTAL	VAR. % C/ ANO ANTERIOR
1997	156.527	-
1998	178.919	14,0
1999	138.732	-22,5
2000	168.988	21,8
2001	160.981	-4,8
2002	157.177	-2,4
2003	174.087	10,7
2004	187.231	7,55
Desp. Total per capita 2004 em reais	960,01	

Quadro 47 – Despesa Total Administração Direta e Indireta
1997 – 2004 em mil reais 2002 IGP-DI
Fonte: : elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional
2003 e 2004 – Prefeitura de Jacareí - Secretaria de Finanças, 2005

O quadro de pessoal da administração direta é composto por 3964 servidores.

A administração indireta refere-se às Fundações, Serviços de Administração de Água e Esgoto SAAE e Instituto de Previdência. Possuem 354 servidores, registrados em regime estatutário, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e outros.

Há um total de 4627 servidores municipais (base 2002 – Quadro 48) para uma população estimada em 206.014 habitantes (Fundação Seade- 2005) que representa um servidor municipal para dar atendimento a 44 habitantes.

ADMINISTRAÇÃO	DIRETA	INDIRETA	TOTAL
Estatutário	3964	341	4305
CLT	68	0	68
Outras Modalidades	241	13	254
TOTAL	4273	354	4627

Quadro 48 – Pessoal da Administração Municipal
Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública, 2002

No período de 1997 a 2002, a despesa de pessoal referente à participação da Receita Corrente Líquida – RCL do Município foi superior ao percentual das cidades de São José dos Campos e Taubaté.

Esse fato ocorreu em relação à média dos municípios com 150 a 300 mil habitantes, em relação à média dos municípios do Estado de São Paulo, conforme Quadro 49.

ANO	JACAREÍ	S.J.CAMPOS	TAUBATÉ	MUN. C/ 150 A 300 MIL HAB. TOTAL	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SP
1997	54,5	46,3	50,2	49,4	47,6
1998	60,4	53,9	-	51,3	51,9
1999	57,4	43,0	48,9	48,4	49,1
2000	53,3	44,3	62,1	49,9	47,5
2001	48,6	54,4	61,1	47,3	47,4
2002	54,9	49,6	51,5	47,5	47,7

Quadro 49 – Participação da Despesa com Pessoal na Receita Corrente Líquida 1997 – 2002 em %
Fonte: : elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), 2002

Calculou-se a RCL, excluindo a receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF e somando-se a esse resultado o saldo positivo ou negativo do FUNDEF. Já, em 2002, a RCL teve a receita do FUNDEF incluída.

Na Administração Pública, custeio é o valor referente aos pagamentos (à manutenção) dos atuais serviços em funcionamento, tais como: manutenção de escolas, postos de saúde, iluminação pública, coleta de lixo e outros.

Percebeu-se que há uma tendência de aumento desse custeio, e a Receita não tem acompanhado essa variação, portanto o seu comprometimento fica cada vez maior. Como consequência desse aumento de custeio, há uma restrição à expansão de programas em andamentos, bem como a implantação de novos programas e serviços para o atendimento à população. O Quadro 50 demonstra esse fato.

ANO	VALOR DE CUSTEIO	VAR. % C/ ANO ANTERIOR	RECEITA TOTAL R\$	VAR. % C/ANO ANTERIOR	VAR. % CUSTEIO E RECEITA TOTAL
1998	63.694	-	149.307	-	42,6
1999	47.505	-25,5	142.102	-4,83	33,4
2000	59.022	24,2	184.472	29,8	32,0
2001	64.959	10,0	181.130	-1,9	35,8
2002	61.790	4,9	152.987	-15,54	40,3
2003	68.952	11,6	158.683	3,72	43,4
2004	75.858	10,0	187.231	18,2	40,5

Quadro 50 – Custeio de 1998 a 2002 – em mil reais médios de 2002 IGP - DI
 Fonte: : elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 base 1998/ 2002 - Prefeitura de Jacareí – Secretaria , 2005

Com base no Quadro 51, pode-se observar que, a partir de 1998, a Prefeitura passa por um processo de desaceleração dos investimentos. Isso é o resultado do alto custeio e do comprometimento com despesa de pessoal. Como consequência desse descontrole, a cidade fica impedida de receber obras e novos serviços.

ANO	VALOR INVESTIMENTO R\$	VAR. % C/ ANO ANTERIOR	RECEITA TOTAL R\$	VAR. % INVESTIMENTO E RECEITA TOTAL
1997	14.842	-	142.457	10,4
1998	17.183	15,7	149.307	11,5
1999	4.914	-71,5	142.102	3,4
2000	7.518	52,9	184.472	4,0
2001	6.338	-15,7	181.130	3,5
2002	7.676	21,1	152.987	5,0

Quadro 51 – Investimento Jacareí 1997 – 2002 – em mil reais médios 2002 – IGP-DI
 Fonte: : elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, 2005

Ao comparar o Município com outras cidades de mesmo porte, dentro do Estado, percebeu-se que o índice médio de investimento das outras cidades está em

torno de 14,2 %, que representa uma diferença 64,8% a menor em relação a média das outras cidades, apresentado anteriormente no Quadro 41.

Nesse período, o município reduziu a capacidade de pagar os encargos e amortizar as suas dívidas, conforme demonstra o Quadro 52.

ANO	VALOR DE ENCARGO E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	VAR. % C/ ANO ANTERIOR	RECEITA TOTAL R\$	VAR. % CUSTEIO E RECEITA TOTAL
1998	9.794	-	149.307	6,5
1999	6.023	-38,5	142.102	4,2
2000	4.735	-21,3	184.472	2,5
2001	1.958	-58,6	181.130	1,1
2002	4.407	125,0	152.987	2,88

Quadro 52 – Encargo e Amortização da Dívida Jacareí – 1998-2002

Em mil reais médios de 2002 – IGP -DI

Fonte: : elaborado a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional , 2002

Em 2002, a Prefeitura começa a recuperar a capacidade de administrar a dívida do Município. Nominalmente, abateu a dívida em torno de R\$ 4.407.000,00, que representa 2,88%. Essa amortização correspondeu a 2,5%, ficando acima do percentual que foi pago pelos municípios de mesmo porte que Jacareí, apresentado anteriormente no Quadro 53.

O restante da dívida a pagar refere-se a despesas empenhadas e não pagas dentro do exercício. O Quadro 49 demonstra que, no período de 2001 a 2002, o saldo devedor cresceu em 411,6%, e o resultado orçamentário ficou acima do previsto.

ANO	VALOR R\$	RESTO A PAGAR
1997	-14.117	-
1998	-26.617	-
1999	3.370	-
2000	15.484	-
2001	20.149	17.848
2002	-4.160	91.313

Quadro 53 – Resultado Orçamentário de 1997 a 2002
 Em mil reais médios de 2002 – IGP-DI
 Fonte: : elaborado a partir de dados da
 Secretaria do Tesouro Nacional, 2005

8 Urbanização e Estrutura Urbana

A 1ª Fase do Caderno de Caracterização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2002, p. 5-60) destaca 22 aspectos relevantes para o Município como mostra o Quadro 54:

Em 12 de dezembro de 2003, foi aprovado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Município de Jacareí, com a Lei Complementar nº 49/2003, no qual constam os princípios e instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988.

O objetivo do Plano está definido no seu artigo 3º: “O Plano Diretor de Ordenamento Territorial é o instrumento básico e estratégico da política de desenvolvimento do município, com ênfase na estruturação do seu território, devendo ser observado por todos os agentes públicos e privados” (JACAREÍ LEI COMPLEMENTAR 49/2003, 2003, p. 6).

TEMA	DETALHE
Interesse imobiliário além Dutra	O desenvolvimento urbano se deu na margem direita da rodovia Presidente Dutra. Há necessidade de um maior desenvolvimento em sua margem esquerda.
Ausência de perímetro urbano	É necessário definir o perímetro urbano.
Crescimento urbano espreado:	A implantação de equipamentos e infra-estrutura é prejudicada pelo fato de a cidade ter uma estrutura urbana horizontalizada, além de outros fatores referentes à ausência de definição do perímetro urbano.
Interesse imobiliário desagregado da malha urbana	A ausência de malha viária continuada impossibilita a integração física e social da cidade, exigindo maior investimento em serviços de infra-estrutura.
Carência de infra-estrutura em bairros periféricos	Há uma grande defasagem entre a infra-estrutura dos bairros mais afastados em relação àqueles próximos ao centro urbano.
Conurbação com São José dos Campos	A inexistência de um planejamento regional permite a conurbação que impede o cidadão de ter a visão do território.
Vazios urbanos	O município não possui definição dos vazios urbanos
Densidade demográfica x infra-estrutura	O custo-benefício em relação à infra-estrutura é baixo, uma vez que Município possui em torno de 40 hab/há (hectare) e, segundo o Instituto de Pesquisa Tecnológico IPT, o ideal seria de 600 hab/há.
Lei de uso e ocupação do solo vigente	Desde 1990, data da implantação da legislação, não houve alterações na lei, portanto ela não acompanhou o desenvolvimento da cidade.
Sistema viário sem hierarquização	A demanda de tráfego é crescente e falta planejamento da malha viária.
Área de várzea em localização privilegiada	O Rio Paraíba corta a área central da cidade e suas margens não possuem uma destinação legal.
Favelas e loteamentos irregulares	Falta uma política que trate desse tema e encontre uma solução para ele.
Ocupação industrial X Meio ambiente	Falta uma política que trate desse tema e o solucione.
Poluição do Rio Paraíba	O esgoto é lançado no Rio Paraíba "in natura", mas o tema está sendo tratado pela Comissão da Bacia do Rio Paraíba. Houve um aumento do percentual de tratamento do esgoto.
Exploração mineraria	Não há uma política que cuide dessa área, e já existe um processo de degradação do meio ambiente.

TEMA	DETALHE
Áreas verdes	As áreas verdes existem, porém não há política e plano sobre o tema. A população não consegue identificar estas áreas.
Resíduos sólidos	O atual aterro sanitário é referência na questão de recuperação. Não há plano alternativo na coleta de lixo, nem novos espaços para implantação de aterro sanitário e de lixo industrial.
Cemitérios	Existem dois (02) cemitérios cuja capacidade está esgotada. É necessário definir novo local para esse fim.
Represas	As represas e regiões circunvizinhas têm potencial para a exploração turística, mas não existe política que incentive o aproveitamento racional dos ecossistemas.
Desenvolvimento Rural	A Zona Rural participa da composição do PIB da cidade, mas não existe ma política de incentivo que propicie o seu crescimento, apesar de ela ser bastante significativa.
Relação intermunicipal	É necessário incentivar parcerias e consórcios com os municípios vizinhos para solução de problemas comuns.
Integração regional	É preciso criar atividades que permitam maior autonomia do Município em relação à cidade de São José dos Campos. Há necessidade de um posicionamento do Município no contexto regional.

Quadro 54 – Tema x Detalhe

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí - 1ª Fase Caderno de Caracterização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, 2002

Com relação às áreas urbanas e rurais, instituiu-se, no Plano, o macro zoneamento de planejamento, que foi dividido em cinco macro zonas, abrangendo todo o Município:

1. Macro zona de Destinação Urbana;
2. Macro zona de Destinação Industrial;
3. Macro zona de Destinação Rural;
4. Macro zona de Interesse Ambiental; e
5. Macro zona de Mineração.

O texto do Plano Diretor aprovado apresenta questões importantes cujos temas permitem considerá-lo progressista. São eles:

- Do IPTU Progressivo no Tempo;
- Operações Urbanas Consorciadas;

- Da Transferência do Potencial Construtivo;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir; e
- outros

8.1 Divisão Lógica da Cidade - Unidades de Planejamento

No seu “Plano Diretor de Ordenamento Territorial – 2000”, a Prefeitura dividiu o território utilizando o conceito de Unidade de Planejamento – UP.

Essa UP agrega alguns loteamentos, considerando, na medida do possível, a identidade sócio-econômica e a continuidade territorial cujo objetivo é estabelecer uma lógica de distribuição de serviços públicos, a fim de garantir a todos os cidadãos o atendimento adequado às suas necessidades. Foram constituídas vinte e três unidades de planejamento, conforme Quadro 55.

REGIÃO	UNIDADES
Central – C	01
Norte – N	02
Sul – S	05
Leste – E	06
Oeste – W	07
Sudoeste – SW	01
Nordeste – NE	01
TOTAL	23

Quadro 55 – Unidade de Planejamento
Fonte: Secr. de Planejamento e Urbanismo – Pref. Jacareí, 2005

Consideram-se como Unidade de Planejamento: O Distrito de São Silvestre (SW); os loteamentos: Recanto dos Pássaros e Lagoinha; os núcleos urbanos: Ressaca, Cepinho, Pagador Andrade e Bairrinho, localizados a nordeste (NE1).

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo calculou a população residente em cada unidade de planejamento. Concluiu que o número médio de habitantes por domicílio ocupado, definido pelo Censo IBGE 2000, multiplicou-se. De acordo com o número de ligações residenciais consumidoras de água, indicado pelo SAAE, há 3,7 habitantes por residência.

Para as unidades em que não há rede de água instalada, foi considerado o cadastro da Secretaria de Planejamento, e a população residente pode ser superior à estimada.

O Plano Diretor aprovado permite uma transparência na definição do futuro da cidade, e a facilidade na observação de todos os direitos dos atores envolvidos.

8.2 Aspectos Econômicos e Sociais

Segundo o IBGE, em 2000, o Município possuía 60.708 domicílios. Distribuídos pelo total da população, obteve-se uma média de 3,7 habitantes por domicílio, conforme o Quadro 56.

A cota-parte do ICMS constitui, basicamente, a principal receita do Município. Em 1998, o ICMS correspondia a 46% de sua arrecadação total; em 1999, essa porcentagem foi de 45,7% e, em 2000, representou 47,0%.

A renda “per capita” média do município cresceu 14,39%. Passou de R\$ 309,43, em 1991, para R\$ 353,95 em 2000.

CENSO	DOMICÍLIOS
1940	5.663
1950	5.754
1960	7.356
1970	12.543
1980	26.123
1991	40.232
2000	60.708

Quadro 56 – Domicílios Existentes
Fonte: IBGE, 2002

A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar “per capita” inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) foi reduzida em 20,40%. Passou de 17,6%, em 1991, para 14,0% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,56, em 1991, para 0,53 em 2000.

No período 1991- 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - (IDH-M) de Jacareí cresceu 6,31%, passando de 0,761, em 1991, para 0,809 em 2000.

O fator que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 43,1%, seguido pela Longevidade, com 41,7% e pela Renda, com 15,3%.

Nesse período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 – IDH) foi reduzido em 20,1%.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD se mantivesse essa taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 18,1 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Jacareí foi 0,809. Segundo a classificação PNUD, o Município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8).

Em relação aos municípios do Brasil, Jacareí ocupa a 385^a posição, sendo que 384 municípios (7,0%) estão em situação melhor, e 5122 (93%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos municípios do Estado, Jacareí ocupa a 112^a posição, sendo que 111 municípios (17,2%) estão em situação melhor, e 533 (82,8%) estão em situação pior ou igual.

A Fundação Getúlio Vargas (2003) pelo seu Centro de Políticas Sociais, do Rio de Janeiro, divulgou, em julho de 2001, o “Mapa do fim da fome”, no qual revela que 29% da população brasileira é constituída por indigentes, totalizando 50 milhões de pessoas. Essa pesquisa tomou como base o conceito de indigência utilizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera indigente aquele que tem como renda meio salário mínimo. O resultado consta no Quadro 57.

MUNICÍPIOS	JACAREÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	ESTADO DE SÃO PAULO	BRASIL
População Base 2000	191.358	538.909	244.107	36.966.527	169.544.443
População Indigente	16.254	49.612	22.062	3.849.955	49.600.419
% de Indigentes	8,49	9.21	9,04	10,41	29,26

Quadro 57 – Proporção de Indigentes por Município
Fonte: Mapa do Fim da Fome (FGV-RJ, 2001) e IBGE, 2001

O Seade determinou os seguintes municípios como integrantes da Região Política de São José dos Campos: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

9 Infra-estrutura Sócio-Econômica e Equipamentos Urbanos

9.1 Energia Elétrica

Segundo a Empresa Bandeirante de Energia (2001), Jacareí é a única cidade do Cone Leste que possui usina hidrelétrica em operação. Chama-se Usina do Jaguari, de propriedade das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo - CESP. Sua casa de máquinas localiza-se no Município. A usina utiliza o curso da água do Rio Jaguari, cuja represa ocupa uma área de 55,68 km². A hidrelétrica produz uma potência nominal de 27,60 MW, com as coordenadas do Centro de Barragem, com latitude de -23° 12' e longitude de -46° 02'.

O Município possui 60.633 ligações de energia elétrica. A maior concentração de pontos de energia é residencial que correspondem a 89,89% do total, conforme Quadro 58.

TIPO	TOTAL	%
Consumidores Residenciais	54.500	89,89
Consumidores Comerciais	4.750	7,83
Consumidores Industriais	572	0,94
Consumidores Rurais	490	0,81
SAAE	57	0,09
Prédios Municipais	264	0,44
Total de Ligações	60.633	100,00

Quadro 58 – Distribuição de Energia Elétrica
Fonte: Empresa Bandeirante de Energia, 2001

9.2 Água e Esgoto

O Serviço de Água e Esgoto é administrado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. É uma autarquia municipal criada pela Lei nº. 1761, de setembro de 1976. Em junho de 1978, o SAAE inicia sua fase operacional com a responsabilidade do sistema de abastecimento de água, e do afastamento e canalização de esgoto sanitário. A Prefeitura detém o controle acionário dessa autarquia.

Em 1978, a população atendida pela rede de água representava 57%. Em 2004, passou para 99%, conforme Gráfico 7. O SAAE processa 1 bilhão de litros de água tratada por mês. A cobertura da rede de abastecimento de água, e a sua extensão total é 670 km (base julho de 2004).

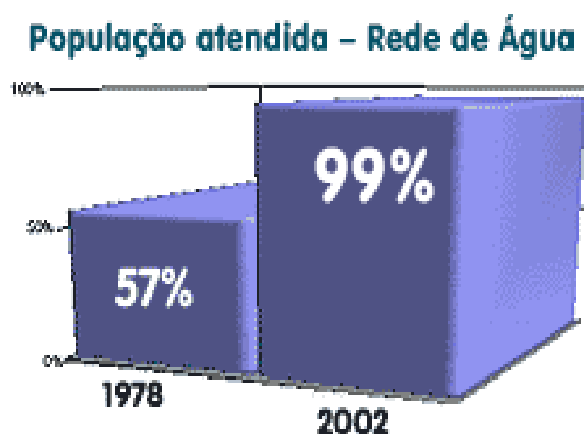


Gráfico 7 – População Atendida

Fonte: SAAE, 2004

Parte desse abastecimento é feito por poços artesianos, o que obriga o controle e a preservação da qualidade da água subterrânea. Somente a região

leste não dispõe de água subterrânea em quantidade suficiente para abastecimento público.

O tratamento é feito dentro do procedimento convencional brasileiro. São tratados 15.062.979,90 m³, conforme Quadro 59.

TIPO DE CAPTAÇÃO	M³
Volume mensal de captação de água subterrânea	2.121.483,80
Vol. Mensal de capacitação de água superficial para tratamento	12.941.496,10
Volume mensal de captação de água para tratamento	15.062.979,90

Quadro 59 – Volume de Água Tratada

Fonte: Serviço Autônomo de Água e Esgoto, (2001)

O SAAE atende 62.566 economias. Dentro desse contexto, define-se “economia” como o número de imóveis atendidos por uma mesma ligação. Por exemplo, um prédio, com 30 apartamentos, possui 30 economias em uma única ligação. O Total de ligações representa 56.011, sendo que 92,2% são residenciais; 7,11% são comerciais; 0,15% são industriais, e 0,4 são ligações para órgãos públicos, conforme detalhado no Quadro 60.

TIPO	RESIDENCIAIS	COMERCIAIS	INDUSTRIAIS	PÚBLICAS	TOTAL
Ligações	51.680	3.986	85	260	56.011
Economias	57.624	4.576	96	270	62.566

Quadro 60 – Quantidade de Ligações e Imóveis Atendidos

Fonte: SAAE – Base Julho, 2004

Em 1978, a rede coletora de esgoto representava apenas 38% do esgoto coletado na cidade. Em Julho de 2002, já atendia 95% da população que correspondia a 49.260 imóveis, cujo volume de coleta era 21.200 toneladas de esgoto/dia, Gráfico 8.

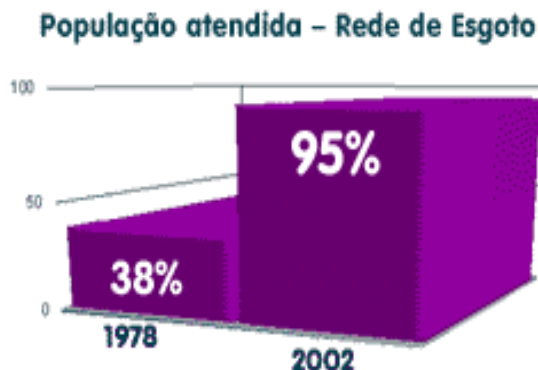


Gráfico 8 – População Atendida Rede de Esgoto

Fonte: SAAE, 2002

A extensão total da rede coletora de esgoto é de 504 km, que atende a 53.182 economias, com 51.399 ligações, conforme detalhado no Quadro 61. No Plano Diretor de Esgotos, está prevista a implantação de sistema de tratamento do esgoto para toda área urbana. Atualmente, apenas 2% do esgoto coletado é tratado, porém, com a conclusão de obras de tratamento de esgoto, em 2005, passará a tratar 18% do total.

TIPO	RESIDÊNCIAS	COMERCIAIS	INDUSTRIAIS	PÚBLICAS	TOTAL
Ligações	47.340	3.802	62	195	51.399
Economias	49.209	3.695	65	213	53182

Quadro 61 – Quantidade de Ligações e Economias Rede de Esgoto

Fonte: SAAE – Julho 2004

O SAAE comercializa a água reciclada através do processo de filtragem e desinfecção no tratamento de esgoto. Essa água destina-se à limpeza de vias públicas, à irrigação de áreas verdes e ao uso na indústria.

O uso da água reciclada é uma opção econômica e ecológica que faz o Município ser o primeiro do Vale do Paraíba a adotar esse sistema.

9.3 Resíduos Sólidos

A Prefeitura Municipal de Jacareí terceiriza, para uma empresa privada, o serviço de coleta de lixo e varrição das ruas. Essa empresa se encarrega da coleta regular e transporte de resíduos domiciliares, de resíduos hospitalares e de entulho; varrição; poda de árvores; limpeza de galerias e de feiras-livres; tratamento de resíduos de saúde. A empresa terceirizada também é responsável pela disposição dos resíduos domiciliares, de serviços de saúde e de entulhos no Aterro Sanitário de Jacareí.

A responsabilidade pela administração desses serviços é da Secretaria de Infra-Estrutura, anteriormente denominada Secretaria de Serviços Municipais. Em 1995, foi de 28.686 t/ano. Em 2000, foi de 191.358 t/ano, com crescimento de 27,6%, conforme Quadro 62.

ANO	POPULAÇÃO (HABITANTES)	RESÍDUO SÓLIDO DOMICILIAR E DE VARRIÇÃO (T/ANO)	PER CAPITA (KG/HAB.DIA)
1995	175.562	28.686	0,448
1996	178.613	32.500	0,499
1997	181.717	35.896	0,541
1998	184.875	37.232	0,552
1999	188.089	36.099	0,526
2000	191.358	36.632	0,524

Quadro 62 – Total de Coleta de Resíduos Sólidos
Fonte: Secretaria de Infra-Estrutura, 2002

Cabe, legalmente, ao Município recolher e transportar os resíduos domiciliares ao aterro municipal. Em torno de 70 a 73 % do lixo gerado vem das residências, como demonstra o Quadro 63.

ANO	DOMICILIAR (T/ANO)	COMERCIAL (T/ANO)	DIVERSOS (T/ANO)	INDUSTRIAL (T/ANO)	HOSPITALAR (T/ANO)	TOTAL ANUAL (T/ANO)
1995	28.686	585	2.728	7.501	143	39.643
1996	32.500	1.076	3.596	7.868	153	45.193
1997	35.896	1.096	4.441	8.320	156	49.908
1998	37.233	2.806	5.233	7.589	167	53.029
1999	36.099	3.112	4.768	7.215	190	51.384
2000	36.632	2.176	4.892	8.596	204	52.500
2001	37.308	1.739	4.372	7.386	215	51.019

Quadro 63 – Origem dos Resíduos Coletados
Fonte: Secretaria de Infra-estrutura, 2002

9.4. Transporte

Aproximadamente, 1.800.000 passageiros utilizam-se do transporte urbano por mês; 60 mil passageiros por dia, em 2473 viagens diárias, em 29 linhas. A empresa que detém o monopólio do sistema de transporte possui uma frota de cento e quarenta ônibus. Desse total, cinco ônibus são adaptados para transporte de portadores de necessidades especiais.

Na cidade, existe o transporte alternativo que opera informalmente, sem concessão pública.

No 2º semestre de 2004, criou-se, nos bairros mais periféricos, o transporte integrado. É uma integração entre ônibus-perua cujo objetivo é atender uma unidade de planejamento da zona oeste, que abrange os bairros Conjunto 22 de Abril, Chácara Rurais de Igarapés e Chácara Rurais Bela Vista, com uma população de, aproximadamente, 5.484 habitantes.

Seis linhas de transporte interurbano operam na cidade. Elas se destinam a São Paulo, São José dos Campos, Santa Branca, Mogi das Cruzes, Santa Isabel, Guararema, Caçapava, Taubaté, Aparecida, Rio de Janeiro, Santos e Arujá.

A frota de táxi é de cento e trinta e dois automóveis. A frota de veículos registrados é de 68.059 veículos, distribuídos conforme mostra o Quadro 64.

FROTA	N° DE VEÍCULOS EM 2003	% VERT.	N° DE VEÍCULOS EM 2004	% VERT.	% AUMENTO
Moto	8.989	13,5	9.333	13,7	3,8
Automóvel	47.236	70,7	48.261	71,0	2,2
Camionetes	5.739	8,6	5.861	8,6	2,1
Caminhão	2.681	4,0	2.698	4,0	0,6
Ônibus	644	0,9	669	1,0	3,8
Máquinas Agrícolas	451	0,6	52	0,08	-86,8
Reboques	1.139	1,7	1.185	1,62	4,0
Total	66.479	100,0	68.059	100,0	2,0

Quadro 64 – Frota de Veículos Registrados

Fonte: Diretoria de Trânsito – Prefeitura de Jacareí – 06/2004

10 Cultura e Lazer

A Fundação Cultural Jacarehy (2005) registra que, nas décadas iniciais do século XX, época do apogeu do ciclo cafeeiro, surgiram, no Município, os primeiros veículos culturais: teatro, jornais, cinemas, rádios, mas todos vinculados às famílias tradicionais e à Igreja Católica. A partir da década de 60, o desenvolvimento cultural está descrito no Quadro 65.

PERÍODO	EVENTO
Década 60	Criado o Conselho Municipal de Cultura Artística.
Década 70	Acontece o Festival de Música Popular – FEMPO
Década 80	Criação do Museu de Antropologia do Vale do Paraíba – MAV Recuperação do edifício Solar Gomes Leitão – sede do MAV Criação da Fundação Cultural de Jacarehy “José Maria de Abreu” Formação do acervo do museu e exposições
Até 1993	O Departamento de Cultura pertencia à Secretaria de Educação e Cultura.

Quadro 65 – Período x Evento

Fonte: Fundação Cultural de Jacarehy, 2005

Atualmente, a Fundação Cultural de Jacarehy “José Maria de Abreu” é o órgão responsável pela promoção das seguintes atividades: teatro, música, dança, literatura, cinema, artesanato, trilhas da cultura, fotografia, palestras e seminários, workshops, feiras e exposições. Ela dispõe dos seguintes espaços para desenvolver as atividades: Sede da Fundação Cultural de Jacarehy – “José Maria de Abreu”; Arquivo Público e Histórico de Jacareí; MAV – Museu de Antropologia do Vale do Paraíba; Departamento de Arqueologia de Jacareí; Casa Viva Vida; Casa da Cerâmica; Casa da Gravura e a Sala Mário Lago.

A cidade possui três patrimônios históricos arquitetônicos, tombados pelo Condephaat, que são: o Solar Gomes Leitão, atual Museu de Antropologia do Vale; a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, do século 18, feita de Taipa; e o prédio da Manufatura de Tapetes Santa Helena, com arquitetura industrial inglesa.

Em Jacareí, foram encontrados vários sítios arqueológicos indígenas, que são alvo de pesquisa do Departamento de Arqueologia do Município.

11 Meios de Comunicação

O Município não possui jornais com tiragem diária. O jornal que circula diariamente é editado em São José dos Campos.

O Município possui 04 emissoras de rádio, em frequência modulada, e 02 emissoras de rádio em ondas médias.

12 Educação

Jacareí possui 73 escolas de educação pré-escolar onde estudam 6.277 alunos; 71 escolas do ensino seria fundamental com 30.634 alunos; e 30 escolas do ensino médio, com 11.339 alunos matriculados. Segundo o SEADE (2003), há um total de 49.765 estudantes, distribuídos conforme mostra o Quadro 66.

NÍVEL	ESCOLA MUNICIPAL	% H.	ESCOLA ESTADUAL	% H	ESCOLA PARTICULAR	% H	TOTAL	% V
Pré-escolar	4.474	71,3	-	-	1.803	28,7	6.277	12,6
Fundamental	6.953	22,7	19.802	64,6	3.879	12,7	30.634	61,6
Médio	-	-	9.819	86,6	1.520	13,4	11.339	22,8
Superior	-	-	-	-	1.515	100,0	1.515	3,0
TOTAL	11.427	23,7	29.621	61,4	8.717	14,9	49.765	100

Quadro 66 – Distribuição dos Alunos

Fonte: Seade, 2003

No Quadro 67, há a classificação das escolas.

NÍVEL	MUNICIPAL	ALUNO POR ESCOLA	ESTADUAL	ALUNO POR ESCOLA	PARTICULAR	ALUNO POR ESCOLA	TOTAL
Pré-Escola	27	165,7	-	-	46	39,2	73
Fundamental	17	1.164,8	33	210,7	21	184,7	71
Médio	-	-	19	516,8	11	138,2	30
Superior	-	-	-	-	4	378,7	4

Quadro 67 – Número de Estabelecimento
Fonte: Seade, 2003

O governo municipal atende 23,7% do total dos alunos; o governo estadual, 61,4%; e a escola particular, 14,9%.

Os estudantes do Município estão assim distribuídos: 12,6% estão na pré-escola; 61,6%, no ensino fundamental; 22,8%, no ensino médio; e 3,0%, no ensino superior. Conclui-se que apenas 37% dos alunos do ensino fundamental conseguem cursar o ensino médio; e chegam ao ensino superior apenas 3%.

Segundo o Seade, base 2000, a Taxa de Analfabetismo do Município está em torno de 6,03%. É um índice superior ao da região de São José dos Campos, que é de 5,46%, e inferior à média do Estado de São Paulo, que está em torno de 6,64%.

A rede de ensino superior é composta por Faculdades e Universidades particulares. São elas: Universidade do Vale do Paraíba, campus Vila Branca, que oferece 08 cursos; a Faculdade de Tecnologia Thereza Porto Marques, com 06 cursos; a Faculdade Maria Augusta, com 06 cursos; Faculdades Integradas de Jacareí com 08 cursos, e a Faculdade Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa com 01 curso, totalizando 27 cursos. A rede de ensino superior atrai alunos da Região.

13 Saúde

De acordo com dados do IBGE, base 2003, o Município conta com 41 estabelecimentos de saúde, sendo vinte e um da rede pública, e vinte da rede privada. Desse total, somente 35% dos estabelecimentos atendem internações. Há sete hospitais que prestam serviços de internações, pronto-socorro e Pronto-Atendimento, porém apenas um estabelecimento faz internação pública, os outros atendem somente internações particulares.

Na cidade, apenas um estabelecimento da rede privada possui plano de saúde próprio, ou seja, os dezenove estabelecimentos restantes prestam serviços a plano de saúde de terceiros.

Do total dos quarenta estabelecimentos, 68% prestam serviços ao Sistema Único de Saúde, que representam vinte e quatro estabelecimentos.

Traçando um perfil dos profissionais que trabalham nos serviços de saúde, concluiu-se que há 635 funcionários com nível superior; 429 com nível técnico/auxiliar, totalizando 1064 profissionais, conforme o Quadro 68.

PROFISSÃO	QUANTIDADE	%
Médico(a)	552	52
Enfermeiro(a)	47	4
Odontólogos	36	3
Auxiliar de enfermagem	348	33
Técnico de enfermagem	81	8
Total	1064	100

Quadro 68 – Perfil do Profissional de Saúde
Fonte: IBGE, 2003

Em relação ao Estado de São Paulo, o Município está com indicador superior na questão da quantidade de médico por 1000 habitantes, mas com carência nas demais profissões, como pode ser observado no Quadro 69.

PROFISSIONAL	JACAREÍ	ESTADO DE SÃO PAULO
Médico(a)	2,72	2,53
Enfermeiro(a)	0,23	0,65
Odontólogos	0,17	1,54
Téc. e Aux. de enfermagem	2,11	3,64

Quadro 69 – Profissional da Saúde por 1000 Habitantes
Fonte: Ministério da Saúde – CGRH-SUS/SIRH, 2003

O Município possui um total de 434 leitos disponíveis. Dentre esses, 59% são destinados ao Sistema Único de Saúde, que representam 256 leitos; 41% são destinados à população que possui convênios e pode arcar com o custo de uma internação particular, o que correspondem a 178 leitos.

Ao comparar o total de leitos do SUS do Município, em relação à média estadual e nacional, conclui-se que Jacareí encontra-se em uma situação favorável.

O Estado de São Paulo (base 2002) conta com leitos públicos de, aproximadamente, 0,55 leito/1000 hab; a média nacional é de 0,82 leito/1000 hab. O Município possui 0,79 leitos/1000 hab. e no total 2,13 leito/1000 hab, portanto, em relação ao total de leitos está abaixo do nível do Estado e à média brasileira, que é de 2,66 leito/hab,. Esses dados podem ser observados no Quadro 70 e nos indicadores contidos nos Quadros 71 e 72.

POPULAÇÃO (1)	TOTAL LEITOS	LEITOS SUS/MIL.	LEITOS TOTAL	LEITOS TOTAL/MIL
	SUS	HAB.		HAB
202.922	256	1,26	434	2,13

Quadro 70 – População Total e Número de Leitos Hospitalares
Fonte: IBGE base 2003 e (1) Seade, 2002

Leitos púb/1000hb por UF	Período:2002
UF	Leitos Públicos Por 1000 hab.
Rondônia	1,51
Acre	1,95
Amazonas	1,15
Roraima	2,09
Pará	0,71
Amapá	1,28
Tocantins	0,76
Maranhão	1,23
Piauí	1,62
Ceará	0,9
Rio Grande do Norte	1,27
Paraíba	1,27
Pernambuco	1,26
Alagoas	0,87
Sergipe	0,48
Bahia	0,85
Minas Gerais	0,57
Espírito Santo	0,63
Rio de Janeiro	1,24
São Paulo	0,55
Paraná	0,56
Santa Catarina	0,69
Rio Grande do Sul	0,58
Mato Grosso do Sul	0,71
Mato Grosso	0,72
Goiás	0,93
Distrito Federal	1,41
Total	0,82

Quadro 71 - Leitos Públicos Indicador Estadual
Fonte: Ministério da Saúde -CGRH-DUS/SIRH, 2003

	Período:2002
Região e UF	Leitos Hospitalares Por 1000 hab.
Região Norte	2,05
.. Rondônia	2,35
.. Acre	2,7
.. Amazonas	1,59
.. Roraima	2,25
.. Pará	2,09
.. Amapá	1,66
.. Tocantins	2,37
Região Nordeste	2,46
.. Maranhão	2,54
.. Piauí	2,72
.. Ceará	2,24
.. Rio Grande do Norte	2,62
.. Paraíba	3,27
.. Pernambuco	2,67
.. Alagoas	2,38
.. Sergipe	2,21
.. Bahia	2,19
Região Sudeste	2,7
.. Minas Gerais	2,69
.. Espírito Santo	2,39
.. Rio de Janeiro	3,3
.. São Paulo	2,5
Região Sul	3,08
.. Paraná	3,09
.. Santa Catarina	2,87
.. Rio Grande do Sul	3,19
Região Centro-Oeste	3,05
.. Mato Grosso do Sul	3,24
.. Mato Grosso	2,99
.. Goiás	3,33
.. Distrito Federal	2,23
Total	2,66
Fonte: Ministério da Saúde -CGRH-DUS/SIRH	

Quadro 72 – Leitos Hospitalares Total Estadual, 2003

Segundo o IBGE, base 2002, o Município possui equipamentos para auxiliar no diagnóstico e dar apoio a tratamento de doenças, conforme consta no Quadro 73.

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Para diagnóstico através de imagem	44
Infra-estrutura	8
Métodos óticos	21
Métodos gráficos	22
Manutenção da vida	174
Mamógrafos com comando simples	04
Tomógrafos	02
Eletrocardiógrafos	19
Ultra-som doppler colorido	04
Ultra-som ecógrafo	07
Eletroencefalógrafos	03
Equip. de Hemodiálise	28
Raio X para densimetria óssea	02
Raio X até 100 mA existentes	08
Raio X de 100 a 500 mA	08
Raio X mais de 500 mA	05
Equipo odontológicos (saúde)	14
Grupo de Geradores	03

Quadro 73 – Equipamentos Auxiliar da Saúde
Fonte: IBGE, 2003

De acordo com o IBGE, em 2002, houve 644 óbitos hospitalares no Município. Desses, 56,4% foram do sexo masculino, que representam 363 óbitos, e

46,3% foram do sexo feminino, que correspondem a 281 óbitos. As causas da mortalidade estão relacionadas no Quadro 74.

Causa Morte	Quantidade	%
aparelho circulatório	158	24,53
aparelho respiratório	114	17,70
endócrinas, nutricionais e metabólicas	110	17,08
aparelho digestivo	61	9,47
aparelho geniturinário	48	7,45
infecciosas e parasitárias	37	5,75
causas externas	31	4,81
doenças - sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários	21	3,26
originadas no período perinatal	19	2,95
sistema nervoso	13	2,02
sintomas e sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	12	1,86
neoplasias tumores	11	1,71
malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0,47
gravidez, parto e puerpério	2	0,31
osteomuscular e tecido conjuntivo	2	0,31
pele e tecido subcutâneo	2	0,31
total	644	100,00

Quadro 74 - Morbidade
Fonte: IBGE, 2003

Segundo o Seade, em 2004, Jacareí teve 41 óbitos infantis, o que representam 12,73% de taxa de mortalidade infantil. Essa taxa é superior em relação

à cidade vizinha de São José dos Campos, mas é inferior se comparada à taxa de Taubaté e à do Estado de São Paulo, descritas no Quadro 75.

MUNICÍPIO BASE 2004	POPULAÇÃO RESIDENTE	NASCIDOS VIVOS	ÓBITOS INFANTIS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL
Jacareí	202.922	3.220	41	12,73
São José dos Campos	581.579	8.882	99	11,15
Taubaté	259.851	3.986	65	16,31
Estado de São Paulo	39.326.776	626.804	8.933	14,25

Quadro 75 – Taxa de Mortalidade Infantil
Fonte: Seade, 2004

A mortalidade infantil tem maior incidência no período neonatal, correspondendo a 9,32%. 3,42% dos óbitos são referentes ao período pós-neonatal, conforme Quadro 76.

MUNICÍPIO BASE 2004	NEONATAL PRECOCE	NEONATAL TARDIO	NEONATAL TOTAL	PÓS - NEONATAL POR MIL NASCIDOS	TOTAL POR MIL NASCIDOS
Jacareí	6,21	3,11	9,32	3,42	12,73
São J. dos Campos	5,40	2,59	7,99	3,15	11,15
Taubaté	8,03	3,76	11,79	4,52	16,31
Estado de São Paulo	7,00	2,75	9,75	4,50	14,25

Quadro 76 – Taxa de Mortalidade Infantil por Idade
Fonte: Seade, 2004

Pode-se observar, no Quadro 77, que a mortalidade infantil no Município vem reduzindo. De 2000 a 2004, houve uma queda de 63,4%, apesar de ainda ser uma porcentagem superior à das cidades e do Estado.

ANOS MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	MÉDIA DE 2000 A 2004
Jacareí	20,07	20,80	17,71	13,80	12,73	17,15
São José dos Campos	13,09	13,49	13,27	11,94	11,15	12,61
Taubaté	13,49	16,86	15,21	16,10	16,31	15,56
Estado de São Paulo	16,97	16,07	15,04	14,85	14,25	15,47

Quadro 77 – Taxa de Mortalidade Infantil Anual e Média (por mil nascidos vivos)
Fonte: Seade, 2004

Em março de 1991, foi implantado o Conselho Municipal da Saúde. Ele é composto por 14 representantes. Dentre eles estão 03 prestadores do serviço, 03 representantes do governo, 03 profissionais da saúde e 05 usuários. Com exceção dos representantes do governo, os demais são eleitos pelos munícipes. As reuniões são realizadas quinzenalmente.

14 Violência Urbana

A Secretaria Estadual de Segurança Pública (2005) forneceu os dados sobre as ocorrências policiais no Município, desde 1999 até o primeiro semestre de 2005, conforme Quadro 78. Percebe-se a tendência de aumento de homicídio doloso, furtos em geral e furto e roubo de veículos. Com relação a roubos, existe uma tendência de queda.

Para efeito de estatística e consolidação dos dados, a Secretaria do Estado de Segurança Pública (SESP) considera as seguintes cidades como parte da região de São José dos Campos: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Guaratinguetá, Igaratá, Ilha Bela, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Tremembé e Ubatuba. Esses municípios compõem o DEINTER 1 – CPI 1.

ANO	HOMICÍDIO DOLOSO	FURTO	ROUBO	FURTO E ROUBO DE VEÍCULO
2000	83	1.725	1.482	906
2001	57	1.845	1.137	820
2002	91	2.315	897	736
2003	63	2.571	1.027	582
2004	72	2.653	862	632
2005*	24	1.151	464	389

Quadro 78 – Ocorrências Anuais (Ocorrências Policiais Registradas por Ano)
 Fonte : até 2000: Dados da Res. SSP 150/95 , 2001 : Dados da Res SSP 160/01
 Pop. residente: Fundação SEADE * de janeiro a junho de 2005

Os crimes contra a pessoa são definidos como homicídio doloso. No Município, esse tipo de crime teve um acréscimo médio em relação à taxa total da região de São José dos Campos que, em 2004, Jacareí foi 73,1 % superior. Em Jacareí, para cada 100.000 habitantes, 35,48 pessoas são mortas, enquanto para a região, a taxa é de 20,45 pessoas mortas para cada 100.000 habitantes.

O Município perdeu para o total do Estado de São Paulo que, em 2004, possuía a taxa de 21,74 pessoas mortas para cada 100.000 habitantes, conforme consta no Quadro 79.

ANO	JACAREÍ	REGIÃO DE S. J. CAMPOS	VARIAÇÃO %	ESTADO DE SÃO PAULO	VARIAÇÃO %
1999	37,78	28,61	32,1	35,83	5,4
2000	43,44	30,36	43,1	34,24	26,9
2001	29,33	25,61	14,5	33,21	-11,7
2002	42,52	25,39	67,5	30,99	37,2
2003	31,51	24,29	29,7	28,29	11,4
2004	35,48	20,50	73,1	21,74	63,2

Quadro 79 – Homicídio Doloso – Taxa de Delito por 100 mil habitantes e Ocorrências Policiais Registradas por Ano.

Fonte : até 2000: Dados da Res. SSP 150/95 - 2001: Dados da Res SSP 160/01

População residente: Fundação SEADE

Quanto à incidência de furtos, no Quadro 80, pode-se observar que, no Município, está havendo uma redução do número de casos em relação à Região de São José dos Campos e ao Estado de São Paulo.

ANO	JACAREÍ	REGIÃO DE S.J. DOS CAMPOS	VARIAÇÃO %	ESTADO DE SÃO PAULO	VARIAÇÃO %
1999	939,23	1.133,98	-17,2	1.075,47	-12,67
2000	902,78	1.212,17	-25,5	1.075,48	-16,06
2001	949,62	1.223,39	-22,4	1.170,53	-18,88
2002	1.171,83	1.292,91	-9,4	1.207,13	-2,93
2003	1.286,29	1.526,93	-15,8	1.392,67	-7,64
2004	1.307,39	1.422,64	-8,1	1.347,65	-3,00

Quadro 80 – Furto – Taxa de Delito por 100 mil Habitantes e Ocorrências Policiais Registradas por Ano;

Fonte : até 2000: Dados da Res. SSP 150/95 2001: Dados da Res SSP 160/01

População residente: Fundação SEADE

A tendência do roubo no Município em relação à Região de São José dos Campos é superior, porém é de queda se comparado ao Estado de São Paulo, conforme Quadro 81.

ANO	JACAREÍ	REGIÃO DE S.J. DOS CAMPOS	VARIAÇÃO % BASE JACAREÍ	ESTADO DE SÃO PAULO	VARIAÇÃO % BASE JACAREÍ
1999	932,32	407,27	128,9	605,50	53,97
2000	775,60	402,74	92,6	583,0	33,03
2001	585,21	382,56	53,0	584,69	0,08
2002	454,05	358,39	26,7	584,65	-22,34
2003	513,81	432,27	18,9	641,57	-19,91
2004	424,79	383,91	10,6	568,53	-25,29

Quadro 81 – Roubo – Taxa de Delito por 100 mil Habitantes e Ocorrências Policiais Registradas por Ano

Fonte : até 2000: Dados da Res. SSP 150/95, 2001: Dados da Res SSP 160 População residente: Fundação SEADE

No Município, o furto e roubo de veículos tiveram tendência superior em relação à Região de São José dos Campos, mas se comparado ao Estado de São Paulo foi inferior, conforme Quadro 82.

ANO	JACAREÍ	REGIÃO DE S.J. DOS CAMPOS	VARIAÇÃO %	ESTADO DE SÃO PAULO	VARIAÇÃO %
1999	522,03	265,35	96,7	611,34	-14,61
2000	474,15	316,14	50,0	636,80	-25,55
2001	422,05	302,36	39,6	572,30	-26,26
2002	372,55	268,24	39,0	500,59	-25,58
2003	291,18	265,38	9,7	480,79	-39,44
2004	311,44	255,91	21,7	453,18	-31,28

Quadro 82 – Furto e Roubo de Veículo – Taxa de Delito por 100 mil Habitantes e Ocorrências Policiais Registradas por Ano

Fonte : até 2000: Dados da Res. SSP 150/95, 2001: Dados da Res SSP 160/01 População residente: Fundação SEADE

APÊNDICE B – Grupos de Indicadores

Tabela 1 – Indicadores de Longevidade e Mortalidade

CIDADE INDICADOR 05 (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Esperança de vida ao nascer	74,88	71,46	70,80	72,25	72,92	73,89	72,73	74,48
Mortalidade até um ano de idade	9,74	15,42	16,67	13,99	12,84	11,26	13,16	10,35
Mortalidade até cinco anos de idade	11,16	17,65	19,07	16,02	14,7	12,89	15,06	11,86
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	95,87	93,58	93,09	94,15	94,61	95,25	94,48	95,62
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	88,16	82,39	81,21	83,77	84,93	86,55	84,61	87,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 2 – Indicadores de Fecundidade

CIDADE INDICADOR 03 (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Taxa de Fecundidade Total	2,01	2,61	2,19	2,26	2,61	2,06	2,14	2,06
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	0	0,1	0,49	0,29	0,04	0,16	0,48	1,17
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	6,42	10,63	5,33	8,28	6,64	5,67	6,71	5,58

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 3 – Indicadores de Atendimento Educacional à Criança

CIDADE INDICADOR 11 (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% 4 a 5 anos na escola	39,69	35,99	51,46	32,12	52,57	51,88	64,48	57,95
% 5 a 6 anos na escola	63,94	64,09	73,19	66,28	79,96	73,88	84,29	74,3
% 7 a 14 anos na escola	97,78	96,77	97,07	97,46	97,9	97,89	98,29	96,16
% 10 a 14 anos na escola	98,06	96,44	96,69	97,12	98,13	97,88	98,04	94,38
% 7 a 14 anos freqüentando o fundamental	95,16	94,76	93,89	94,09	94,04	95,75	95,7	94,61
% 7 a 14 anos com acesso ao fundamental	96,61	95,54	95,93	95,49	96,33	96,64	96,74	95,05
% 7 a 14 anos analfabetos	4,36	4,69	4,77	3,49	4,12	3,89	4,05	4,94
% 10 a 14 anos analfabetos	1,95	1,21	1,26	1,1	1,56	0,9	1,29	1,55
% 7 a 14 anos com mais de um ano atraso	8,98	12,63	10,07	10,17	10,72	6,38	9,04	9,38
% 10 a 14 anos com mais de um ano atraso	13,17	19,16	14,41	15,07	15,93	9,19	13,38	13,21
% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	27,03	31,26	26,21	24,85	34,02	25,32	27,45	27,38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 4 – Nível Educacional da População entre 15 e 17 anos

CIDADE INDICADOR 6 (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% 15 a 17 anos na escola	83,75	77,41	87,34	83,71	89,22	87,4	87,15	84,45
% 15 a 17 anos analfabetos	0,85	2,2	0,84	0,82	2,36	0,93	0,44	0,33
% 15 a 17 com menos de quatro anos de estudo	4,19	6,91	5,06	4,34	12,49	3,68	3,62	5,04
% 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo	39,54	53,22	36,18	40,38	40,51	28,71	36,34	43,7
% 15 a 17 anos no ensino médio 7 a 14 anos frequentando o fundamental	53,49	41,01	58,33	52,86	53,52	64,95	57,44	51,18
% 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio	56,28	41,35	60,29	54,31	57,08	66,98	59,35	52,99

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 5 – Nível Educacional da População de 25 anos ou mais

CIDADE INDICADOR (7) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	6,78	4,67	6,84	7,02	5,89	7,68	7,52	7,23
% 25 anos ou mais analfabetas	7,59	16,41	7,23	6,42	10,68	5,66	5,7	7,01
% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	21,32	42,12	22,08	20,62	27,73	16,95	18,26	20,52
% 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	54,67	76,86	54,36	53,34	64,85	46,96	49,5	53,09
% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo	9,95	3,99	9,53	11,49	6,44	15,0	16,25	14,58
% 25 anos ou mais frequentando curso superior	1,45	0,23	1,35	1,1	1,08	2,32	1,67	1,13
% 25 anos e mais com acesso ao curso superior	3,92	1,42	3,78	3,77	2,25	7,15	6,23	5,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 6 – Analfabetismo por Faixa Etária da População

CIDADE INDICADOR (6) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% 7 a 14 anos analfabetos	4,36	4,69	4,77	3,49	4,12	3,89	4,05	4,94
% 10 a 14 anos analfabetos	1,95	1,21	1,26	1,1	1,56	0,9	1,29	1,55
% 15 a 17 anos analfabetos	0,85	2,2	0,84	0,82	2,36	0,93	0,44	0,33
% 18 a 24 anos analfabetos	0,83	3,65	1,52	1,18	2,61	0,87	1,5	1,63
% 15 anos ou mais analfabetas	6,12	14,18	6,03	5,57	9,73	4,58	4,82	5,57
% 25 anos ou mais analfabetas	7,59	16,41	7,23	6,42	10,68	5,66	5,7	7,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 7 – Analfabetismo Funcional por Faixa Etária da População

CIDADE INDICADOR (4) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo.	27,03	31,26	26,21	24,85	34,02	25,32	27,45	27,38
% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	4,19	6,91	5,06	4,34	12,49	3,68	3,62	5,04
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	5,59	15,4	6,08	5,41	9,41	4,19	4,96	8,33
% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	16,65	34,41	17,75	16,18	23,32	13,35	14,62	16,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 8 – Percentual de Pessoas por Nível de Ensino

CIDADE INDICADOR (5) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Taxa bruta de frequência ao fundamental	121,28	124,2	120,6	120,06	123,25	116,37	117,77	122,19
Taxa bruta de frequência ao ensino médio	117,21	81,8	117,14	118,95	103,13	123,63	106,93	109,55
Taxa bruta de frequência ao superior	18,29	5,37	17,63	16,49	11,29	28,8	25,8	20,01
% 18 a 22 anos que frequentam curso superior	9,35	2,29	7,51	8,78	3,77	12,91	12,76	11,73
% 18 a 22 anos com acesso ao curso superior	9,47	2,61	7,58	8,97	3,78	12,93	12,92	11,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 9 – Indicadores utilizados no IDHM - Educação

CIDADE INDICADOR (5) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Taxa de alfabetização	93,89	85,82	93,97	94,44	90,27	95,42	95,18	94,43
Taxa bruta de frequência à escola	86,86	79,39	85,96	85,86	84,61	89,2	85,12	84,83
Taxa bruta de frequência ao fundamental	121,28	124,2	120,6	120,06	123,25	116,37	117,17	122,19
Taxa bruta de frequência ao ensino médio	117,21	81,8	117,14	118,95	103,13	123,63	106,93	109,55
Taxa bruta de frequência ao superior	18,29	5,37	17,63	16,49	11,29	28,8	25,8	20,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 10 – Indicadores do Nível e Composição da Renda

CIDADE INDICADOR (4) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Renda per Capita	363,53	231,9	353,95	332,01	266,6	470,02	460,87	383,76
% da renda proveniente de transferências governamentais	17,37	11,06	16,24	17,78	14,74	12,89	17,37	14,45
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	68,94	73,78	70,18	69,22	64,99	73,35	72,03	72,38
% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	14,1	8,67	12,73	14,58	11,25	10,09	14,19	12,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 11 – % da Renda Domiciliar apropriada por Faixas da População

CIDADE INDICADOR (6) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	2,88	3,5	3,14	2,49	3,54	2,46	2,64	2,61
% da renda apropriada pelos 40% mais pobres	10,24	11,26	10,61	9,12	11,24	8,85	9,12	9,33
% da renda apropriada pelos 60% mais pobres	22,38	23,12	22,86	20,36	23,61	19,67	20,1	20,9
% da renda apropriada pelos 80% mais pobres	42,63	42,73	43,05	39,73	43,37	38,41	38,56	41,19
% da renda apropriada pelos 20% mais ricos	57,37	57,27	56,95	60,27	56,63	61,59	61,44	58,81
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	40,87	40,46	40,45	43,19	40,8	44,82	45,55	40,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 12 – Nível de Renda Domiciliar por Extrato da População

CIDADE INDICADOR (6) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
Renda per capita média do 1º quinto mais pobre	52,33	40,56	55,56	41,3	47,21	57,79	60,79	50,15
Renda per capita média do 2º quinto mais pobre	133,73	89,94	132,15	110,07	102,56	150,06	149,32	128,87
Renda per capita média do 3º quinto mais pobre	220,8	137,52	216,77	186,57	164,95	254,32	253,15	222,04
Renda per capita média do 4º quinto mais pobre	368,04	227,42	357,4	321,67	263,44	440,51	425,25	389,32
Renda per capita média do quinto mais rico	1042,74	664,06	1007,89	1000,45	754,86	1447,39	1415,82	1128,39
Renda per capita média do décimo mais rico	1485,83	938,3	1431,88	1433,96	1087,79	2106,57	2099,08	1553,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 13 – Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda

CIDADE INDICADOR (4) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
10% mais ricos / 40% mais pobres	15,97	14,38	15,26	18,95	14,53	20,27	19,98	17,38
20% mais ricos / 40% mais pobres	11,21	10,18	10,74	13,22	10,08	13,93	13,48	12,61
Índice de Gini	0,53	0,51	0,53	0,56	0,52	0,58	0,57	0,55
Índice de Theil	0,49	0,42	0,48	0,55	0,43	0,57	0,59	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 14 - Indicadores de Pobreza

CIDADE INDICADOR (6) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% de Indigentes	6,35	6,89	5,64	8,93	6,14	5,83	4,96	6,57
% de Pobres	14,95	23,24	14,01	20,66	19,48	12,94	12,75	17,03
% de Crianças Indigentes	9,87	9,8	9,03	14,12	8,45	9,19	8,03	10,87
% de Crianças Pobres	22,68	34,63	21,41	30,9	28,67	19,7	20,14	27,11
Intensidade da Pobreza	46,55	41,28	44,16	45,24	40,42	48,92	43,89	43,75
Intensidade da Indigência	60,31	64,59	60,62	55,03	66,41	67,32	62,32	57,83

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 15 – % de Pessoas que vivem em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos

CIDADE INDICADOR (5) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	93,94	94,22	98,45	98,22	96,84	97,95	99,0	95,53
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiros e água encanada	93,0	92,68	97,82	97,34	96,65	97,28	98,38	94,43
% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	98,43	90,37	99,19	97,75	94,24	99,24	99,48	95,75
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	99,13	98,94	99,48	99,66	98,76	99,79	99,66	99,43
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais	1,34	0	0,33	0	0,01	1,04	0	0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 16 – % de Pessoas que vivem em Domicílios com Acesso a Bens de Consumo, Densidade e Propriedade

CIDADE INDICADOR (8) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% de pessoas que vivem em domicílios com TV	96,68	92,13	95,9	96,26	93,85	97,36	97,79	97,82
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	48,36	15,76	58,67	45,09	35,66	54,32	57,91	44,85
% de pessoas que vivem em domicílios com carro	50,33	43,17	48,57	45,18	43,27	57,07	55,48	50,37
% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira	96,17	92,64	96,88	95,61	92,71	97,98	97,0	94,94
% de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores	62,9	44,45	67,72	58,19	52,62	69,56	70,33	60,21
% de pessoas que vivem em domicílios com computador	14,77	5,62	16,98	14,83	7,68	22,89	19,85	18,34
% de pessoas que vivem em domicílios com densidade > 2	21,02	27,7	24,91	21,55	27,55	20,55	18,23	20,49
% de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	67,68	54,94	71	71,51	67,24	72,83	69,13	65,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 17 – Indicadores de Vulnerabilidade Familiar

CIDADE INDICADOR (14) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% de pessoas de 65 anos ou mais morando sozinhas	14,27	17,03	12,55	12,9	17,09	13,26	12,54	21,58
% de pessoas em famílias com razão de dependência maior que 75%	33,11	39,57	34,86	36,62	34,4	34,81	34,81	34,11
% de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores	5,29	4,71	5,16	4,93	8,14	4,53	5,42	4,97
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	0	0,1	0,49	0,29	0,04	0,16	0,48	1,17
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	6,42	10,63	5,33	8,28	6,64	5,67	6,71	5,58
% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	1,84	5,31	1,97	2,36	1,76	2,23	2,42	3,16
% de pobres	14,95	23,24	14,01	20,66	19,48	12,94	12,75	17,03
% de crianças indigentes	9,87	9,8	9,03	14,12	8,45	9,19	8,03	10,87
% de crianças pobres	22,68	34,63	21,41	30,9	28,67	19,7	20,14	27,11
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	60,31	64,01	48,54	67,88	47,43	48,12	35,53	42,05
% de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	36,06	35,91	26,81	33,72	20,04	26,13	15,17	25,7
% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola	2,22	3,23	2,93	2,54	2,1	2,11	1,71	3,84
% de crianças de 10 a 14 anos fora da escola	1,94	3,56	3,31	2,88	1,87	2,12	1,96	5,62
% de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	16,25	22,59	12,66	16,29	10,78	12,6	12,86	15,55

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 18 – Analfabetismo e analfabetismo funcional por faixa etária

CIDADE INDICADOR (11) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% 7 a 14 anos analfabetos	4,36	4,69	4,77	3,49	4,12	3,89	4,05	4,94
% 10 a 14 anos analfabetos	1,95	1,21	1,26	1,1	1,56	0,9	1,29	1,55
% 15 a 17 anos analfabetos	0,85	2,2	0,84	0,82	2,36	0,93	0,44	0,33
% 18 a 24 anos analfabetos	0,83	3,65	1,52	1,18	2,61	0,87	1,5	1,63
% 15 anos ou mais analfabetas	6,12	14,18	6,03	5,57	9,73	4,58	4,82	5,57
% 25 anos ou mais analfabetas	7,59	16,41	7,23	6,42	10,68	5,66	5,7	7,01
%10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	27,03	31,26	26,21	24,85	34,02	25,32	27,45	27,38
% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	4,19	6,91	5,06	4,34	12,49	3,68	3,62	5,04
% 18 a 24 anos com menos de quatro anos	5,59	15,4	6,08	5,41	9,41	4,19	4,96	8,33
%15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	16,85	34,41	17,75	16,18	23,32	13,35	14,62	16,88
% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	21,32	42,12	22,08	20,62	27,73	16,95	18,26	20,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 19 – Indicadores do Potencial de Atend. Qualificado de Serviços Prioritários

CIDADE INDICADOR (3) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
% de enfermeiros com curso superior	26,88	36,67	0	7,96	0,85	14,68	20,15	26,75
Número de médicos por 1000 habitantes	1,43	0	0,8	1,22	0,75	1,72	2,59	2,01
% de professores do fundamental com curso superior	25,42	9,88	32,63	42,49	8,78	40,28	41,95	50,75

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Rendas, Saúde e Educação

CIDADE INDICADOR (3) (BASE 2000)	CAÇAPAVA	IGARATÁ	JACAREÍ	PINDAMO- NHANGABA	SANTA BRANCA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TAUBATÉ	TREMEMBÉ
IDHM	0,834	0,764	0,809	0,815	0,796	0,849	0,837	0,834
IDHM - Renda	0,757	0,682	0,752	0,742	0,705	0,8	0,797	0,766
IDHM - longevidade	0,831	0,774	0,763	0,787	0,799	0,815	0,796	0,825
IDHM – Educação	0,915	0,837	0,913	0,916	0,884	0,933	0,918	0,912
Taxa de alfabetização	93,89	85,82	93,97	94,44	90,27	95,42	95,18	94,43
Taxa bruta de frequência à escola	88,86	79,39	85,96	85,86	84,61	89,2	85,12	84,83
Taxa bruta de Frequência ao fundamental	121,28	124,2	120,6	120,06	123,25	116,37	117,77	122,19
Taxa bruta de frequência ao ensino médio	117,21	81,8	117,14	118,95	103,13	123,63	106,93	109,55
Taxa bruta de frequência ao superior	18,29	5,37	17,63	16,49	11,29	28,8	25,8	20,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

APÊNDICE C - Comparação Intertemporal 1991 e 2000

INDICADOR – (CONDIÇÃO IDEAL)	1991	2000	VAR. %
Esperança de vida ao nascer – (>)	67,2	70,8	5,35
Mortalidade até cinco anos de idade - (<)	34,6	19,7	-44,88
Mortalidade até um ano de idade / <	30,57	16,67	-45,47
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos <	5,02	5,33	6,17
Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos – (<)	NC	0,49	NC
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos – (>)	89,99	93,09	3,44
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos – (>)	75,1	81,21	8,13
Taxa de fecundidade – (=)	2,28	2,19	-3,94
Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas – (<)	2,77	1,26	-54,5
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar – (<)	39,05	14,41	-63,1
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo – (<)	46,83	26,24	-44,03
Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola – (>)	89,56	96,69	7,96
Percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola – (>)	32,05	73,19	128,36
Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas – (<)	7,69	4,77	-37,97
Percentual de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental – (>)	89,89	95,93	6,71
Percentual de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar – (<)	25,44	10,07	-60,41
Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola – (>)	90,21	97,07	7,60
Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental – (>)	89,39	93,89	5,03
Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos – (>)	115,27	120,60	4,62
Percentual de crianças entre 4 a 5 anos na escola – (>)	NC	51,46	NC
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas – (<)	1,30	0,84	-35,38
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio – (>)	NC	23,95	NC
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao segundo grau – (>)	NC	60,29	NC
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo – (<)	70,26	36,2	-48,51
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo (<)	12,05	5,06	-58,01
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola – (>)	68,36	87,34	27,76
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio – (>)	23,23	58,33	151,09
Percentual de pessoas que freqüentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos – (>)	50,37	117,14	57,0
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas – (<)	9,21	6,03	-34,52
Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – (<)	27,1	17,75	-34,50
Percentual de pessoal de 18 a 24 anos analfabeta – (<)	2,89	1,52	-47,4
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com doze anos ou mais de estudo – (>)	5,31	7,1	33,71
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo – (<)	52,22	25,75	-50,68
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo - (<)	13,38	6,08	-54,55
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior – (>)	3,83	7,41	93,47
Percentual de pessoas de 18 a 24 com acesso ao curso superior – (>)	4,07	7,86	93,12
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade – (>)	5,35	6,84	27,85

INDICADOR – (CONDIÇÃO IDEAL)	1991	2000	VAR. %
Percentual de pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao curso superior – (>)	4,19	7,58	80,90
Percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior – (>)	3,96	7,51	89,64
Percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação a população de 18 a 22 anos – (>)	10,37	17,63	70,0
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas – (<)	12,05	7,23	-40,0
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo – (<)	69,96	54,36	-21,96
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo – (<)	32,57	22,08	-32,58
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo – (>)	6,9	9,53	38,11
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior – (>)	0,94	1,35	43,61
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com acesso ao curso superior – (>)	2,15	3,78	75,8
Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos – (>)	115,27	120,6	4,62
Percentual da renda proveniente de rendimento do trabalho – (>)	80,87	70,18	-13,21
Percentual da renda proveniente de transferências governamentais – (<)	10,92	16,24	48,71
Renda per capita – (>)	309,43	353,95	14,38
Percentual de criança de 10 a 14 anos fora da escola – (<)	10,44	3,31	-68,3
Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham – (<)	4,93	1,97	-60,04
Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola – (<)	NC	48,54	NC
Percentual de crianças de 5 a 6 anos fora da escola – (<)	67,95	26,81	-60,54
Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola – (<)	9,79	2,93	-70,07
Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos – (<)	NC	0,49	NC
Percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 37,75 – (<)	9,14	9,03	-1,204
Média de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade – (>)	5,35	6,84	27,85
Mortalidade de até cinco anos de idade – (<)	34,6	19,07	-44,88
Mortalidade de até um ano de idade – (<)	30,57	16,67	-45,47
Número de médicos residentes por mil habitantes – (>)	0,52	0,8	53,84
Percentuais crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50 – (<)	24,05	21,41	-10,98
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola – (<)	31,64	12,66	-59,99
Percentual de enfermeiros residentes com curso superior – (>)	0,48	0	-100
Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas – (<)	10,04	12,55	25,0
Percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais – (<)	8,18	12,73	55,62
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas – (<)	2,89	1,52	-47,4
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo – (<)	52,22	25,75	-50,69
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo – (<)	13,38	6,08	-54,56

INDICADOR – (CONDIÇÃO IDEAL)	1991	2000	VAR. %
Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75% - (<)	40,84	34,86	-14,64
Percentual de professor do fundamental residente com curso superior – (>)	23,94	32,63	36,29
Percentuais mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos – (<)	6,29	5,16	-17,97
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos – (>)	89,99	93,09	3,44
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos – (>)	75,1	81,21	8,13
Pessoas em domicílios particulares exceto domésticas pensionistas e com renda missing – (>)	162674	190698	17,22
População rural – INF	6843	7914	15,65
População de 65 anos ou mais de idade – (>)	6488	9775	50,66
População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula – (<)	152441	171399	12,43
População total exceto residentes em domicílios coletivos – INF	156488	176104	12,53
População total – INF	163869	191291	16,73
População urbana – INF	157023	183377	16,78
População até 1 ano de idade – INF	3212	3202	-0,34
População de 1 a 3 anos de idade – INF	9922	10172	2,51
População de 4 anos de idade – INF	3307	3483	5,32
População de 5 anos de idade – INF	3539	3546	0,19
População de 6 anos de idade – INF	3369	3356	-0,38
População de 10 a 14 anos de idade – INF	18115	17599	-2,84
População de 15 a 17 anos de idade – INF	9806	11090	13,09
População de 15 anos ou mais de idade – INF	111451	139860	25,49
População de 18 a 22 anos de idade – INF	15745	19032	20,87
População de 23 a 24 anos de idade – INF	6236	6980	11,93
População de 25 anos ou mais de idade – INF	79664	102758	28,98
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – (>)	0,761	0,809	6,30
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação – (>)	0,851	0,913	7,28
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade – (>)	0,703	0,763	8,53
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda – (>)	0,73	0,752	3,0137
Taxa Bruta de freqüência à escola – (>)	73,8	85,96	16,47
Taxa de alfabetização – (>)	90,79	93,97	3,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

ANEXO A - Origem dos Tributos Municipais

TIPO DA RECEITA	COMPE-TÊNCIA	RECEITA	OBSERVAÇÃO
Tributária	Municipal	Imposto	a) propriedade predial e territorial urbana b) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; c) serviços de qualquer natureza, não compreendidos os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, definidos em lei complementar.
		Taxas arrecadadas	a) em razão do exercício do poder de polícia; b) pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
		Contribuição de melhoria	decorrentes de obras públicas
Contribuições	Municipal	Para custeio do serviço de iluminação pública	Emenda Constitucional nº 39/2002
Transferências Constitucionais	Estado	a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores c) Imposto sobre produtos industrializados	a) base da Constituição Federal, com 75% é receita do Estado e 25% receita do Município. Responsabilidade de arrecadação e distribuição do Estado. b) 50% é receita do Estado e 50% receita do Município onde for licenciado o veículo sobre o qual incide o tributo. c) O Estado transfere ao Município 25% dos 10% da arrecadação do imposto que receber da União. Esses recursos são distribuídos ao Estado proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
	União	a) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural b) Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza c) Fundo de Participação dos Municípios	a) 50% do produto da arrecadação do imposto, arrecadado pela União no Município. b) No produto incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo Município, suas autarquias e fundações. c) Do produto da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados, a União distribui 22,5% aos Municípios, as cotas são calculadas pelo Tribunal de Contas da União. A participação de cada município é determinada pela aplicação de coeficientes variáveis de acordo com o nº de habitantes

Fonte: IBAM, 2005

TIPO DA RECEITA	COMPETÊNCIA	RECEITA	OBSERVAÇÃO
Compensação Financeira	Município	De caráter indenizatório pela exploração de recursos naturais em seu território, adjacências e plataforma continental.	Os recursos provêm da exploração do petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e de recursos minerais e a parcela de cada Município varia na razão direta dos recursos utilizados ou produzidos.
Receita Patrimonial	Município	Constituído de bens móveis e imóveis	Quando explorado economicamente, gerar receitas patrimoniais mobiliárias e imobiliárias, tais como aplicações financeiras, vendas de bens móveis e imóveis, aluguéis e outros.
Receita de Serviços	Município	Preço ou Tarifas	Modalidade especial de remuneração porque não dependem de lei prévia para autorização revisão, variação em função dos custos ou dos preços de mercado. Prefeito pode baixar decreto, portaria ou qualquer outro ato administrativo toda vez que os custos se elevarem. Exemplo transporte coletivo, mercados, feiras, matadouros, cemitérios e outros.
Outras receitas correntes	Município	Multas e outras penalidades não tributárias	Multas administrativas ou decorrentes dos códigos de posturas, obras e outros regulamentos municipais, a atualização monetária e a cobrança da dívida ativa – tributária e não tributária.

Fonte: IBAM, 2005

ANEXO B – Definição dos Indicadores

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
1	Esperança de vida ao nascer	Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.
2	Mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas.
3	Mortalidade até cinco anos de idade	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.
4	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce: a probabilidade de uma criança recém-nascida viver até aos 40 anos se os padrões das mortalidades específicas prevalentes na época do nascimento permanecer os mesmos ao longo da vida da criança.
5	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce: a probabilidade de uma criança recém-nascida viver até aos 60 anos se os padrões das mortalidades específicas prevalentes na época do nascimento permanecer os mesmos ao longo da vida da criança.
6	Taxa de fecundidade total	Número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo
7	Percentual de crianças entre 4 e 5 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que freqüentam escola (creche, pré-escola ou fundamental).
8	Percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que freqüentam escola (creche, pré-escola ou fundamental)
9	Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
10	Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
11	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas	Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
12	Percentual de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	O atraso escolar é obtido pela comparação entre a idade e a série escolar da criança, através da equação: atraso escolar = [(idade – 7) – número da série completada]. Espera-se, portanto, que uma criança de oito anos já tenha completado um ano de estudo.
13	Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando o curso fundamental	Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo de primeiro grau. Não inclui classe de alfabetização
14	Percentual de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental	Percentuais de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o curso fundamental ou já o concluíram. Neste último caso, têm 8 anos completos de estudo e podem estar freqüentando ou não outro nível escolar.
15	Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	Percentual de crianças nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
17	Percentual de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de crianças nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
18	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série.
19	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
20	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar.
21	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de oito anos de estudo	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam, no mínimo, um ano de atraso escolar.
22	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o segundo grau	Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau seriado ou cursos não seriados equivalentes, como o supletivo.
23	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao segundo grau	Percentuais de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o segundo grau ou já o concluíram. Neste último caso, têm 11 anos de estudo completos e podem estar freqüentando ou não outro nível escolar.
24	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	Percentual de jovens nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
25	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como "analfabetos funcionais"
26	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que ainda não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau bastante elevado de atraso escolar.
27	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com mais de onze anos de estudo	Percentual de jovens nessa faixa etária que completaram pelo menos um ano de curso universitário.
28	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.
29	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já concluíram .
30	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	Percentual de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
31	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem se classificados como "analfabetos funcionais".
32	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	Razão entre o somatório do número de anos de estudo completos das pessoas nessa faixa etária e o total dessas pessoas.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
33	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	Percentual de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler nem escrever um bilhete simples.
34	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de quatro anos de estudo	Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a quarta série do fundamental, ou seja, que podem ser classificados como “analfabetos funcionais”.
35	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	Percentual de pessoas nessa faixa etária que não completaram a oitava série do fundamental. Implica que abandonaram a escola ou que apresentam um grau elevado de atraso escolar.
36	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com mais de onze anos de estudo	Percentual de pessoas nessa faixa etária que completaram pelo menos um ano de curso universitário.
37	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior	Percentual de pessoas nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.
38	Percentual de pessoas de 25 anos e mais com acesso ao curso superior	Percentuais de pessoas nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já concluíram.
39	Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos	Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o curso fundamental e a população de 7 a 14 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.
40	Percentual de pessoas que freqüentam o segundo grau em relação à população de 15 a 17 anos	Razão entre o número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o segundo grau e a população de 15 a 17 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.
41	Percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos	Razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o curso superior e a população de 18 a 22 anos. Indicador componente da taxa bruta de matrícula do IDH-educação.
42	Percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior	Percentual de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário.
43	Percentual de pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao curso superior	Percentuais de jovens nessa faixa etária que estão freqüentando o curso universitário ou já o concluíram.
44	Renda per Capita	Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.
45	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais	Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município.
46	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho	Equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
47	Percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais	Percentual de pessoas cuja renda familiar per capita provém, em mais de metade de seu valor total, de rendimentos de aposentadoria, pensão e programas oficiais de auxílio. A renda familiar per capita de cada indivíduo é definida como a razão entra a soma da renda de todos os membros de sua família e o número de membros da mesma.
48	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais pobres da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
49	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 40% mais pobres da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
50	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 60% mais pobres da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos três quintos mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
51	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 80% mais pobres da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes aos quatro quintos mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
52	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais ricos da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
53	Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 10% mais ricos da população	É a proporção da renda do município apropriada pelos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
54	Renda domiciliar per capita média do 1º quinto mais pobre	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
55	Renda domiciliar per capita média do 2º quinto mais pobre	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao segundo quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
56	Renda domiciliar per capita média do 3º quinto mais pobre	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao terceiro quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
57	Renda domiciliar per capita média do 4º quinto mais pobre	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quarto quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
58	Renda domiciliar per capita média do 5º quinto mais rico	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
59	Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico	É a média da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
60	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
61	Razão entre a renda média dos 210% mais ricos e a dos 40% mais pobres	É uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.
62	Índice de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).
63	Índice L. de Theil	Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.
64	Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75 equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado aqueles que são membros que vivem em domicílios particulares permanentes.
65	Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$75,50	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50 equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado aqueles que são membros que vivem em domicílios particulares permanentes.
66	Percentuais crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$37,75	Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$37,75 (1/4 do salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios permanentes.
67	Percentuais crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$75,50	Proporção dos indivíduos com idade de zero a 14 anos que têm renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$75,50 (1/2 do salário mínimo de agosto de 2000). O universo desses indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios permanentes.
68	Intensidade da pobreza: linha de R\$37,75	Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$37,75) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.
69	Intensidade da pobreza: linha de R\$75,50	Distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.
70	Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas	Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade que vivem sozinhas em domicílio particular permanente.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
71	Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%	Percentual de pessoas que vivem em famílias nas quais a razão entre o número de seus membros com idade de até 14 anos e de 65 anos ou mais e o dos com idade entre 15 e 64 anos é maior que a 0,75.
72	Percentual mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	Percentual mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em casa.
73	Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos	Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos de idade que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).
74	Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos	Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos de idade que tiveram filhos (estando os mesmos vivos ou não).
75	Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	Percentual de crianças nessa faixa etária que trabalharam em todos ou em parte dos últimos 12 meses (1991) ou na última semana de julho (2000). Considera-se o trabalho remunerado ou não (ajuda a membros da família, aprendiz, estagiário) e também o trabalho na produção para consumo próprio.
76	Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola. Somente para 2000.
77	Percentual de crianças de 5 a 6 anos fora da escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.
78	Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.
79	Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.
80	Percentual de crianças de 15 a 17 anos fora da escola	Percentual de crianças nessa faixa etária que não freqüentam a escola.
81	Percentual de enfermeiros residentes com curso superior	Razão entre o total de pessoas residentes no município que exercem a profissão de enfermeiro e que têm curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem.
82	Número de médicos residentes por mil habitantes	Razão entre o total de médicos residentes no município e o total de habitantes do mesmo, vezes mil. Incluem-se os acadêmicos de hospital (médicos residentes).
83	Percentual de professores do fundamental residentes com curso superior	Razão entre o total de pessoas residentes no município que exercem a profissão de professor de curso fundamental e que têm curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão, vezes cem.
84	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada para um ou mais cômodos, proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.
85	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro, definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário. Os valores em branco referem-se aqueles domicílios que não tinham água encanada.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
86	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	Percentual de pessoas que vivem em domicílios em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou em que o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios localizados em área urbana.
87	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.
88	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV	Percentual de pessoas que vivem em domicílios energia elétrica e aparelho de televisão a cores ou preto e branco desde que esteja em condições de uso. Os valores em branco referem-se aqueles domicílios que não tinham energia elétrica.
89	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com linha convencional de telefone instalada, própria, alugada ou ramal. Não inclui telefone celular.
90	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com automóvel de passeio ou veículo utilitário, utilizados para passeio ou locomoção dos membros da família para o trabalho. Veículos utilizados para desempenho profissional (táxis, vendas) são considerados desde que sejam também utilizados para passeio ou locomoção da família.
91	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e com geladeira ou freezer em condições de uso. Os valores em branco referem-se aqueles domicílios que não tinham energia elétrica.
92	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com automóvel de passeio ou veículo utilitário, utilizados para passeio ou locomoção dos membros da família para o trabalho. Veículos utilizados para desempenho profissional (táxis, vendas) são considerados desde que sejam utilizados para passeio ou locomoção da família.
93	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com qualquer tipo de computador, desde que em condições de uso. Este quesito somente pode ser apurado para 2000, uma vez que em 1991 não constava do questionário do Censo.
94	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais	Percentual de pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por "assentamento informal", como por exemplo mocambo, alagado, barranco, rio, etc.
95	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos do mesmo, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo, destinado à cozinha.
96	Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terreno próprios e quitados	Percentual de pessoas que vivem em domicílios que, juntamente com os terrenos onde se localizam, são de propriedade, total ou parcial, de um dos moradores e já estão integralmente pagos. No caso de apartamentos, considera-se a fração do terreno.
97	População total	População residente total.
98	População rural	População total residente na área rural.

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
99	População urbana	População total residente na área urbana.
100	População até 1 ano de idade	População residente nessa faixa etária.
101	População de 1 a 3 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
102	População de 4 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
103	População de 5 anos de idade	População residente nessa faixa etária
104	População de 6 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
105	População de 7 a 9 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
106	População de 10 a 14 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
107	População de 15 a 17 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
108	População de 18 a 22 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
109	População de 18 a 22 anos de idade	População residente nessa faixa etária.
110	População de 15 anos ou mais de idade	População residente nessa faixa etária.
111	População de 25 anos ou mais de idade	População residente nessa faixa etária.
112	População de 65 anos ou mais de idade	População residente nessa faixa etária.
113	População total exceto residentes em domicílios coletivos	População residente em domicílios particulares. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.
114	População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula	Refere-se à população residente em domicílios particulares, executando-se as pessoas com renda familiar per capita nula e as residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.
115	Mulheres de 10 a 14 anos de idade	População feminina residente nessa faixa etária.
116	Mulheres de 15 a 17 anos de idade	População feminina residente nessa faixa etária.
117	Mulheres de 15 ou mais de idade	População feminina residente nessa faixa etária.
118	Mulheres de 25 anos ou mais idade	População feminina residente nessa faixa etária.
119	Pessoa em domicílios particulares exceto domésticas, pensionistas e com renda missing	População residente em domicílios particulares exceto as empregadas domésticas, pensionistas e pessoas com renda missing.
120	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda).

Nº	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO
121	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda	Sub-índice do IDH relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$3,90 e R\$1.560,17, respectivamente. Estes limites correspondem aos valores anuais de PIB per capita de US\$ 100 ppp e US\$ 40000 ppp, utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH-Renda dos países, convertidos a valores de renda per capita mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$297/US\$7625ppp), que é a relação entre a renda per capita média mensal (em reais) e o PIB per capita anual (em dólares ppp) do Brasil em 2000.
122	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade	Sub-Índice do IDH relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
123	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação	Sub-Índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa de frequência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.
124	Taxa bruta de frequência à escola	Indicador componente do IDH-Educação, no qual entra com peso de 1/3. A taxa bruta de matrícula é a razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o segundo grau e o nível superior e a população de 7 a 22 anos.
125	Taxa de alfabetização	Indicador componente do IDH-Educação, no qual entra com peso de 2/3. É o percentual das pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005